



CONSELHO  
NACIONAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO

---

## CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

---



————— MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL —————

## **RELATÓRIO CONCLUSIVO DE INSPEÇÃO**

INSPEÇÃO PARANÁ  
*Setembro 2014*

## SUMÁRIO

PARTE GERAL .....	3
1. ATOS PREPARATÓRIOS DA INSPEÇÃO .....	3
2. A INSPEÇÃO PROPRIAMENTE DITA .....	3
ÁREA INSTITUCIONAL .....	7
3. O MPF NO ESTADO DO PARANÁ.....	7
4. ESTRUTURA FÍSICA.....	7
5. ESTRUTURA DE PESSOAL .....	9
6. INGRESSO, RESIDÊNCIA, EXERCÍCIO DO MAGISTÉRIO E HORÁRIO DE TRABAHO DOS PROCURADORES .....	15
7. REPARTIÇÃO DE ATRIBUIÇÕES ENTRE MEMBROS .....	21
8. MOVIMENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL .....	23
9. PROCEDIMENTOS EM TRAMITAÇÃO E PRODUTIVIDADE .....	60
10. PROCESSOS E PROCEDIMENTOS – ANÁLISE DOCUMENTAL E VERIFICAÇÃO FÍSICA.....	64
11. REVISÃO DAS PROMOÇÕES DE ARQUIVAMENTO .....	79
12. SUGESTÕES E RELATOS DE EXPERIÊNCIAS INOVADORAS .....	81
ÁREA ADMINISTRATIVA .....	83
13. PLANEJAMENTO .....	83
14. FINANÇAS E CONTABILIDADE .....	83
15. ESTRUTURA DE PESSOAL.....	84
16. ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS .....	85
17. FOLHA DE PAGAMENTO.....	86
18. ADMINISTRAÇÃO.....	86
19. ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO .....	87
20. IMÓVEIS .....	88
21. VEÍCULOS .....	89
22. TELEFONIA.....	89
ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO .....	90
23. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO .....	90
ATENDIMENTO AO PÚBLICO .....	102
24. ATENDIMENTO AO PÚBLICO.....	102
MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE E DOS MEMBROS INSPECIONADOS .....	103
25. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE E MEMBROS INSPECIONADOS .....	103
CONCLUSÕES E PROPOSIÇÕES DA CORREGEDORIA NACIONAL .....	111
26. CONCLUSÕES E PROPOSIÇÕES DA CORREGEDORIA NACIONAL .....	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
27. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	114

## PARTE GERAL

### 1. ATOS PREPARATÓRIOS DA INSPEÇÃO

1.1. Na 12ª Sessão Ordinária de 2014 do Conselho Nacional do Ministério Público, ocorrida em 9 de junho de 2014, a Corregedoria Nacional indicou o Estado do Paraná para ser objeto de inspeção correccional no âmbito do Ministério Público.

1.2. Ato contínuo, a Corregedoria Nacional publicou as Portarias 132, 133, 134 e 135, todas de 02 de setembro de 2014, deflagrando, respectivamente, o processo de inspeção no Ministério Público Estadual (MPE), no Ministério Público Federal (MPF), no Ministério Público do Trabalho (MPT) e Ministério Público Militar (MPM) no Estado do Paraná.

1.3. Pelas mesmas Portarias, foram designados os dias 23, 24 e 25 de setembro de 2014, das 09h00 às 17h00, na sede do Ministério Público do Trabalho em Curitiba, para a realização do atendimento ao público, mediante o recebimento de sugestões, notícias, reclamações, denúncias ou observações capazes de contribuir para o aprimoramento dos serviços prestados pelas unidades do Ministério Público situadas no Estado do Paraná.

1.4. Os seguintes órgãos e autoridades receberam ofício da Corregedoria Nacional comunicando a realização da inspeção, bem como as datas e locais de atendimento ao público: Presidente do Tribunal Regional da 4ª Região; Diretor do Foro da Justiça Federal; Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Estado do Paraná; Chefe da Advocacia-Geral da União/PR; Chefe da Defensoria Pública da União/PR; Superintendente Regional da Polícia Federal; Presidentes das Associações dos Membros do Ministério Público; da Magistratura, dos Defensores Públicos e dos Procuradores do Estado.

1.5. Foram instaurados no âmbito da Corregedoria Nacional do CNMP os Procedimentos de Inspeção nºs 1237/2014-11 (Portaria nº 132/2014 – MPE/PR), 1235/2014-22 (Portaria nº 133/2014 – MPF/PR), 1238/2014-66 (Portaria nº 134/2014 – MPT/PR) e 1236/2014 (Portaria nº 135/2014 – MPM/PR), para organização dos documentos.

1.6. Por fim, foram editadas as Portarias CNMP-CN nº 136, de 2 de setembro de 2014; CNMP-CN nº 137, de 3 de setembro de 2014; CNMP-CN nº 139/2014, de 8 de setembro de 2014, CNMP-CN nº 140/2014, de 9 de setembro de 2014; CNMP-CN nº 143/2014, de 10 de setembro de 2014 e CNMP-CN nº 145/2014, de 12 de setembro de 2014, contendo as designações e requisições de membros e servidores para comporem as equipes de inspeção.

### 2. A INSPEÇÃO PROPRIAMENTE DITA

2.1. A execução da inspeção deu-se conforme seu planejamento e foi realizada por 42 (quarenta e dois) membros e 12 (doze) servidores, além do Corregedor Nacional, que dirigiu os trabalhos, e dos Conselheiros Alexandre Berzosa Saliba, Antônio Pereira Duarte, Cláudio Henrique Portela do Rego, Esdras Dantas de Souza, Fábio George Cruz da Nóbrega, Jeferson Luiz Pereira Coelho e Marcelo Ferra de Carvalho.

2.2. Para operacionalizar o desenvolvimento da inspeção foram constituídas 20 (vinte) equipes para verificação na área finalística com seus objetivos previamente determinados.

**Equipe 1.** Maria Clara Mendonça Perim – Promotora de Justiça (MP/ES); Fábio de Souza Trajano – Procurador de Justiça (MP/SC); **Objetivos: Curitiba/PR:** Procuradoria-Geral de Justiça, Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos de Planejamento, Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, Setor de Combate aos Crimes praticados por Prefeitos, Coordenadoria de Recursos Cíveis, Coordenadoria de Recursos Criminais e CEAF.

**Equipe 2.** Lenna Luciana Nunes Daher – Promotora de Justiça (MP/DFT); Armando Antônio Lotti – Procurador de Justiça (MP/RS). **Objetivos: Curitiba/PR:** Corregedoria-Geral do Ministério Público, Colégio de Procuradores de Justiça, Conselho Superior do Ministério Público e Ouvidoria.

**Equipe 3.** Elba Christine Amarante de Moraes – Procuradora de Justiça (MP/RR); Gustavo Roberto Chaim Pozzebon – Promotor de Justiça (MP/SP). **Objetivos: Curitiba/PR:** Procuradorias de Justiça.

**Equipe 4.** Sílvio César Maluf – Procurador de Justiça (MP/MS); Helton Fonseca Bernardes – Promotor de Justiça (MP/MS). **Objetivos: Curitiba/PR:** Procuradorias de Justiça.

**Equipe 5.** Francisco de Assis Machado Cardoso – Promotor de Justiça (MP/RJ); Gérson Luis Kirsch Daiello Moreira – Promotor de Justiça (MP/RS). **Objetivos: Curitiba/PR:** 04 (quatro) GAECOs, CAEX, Laboratório de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro – Lab-LD, 06 (seis) Promotorias de Justiça do Patrimônio Público, 2 (duas) Promotorias de Justiça do Meio Ambiente e CAOP do Meio Ambiente.

**Equipe 6.** Marcelo Mengarda – Promotor de Justiça (MP/SC); José Cláudio Zan – Promotor de Justiça (MP/SP). **Objetivos: Curitiba/PR:** 06 (seis) Promotorias de Justiça do Júri, 05 (cinco) Promotorias de Justiça de Execuções Penais, 02 (duas) Promotorias de Justiça de Enfrentamento à de Violência Doméstica contra a Mulher, Promotorias de Justiça de Combate aos Crimes contra a Ordem Econômica e Tributária, Promotorias de Justiça de Infrações Penais contra Criança, Adolescente e Idoso e 02 (duas) Promotorias de Justiça da Infância e Juventude.

**Equipe 7.** André Luis Dal Molin Flores – Promotor de Justiça (MP/RS); Carlos José Alves de Araújo – Promotor de Justiça (MP/AM). **Objetivos: Campina Grande do Sul/PR:** 03 (três) Promotorias de Justiça; **Fazenda Rio Grande/PR:** 03 (três) Promotorias de Justiça; **Paranaguá/PR:** 06 (seis) Promotorias de Justiça; **Pinhais/PR:** 03 (três) Promotorias de Justiça; **Piraquara/PR:** 03 (três) Promotorias de Justiça.

**Equipe 8.** Vilneci Pereira Nunes – Promotora de Justiça (MP/RS); Evandro Manuel da Silveira Gomes – Promotor de Justiça (MP/DFT). **Objetivos: Curitiba/PR:** 22 (vinte e duas) Promotorias de Justiça Criminais, Promotoria de Justiça da Auditoria Militar, 02 (duas) Promotorias de Justiça do Trânsito e 02 (duas) Promotorias de Justiça da Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas e Precatórias.

**Equipe 9.** Bárbara Elise Heise – Promotora de Justiça (MP/SC); Ernani de Menezes Vilhena Júnior – Promotor de Justiça (MP/SP). **Objetivos: Curitiba/PR:** 10 (dez) Promotorias de Justiça Especializadas, 06 (seis) Promotorias de Justiça do Juizado Especial Criminal, Promotoria de Justiça de Saúde e Núcleo de Apoio às Vítimas de Estupro.

**Equipe 10.** Darlan Benevides de Queiroz – Promotor de Justiça (MP/AM); Juliana Poggiali Gasparoni e Oliveira – Promotora de Justiça (MP/DFT). **Objetivos: Curitiba/PR:** 04 (quatro) Promotorias de Justiça; **Almirante Tamandaré/PR:** 04 (quatro) Promotorias de Justiça; **Colombo/PR:** 05 (cinco) Promotorias de Justiça; **São José dos Pinhais/PR:** 07 (sete) Promotorias de Justiça.

**Equipe 11.** Éverson Antônio Pini – Promotor de Justiça (MP/RO); André Antônio Camargo Lorenzoni – Promotor de Justiça (MP/MS). **Objetivos: Curitiba/PR:** CAOP de Proteção ao Patrimônio Público e à Ordem Tributária; CAOP de Defesa do Consumidor; CAOP de Habitação e Urbanismo; CAOP de Proteção à Saúde Pública; CAOP de Proteção aos Direitos Humanos; CAOP de Cíveis, Falimentares, de Liquidações Extrajudiciais, das Fundações e do Terceiro Setor; CAOP de da Criança e do Adolescente e da Educação; CAOP de Defesa dos Direitos do Idoso e da Pessoa Portadora de Deficiência; CAOP de Criminais, do Júri e de Execuções Penais.

**Equipe 12.** Franke Soares Rosa – Promotor de Justiça (MP/CE); Edmar Gomes Machado – Procurador Regional da República (MPF). **Objetivos: Araucária/PR:** 03 (três) Promotorias de Justiça; **Campo Largo/PR:** 03 (três) Promotorias de Justiça; **Ponta Grossa/PR:** 16 (dezesseis) Promotorias de Justiça.

**Equipe 13.** Odair Tramontin – Promotor de Justiça (MP/SC); Marcus Antonius da Silva Leite – Promotor de Justiça (MP/PB). **Objetivos: Curitiba/PR:** 07 (sete) Promotorias de Justiça Cíveis, 08 (oito) Promotorias de Justiça da Família, Promotoria de Justiça da Turma Recursal, 02 (duas) Promotorias de Justiça da Infância, Promotoria de Justiça de Registros Públicos e 02 (duas) Promotorias de Justiça da Fazenda.

**Equipe 14.** Assis Marciel Kretzer – Promotor de Justiça (MP/SC); Abiael Franco Santos – Procuradora Regional do Trabalho (MPT). **Objetivos: Londrina/PR:** 22 (vinte e duas) Promotorias de Justiça, 04 (quatro) Ofícios da Procuradoria do Trabalho no Município e 06 (seis) Ofícios da Procuradoria da República no Município.

**Equipe 15.** Fernando Gomes Rosa – Promotor de Justiça (MP/GO); Marcos Tadeu Rioli – Promotor de Justiça (MP/SP). **Objetivos: Londrina/PR:** 07 (sete) Promotorias de Justiça; **Andirá/PR:** 02 (duas) Promotorias de Justiça; **Astorga/PR:** 02 (duas) Promotorias de Justiça; **Bandeirantes/PR:** 02 (duas) Promotorias de Justiça; **Ibiporã/PR:** 03 (três) Promotorias de Justiça; **Jacarezinho/PR:** 03 (três) Promotorias de Justiça.

**Equipe 16.** Railson Américo Barbosa de Oliveira – Promotor de Justiça (MP/DFT); Claytton Ricardo de Jesus Santos – Procurador da República (MPF). **Objetivos: Maringá/PR:** 25 (vinte e cinco) Promotorias de Justiça, 02 (dois) Ofícios da Procuradoria do Trabalho no Município e 04 (quatro) Ofícios da Procuradoria da República no Município.

**Equipe 17.** Ricardo Alexandre Soares Marques Vieira – Promotor de Justiça (MP/MT); Carlos Bruno Ferreira da Silva – Procurador da República (MPF). **Objetivos: Cascavel/PR:** 15 (quinze) Promotorias de Justiça, 02 (dois) Ofícios da Procuradoria do Trabalho no Município e 03 (três) Ofícios da Procuradoria da República no Município.

**Equipe 18.** José Carlos Fernandes Júnior – Promotor de Justiça (MP/MG); Júlio César de Castilhos Oliveira Costa – Procurador da República (MPF). **Objetivos: Foz do Iguaçu/PR:** 14 (quatorze) Promotorias de Justiça, 02 (dois) Ofícios da Procuradoria do Trabalho no Município e 09 (nove) Ofícios da Procuradoria da República no Município; **São Miguel do Iguaçu/PR:** 01 (uma) Promotoria de Justiça.

**Equipe 19.** Luís Paulo Villafañe Gomes Santos – Procurador do Trabalho (MPT); Levi Scatolin – Procurador Regional do Trabalho (MPT). **Objetivos: Curitiba/PR:** 16 (dezesseis) Ofícios da Procuradoria Regional do Trabalho com atuação em 1ª instância e 11 (onze) Ofícios da Procuradoria Regional do Trabalho com atuação em 2ª instância.

**Equipe 20.** Stella Fátima Scampini – Procuradora Regional da República (MPF); Osmar Machado Fernandes – Procurador de Justiça Militar (MPM). **Objetivos: Curitiba/PR:** 22 (vinte e dois) Ofícios da Procuradoria da República e 02 (dois) Ofícios da Promotoria de Justiça Militar.

**Coordenação:** Fernando da Silva Comin – Promotor de Justiça (MP/SC); Luis Paulo Villafañe Gomes Santos – Procurador do Trabalho (MPT); João Barbosa Lima e Joaquim Elias de Sousa Neto – Servidores.

**Atendimento ao Público:** Fábio Corrêa Lara, Gabriela Machado Pais, Márcio Roberto Bastos França e Roberta Stella Fernandes de Oliveira – Servidores.

**Auditoria Administrativa:** Adauto Viccari Júnior, Dina Quintas Colares Araújo, Raphael de Almeida Nunes e Rodrigo Otávio Rocha Barbosa – Servidores.

**Auditoria Tecnologia da Informação:** Fábio Massahiro Kosaka – Procurador do Trabalho (MPT); Wel-der Pinheiro Luz – Servidor.

**Comunicação Social:** Déborah de Vasconcelos Torres – Servidor.

## ÁREA INSTITUCIONAL

### 3. O MPF NO ESTADO DO PARANÁ

**3.1. O Estado do Paraná.** O Estado do Paraná está dividido politicamente em 399 (trezentos e noventa e nove) municípios. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possui área territorial de 199.307,922 Km<sup>2</sup>, e estimativa de população para 2014 de 11.081.692 (onze milhões, oitenta e um mil e seiscentos e noventa e dois) habitantes.

**3.2. Justiça Federal no Paraná.** A Justiça Federal no Paraná integra a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF/4ª Região), com sede em Porto Alegre/RS. A Seção Judiciária do Paraná possui 23 (vinte e três) Varas Federais e 4 (quatro) Turmas Recursais em Curitiba/PR. No interior do Estado, a Subseção Judiciária de Campo Mourão possui 2 (duas) Varas Federais, de Cascavel possui 3 (três) Varas Federais, de Foz do Iguaçu possui 6 (seis) Varas Federais, de Francisco Beltrão possui 2 (duas) Varas Federais, de Guarapuava possui 2 (duas) Varas Federais, de Londrina possui 8 (oito) Varas Federais, de Maringá possui 6 (seis) Varas Federais, de Ponta Grossa possui 4 (quatro) Varas Federais, de Umuarama possui 3 (três) Varas Federais, e as Subseções de Apucarana, Guaíra, Jacarezinho, Paranaguá, Paranaíba, Pato Branco, Telêmaco Borba, Toledo e União da Vitória possuem 01 (uma) Vara Federal cada uma.

**3.3. Ministério Público Federal no Estado do Paraná.** O MPF atua por sua Procuradoria da República no Estado do Paraná (PR/PR), situada em Curitiba, e Procuradorias da República em 16 municípios, tendo sido inspecionadas as PRMs de Cascavel, de Foz do Iguaçu, de Londrina e de Maringá e, por questões de logística, não foram visitadas as PRMs de Apucarana, de Campo Mourão, de Francisco Beltrão, de Guaíra, de Guarapuava, de Jacarezinho, de Paranaguá, de Paranaíba, de Pato Branco, de Ponta Grossa, de Umuarama e de União da Vitória.

### 4. ESTRUTURA FÍSICA

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA NACIONAL.** Em que pese a solicitação realizada por ocasião da visita prévia à Inspeção (Ofício CN-CNMP nº 2753/214), que teve por finalidade, entre outras, obter dados das unidades a serem inspecionadas, e mesmo renovando-se o pedido durante a realização da Inspeção propriamente dita, a Corregedoria Nacional não logrou obter os dados solicitados no item A.4 do referido ofício, razão pela qual as informações acerca dos imóveis ocupados pela PR-PR e PRMs, onde conste área útil, se o imóvel é próprio ou locado, valor mensal da locação se for a hipótese, e descritivo sucinto das dependências, informando o número de gabinetes, auditório, biblioteca, etc., carecem de preenchimento.

**4.1. PR/PR.** A sede da PR/PR situa-se na R. Marechal Deodoro, 933 - Curitiba - PR: **1) Imóvel próprio**, com área útil de 5.500m<sup>2</sup> e área de construção de Possui 16 (dezesesseis) andares distribuídos nas seguintes dependências: **a) dois andares de subsolo garagem:** Primeiro com subestação, nobreak, gerador, sala de depósito de material de limpeza e vaga de automóvel reservada para portadores de necessidade especial. Segundo com 09 vagas para veículo oficial; **b) andar térreo:** hall, recepção, protocolo, administrativo, duas salas exclusivas para o atendimento ao cidadão, sala dos motoristas, dois banheiros adaptados femininos e masculinos; **c) sobreloja: hall;** Recepção, protocolo administrativo, duas sala exclusivas para o atendimento ao cidadão, sala dos motoristas, dois banheiros adaptados femininos e masculinos; **d) sobreloja:** sala de

monitoramento, sala da uso, sala da telefonista, sala do protocolo jurídico e dinfe, sala da segurança, vestiário masculino, vestiário feminino; **e) primeiro andar:** biblioteca contendo 5.222 acervo de livros e uma mesa de leitura com 4 lugares, 1287 livros em gabinetes, 318 livros em outros setores, sala de atendimento médico, sala do plano assist., dois banheiros fem./masculino, um banheiro adaptado, copa; **f) segundo andar:** sala de videoconferência, sala da aspa, sala da ascom, auditório com 65 lugares, copa; **g) terceiro andar:** sala do coordenador de administração, sala de reunião, sala da gestão de contratos, sala da comissão de licitação, sala do deof, sala da coordenadoria de gestão de pessoas, reprografia, copa; dois banheiros feminino e masculino; **h) quarto andar:** gabinete procurador, gabinete procuradoria regional eleitoral, copa, reprografia, dois banheiros feminino e masculino; **i) quinto andar:** sala de reuniões de colégio de procuradores, sala de apoio aos contratos, duas salas nucriMex, sala de assessoria de planejamento estratégico, sala da secretária estadual, sala da coordenação jurídica, dois banheiros femininos e masculinos; **j) sexto andar:** sala coordenador de tecnologia da informação e telecomunicações, sala do atendimento ao usuário, sala de depósito, sala de atendimento a rede, sala do cpd; **k) sétimo andar:** sala de gabinete de procurador, sala da secretária do procurador chefe, sala de assessoria do procurador chefe, gabinete do procurador chefe, sala de reprografia, copa, dois banheiros femininos e masculino; **l) oitavo andar:** sala núcleo cível extrajudicial, sala de reunião, dois gabinetes de procurador (sala de secretária, sala de assessoria e gabinete), dois banheiro femininos e masculinos, sala de reprografia; **m) nono andar:** sala de divisão cível, sala de reunião, dois gabinetes de procurador (sala de secretária, sala de assessoria e gabinete), dois banheiros feminino e masculino, sala de reprografia; **n) décimo andar:** três gabinetes procurador (sala de secretária, sala de assessoria e gabinete), sala de reprografia, dois banheiros femininos e masculinos; **o) décimo primeiro andar:** décimo primeiro andar, três gabinetes procurador (sala de secretária, sala de assessoria e gabinete), sala de reprografia, dois banheiros femininos e masculinos; **p) décimo segundo andar:** três gabinetes procurador (sala de secretária, sala de assessoria e gabinete), sala de reprografia, dois banheiros femininos e masculinos; **q) décimo terceiro andar:** três gabinetes procurador (sala de secretária, sala de assessoria e gabinete), sala de reprografia, dois banheiros femininos e masculinos; **r) décimo quarto andar:** três gabinetes procurador (sala de secretária, sala de assessoria e gabinete), sala de reprografia, dois banheiros femininos e masculinos; **s) décimo quinto andar:** sala de DICGC, sala do Núcleo de Logística e Manutenção, um banheiro fem / um banheiro mas, depósito almoxarifado, depósito patrimônio; **t) décimo sexto andar:** oficina terceirizados de manutenção, o prédio conta com dois elevadores, piso tátil, placas de sinalização em braile; **2) Imóvel alugado:** área útil de 239,07m<sup>2</sup>; valor do aluguel de R\$ 8.748,00, quatro sala ocupadas com a equipe da força tarefa, recepção, 4 banheiros e 3 vagas na garagem.

**4.2. PRM-CASCAVÉL.** A PRM-CASCAVÉL situa-se na Avenida Brasil, 3939, Centro, Cascavel-PR. Trata-se de imóvel cedido, com área útil de 430m<sup>2</sup>, possuindo estacionamento para 14 veículos, sala de protocolo, cinco banheiros, uma copa/cozinha, três gabinetes, três salas de assessorias, acervo de 600 volumes (sem biblioteca), sala de CPD, três salas de Administração.

**4.3. PRM-FOZ DO IGUAÇU.** A PRM-FOZ DO IGUAÇU situa-se na Rua Edmundo de Barros, 660, Centro, FOZ DO IGUAÇU/PR. Trata-se de imóvel alugado, com área útil de 836,28m<sup>2</sup>, valor do aluguel: R\$ 11.186,00. Edifício com 4 andares distribuídos nas seguintes dependências: **a) No térreo:** uma recepção, uma sala de atendimento ao cidadão, um banheiro adaptado para cadeirantes, uma sala onde está instalada a central telefônica, uma garagem localiza-se anexa e interligada ao pavimento térreo por um estreito corredor capacidade para três veículos, porém; **b) Primeiro andar:** uma sala para a subcoordenadoria jurídica, uma para a administração, uma para gabinete de Procurador da República, uma para a copa que é compartilhada com o serviço de transporte, duas para analistas processuais e estagiários; **c) Segundo andar:** uma sala para o setor de informática, três salas para gabinetes de Procuradores da República, uma sala para as secretárias dos procuradores, uma sala de analistas processuais e estagiários; **d) Terceiro andar:** quatro salas para 5 gabinetes de Procuradores (dois procuradores dividem uma sala), uma sala para as secretárias dos Procuradores, uma sala para analistas processuais e estagiários.



**4.4. PRM-LONDRINA.** A PRM-LONDRINA situa-se na Avenida Ayrton Senna, 550 LONDRINA/PR. Trata-se de imóvel alugado, com área útil de 972,83m<sup>2</sup>, valor do aluguel: R\$ 28.740,00: **a) 7º pavimento:** uma sala de reunião, uma sala de arquivo morto; **b) 8ª pavimento:** cinco gabinetes, uma sala de estagiários, uma sala de antropologia; **c) 9º pavimento:** uma sala de protocolo/recepção, uma sala de atendimento ao cidadão, uma sala da coordenadoria de administração, uma sala para refeitório, uma biblioteca com acervo de 746 livros, uma sala de almoxarifado, uma sala de CPD, cinco salas de assessoria, cinco salas de gabinete ; Vinte três banheiros, 01 banheiro adaptado; 08 copas

**4.5. PRM-MARINGA.** A PRM-MARINGA situa-se Av. XV de Novembro, 708 – Centro MARINGA/PR. Trata-se de imóvel alugado, com área útil de 361m<sup>2</sup>, valor do aluguel: R\$ 11.566,50: **a) ala nova:** 04 salas para gabinetes com banheiros, 04 salas para assessorias de gabinete, 01 recepção, 01 sala de atendimento ao cidadão, 01 sala de protocolo administrativo e patrimônio, 02 banheiros femininos (01 deles adaptado para portadores de necessidades especiais) e 01 banheiro masculino adaptado para portadores de necessidades especiais, 04 vagas de estacionamento (não cobertas); Trata-se de imóvel cedido, com área útil de 232m<sup>2</sup>: **b) ala antiga(cedido):** 01 sala da coordenaria administrativa. nesta sala ficam os armários para armazenamento dos livros para consulta (acervo com cerca de 300 livros), 01 sala da subcoordenadoria jurídica, 01 sala da subcoordenadoria administrativa, 01 sala do setor de autuação e distribuição, 01 sala para os técnicos de segurança institucional e transporte, 01 sala para o servidor da rede e a central telefônica, 01 sala para almoxarifado, 01 cozinha, 01 copa, 06 vagas de estacionamento cobertas(04 membros e 02 carros oficiais); banheiros: total 11 banheiros (03 banheiros masculinos, inclusive com 01 banheiro adaptado, banheiros 04 banheiros femininos, inclusive com 01 banheiro adaptado e 04 banheiros em gabinetes):

## 5. ESTRUTURA DE PESSOAL

**5.1. Distribuição dos membros por cargo e unidade de lotação.** A tabela abaixo mostra a distribuição dos membros do MPF por cargo e lotação no Estado do Paraná:

NOME	CARGO	UNIDADE DE LOTAÇÃO
Adriana Aparecida Storoz Mathias dos Santos	Procuradora da República	PR-PR (SEDE)
Alessandro José Fernandes de Oliveira	Procurador da República	PR-PR (SEDE)
Alexandre Melz Nardes	Procurador da República	PR-PR (SEDE)
Antônia Lélia Neves Sanches	Procuradora da República	PR-PR (SEDE)
Cristiana Koliski Taguchi	Procuradora da República	PR-PR (SEDE)
Daniel Holzmänn Coimbra	Procurador da República	PR-PR (SEDE)
Deltan Martinazzo Dallagnol	Procurador da República	PR-PR (SEDE)
Elena Urbanavicius Marques	Procuradora da República	PR-PR (SEDE)
Elizabeth Gumiel de Toledo	Procuradora da República	PR-PR (SEDE)
Eloísa Helena Machado	Procuradora da República	PR-PR (SEDE)
João Gualberto Garcez Ramos	Procurador da República	PR-PR (SEDE)
João Vicente Beraldo Romão	Procurador-chefe	PR-PR (SEDE)
José Soares Frisch	Procurador da República	PR-PR (SEDE)
Letícia Pohl Martello	Procuradora da República	PR-PR (SEDE)
Luís Sérgio Langowsck	Procurador da República	PR-PR (SEDE)

Mônica Dorotéa Bora	Procuradora da República	PR-PR (SEDE)
Paula Cristina Contitha	Procuradora da República	PR-PR (SEDE)
Renita Cunha Kravetz	Procuradora da República	PR-PR (SEDE)
Sérgio Valladão Ferraz	Procurador da República	PR-PR (SEDE)
Yara Queiroz Ribeiro da Silva Sprada	Procuradora da República	PR-PR (SEDE)
Raphael Otávio Bueno Santos	Procurador da República	PRM-APUCARANA
William Tetsuo Teixeira Iwakiri	Procurador da República	PRM-CAMPO MOURÃO
Carlos Henrique Macedo Bara	Procurador da República	PRM-CASCADEL
Felipe Delia Camargo	Procurador da República	PRM-CASCADEL
Thales Fernando Lima	Procurador da República	PRM-CASCADEL
Alexandre Collares Barbosa	Procurador da República	PRM-FOZ DO IGUAÇU
Alexandre Halfen da Porciuncula	Procurador da República	PRM-FOZ DO IGUAÇU
Andreia Pistono Vitalino	Procuradora da República	PRM-FOZ DO IGUAÇU
Carollina Rachel Costa Ferreira Tavares	Procuradora da República	PRM-FOZ DO IGUAÇU
Daniel de Jesus Sousa Santos	Procurador da República	PRM-FOZ DO IGUAÇU
Daniela Caselani Sitta	Procuradora da República	PRM-FOZ DO IGUAÇU
Juliano Baggio Gasperin	Procurador da República	PRM-FOZ DO IGUAÇU
Lucas Aguilar Sette	Procurador da República	PRM-FOZ DO IGUAÇU
Robson Martins	Procurador da República	PRM-FOZ DO IGUAÇU
Indira Bolsoni Pinheiro	Procuradora da República	PRM-FRANCISCO BELTRÃO
Roberson Henrique Pozzobon	Procurador da República	PRM-GUARAPUAVA
Andressa Caroline de Oliveira Zanette	Procuradora da República	PRM-GUAÍRA
Maicon Fabrício Rocha	Procurador da República	PRM-GUAÍRA
Diogo Castor Mattos	Procurador da República	PRM-JACAREZINHO
Cintia Maria de Andrade	Procuradora da República	PRM-LONDRINA
Gustavo de Carvalho Guadanhin	Procurador da República	PRM-LONDRINA
João Akira Omoto	Procurador da República	PRM-LONDRINA
José Mauro Luizão	Procurador da República	PRM-LONDRINA
Luiz Antônio Ximenes Cibin	Procurador da República	PRM-LONDRINA
Marcelo de Souza	Procurador da República	PRM-LONDRINA
Adrian Pereira Ziemba	Procurador da República	PRM-MARINGÁ
Carlos Alberto Sztoltz	Procurador da República	PRM-MARINGÁ
Daniele Dias Curvelo	Procuradora da República	PRM-MARINGÁ
Natalício Claro da Silva	Procurador da República	PRM-MARINGÁ
Adriano Barros Fernandes	Procurador da República	PRM-PARANAGUÁ
Henrique Gentil Oliveira	Procurador da República	PRM-PARANAVÁÍ
Marcelo Godoy	Procurador da República	PRM-PATO BRANCO
Oswaldo Soweck Júnior	Procurador da República	PRM-PONTA GROSSA
Luís Wanderley Gazoto	Procurador da República	PRM-UMUARAMA
Ricardo Tadeu Sampaio	Procurador da República	PRM-UMUARAMA
Eduardo Alves Fonte	Procurador da República	PRM-UNIÃO DA VITÓRIA

**5.2. Quadro geral de membros, servidores e serviços auxiliares.** Em que pese a solicitação realizada por ocasião da visita prévia (já salientado no item 4 acima), que teve por finalidade, entre outras, obter da-

dos das unidades a serem inspecionadas, e mesmo renovando-se o pedido durante a realização da Inspeção propriamente dita, a Corregedoria Nacional não logrou obter os dados em conformidade com o Anexo 1 do Ofício CN-CNMP nº 2753/2014, referentes à relação de pessoal em exercício na PR-PR e PRMs, contendo: a) número de servidores efetivos, por cargo; b) número de cargos em comissão, especificando o quantitativo ocupado por servidores que não sejam do quadro efetivo do MPF; c) número de funções de confiança; d) número de estagiários, informando o nível (médio ou superior), e, caso de nível superior, especificar o curso; e) número de servidores cedidos e/ou requisitados de outros órgãos, especificando o cargo/função e órgão de origem; e, f) número de empregados terceirizados, razão pela qual as tabelas seguintes encontram-se preenchidas, parcialmente, somente com as informações que se pode extrair dos demais documentos recebidos.

	PR-PR SEDE	PRM APUCARANA	PRM CAMPO MOURÃO	PRM CASCAVEL	PRM FOZ DO IGUAÇU	PRM FRANCISCO BELTRÃO
<b>Membros</b>						
Procurador da República	20	1	1	3	9	1
<b>Servidores</b>						
Efetivos de nível superior	45	1	1	7	13	3
Efetivos de nível médio	117	6	9	21	35	7
Comissionados sem vínculo efetivo	18	0	1	3	2	0
Efetivos c/ cargo comissão	14	0	0	0	1	0
Efetivos c/função confiança	43	4	4	6	14	4
Cedidos à disposição do MPF	1	0	0	0	0	0
Subtotal (*)	238	11	15	37	65	14
<b>Estagiários</b>						
Estagiários nível superior	69	3	3	9	27	3
Estagiários nível médio	0	0	0	0	0	0
Subtotal	69	3	3	9	27	3
<b>Aprendizes</b>						
Aprendizes	5	0	0	0	0	0
<b>BiTerceirizados</b>						
Terceirizados	59	3	6	6	16	6
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>391</b>	<b>18</b>	<b>25</b>	<b>55</b>	<b>117</b>	<b>24</b>

(\*) No subtotal de servidores estão excluídos os quantitativos de servidores efetivos com cargo em comissão e função de confiança pois já contabilizados no total de servidores efetivos de níveis superior e médio; (\*\*) há 02 (dois) cargos em comissão ocupados respectivamente por um servidor requisitado e pelo Procurador-Chefe além dos cargos acima,

	PRM GUARAPUAVA	PRM GUAÍRA	PRM JACAREZINHO	PRM LONDRINA	PRM MARINGÁ
<b>Membros</b>					
Procurador da República	1	2	1	6	4
<b>Servidores</b>					
Efetivos de nível superior	2	2	1	9	7
Efetivos de nível médio	7	6	5	27	22
Comissionados sem vínculo efetivo	0	1	0	1	1
Efetivos c/ cargo comissão	0	0	0	2	1

Efetivos c/função confiança	4	5	4	11	10
Cedidos à disposição do MPF	0	0	0	0	0
<b>Subtotal (*)</b>	<b>13</b>	<b>14</b>	<b>10</b>	<b>50</b>	<b>41</b>
<b>Estagiários</b>					
Estagiários nível superior	3	6	4	15	12
Estagiários nível médio	0	0	0	0	0
<b>Subtotal</b>	<b>3</b>	<b>6</b>	<b>4</b>	<b>15</b>	<b>12</b>
<b>Aprendizes</b>					
Aprendizes	0	0	0	0	0
<b>Terceirizados</b>					
Terceirizados	3	8	6	8	9
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>20</b>	<b>30</b>	<b>21</b>	<b>78</b>	<b>66</b>

	PRM PARANAGUÁ	PRM PARANAÍ	PRM PATO BRANCO	PRM PONTA GROSSA	PRM UMUARAMA	PRM UNIÃO DA VITÓRIA
<b>Membros</b>						
Procurador da República	1	1	1	1	2	1
<b>Servidores</b>						
Efetivos de nível superior	2	2	1	4	4	1
Efetivos de nível médio	10	5	5	12	15	5
Comissionados sem vínculo efetivo	1	0	0	0	0	0
Efetivos c/ cargo comissão	0	0	0	0	0	0
Efetivos c/função confiança	5	4	4	4	5	4
Cedidos à disposição do MPF	0	0	0	0	0	0
<b>Subtotal (*)</b>	<b>18</b>	<b>11</b>	<b>10</b>	<b>20</b>	<b>24</b>	<b>10</b>
<b>Estagiários</b>						
Estagiários nível superior	6	3	3	3	6	2
Estagiários nível médio	0	0	0	0	0	0
<b>Subtotal</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>6</b>	<b>2</b>
<b>Aprendizes</b>						
Aprendizes	0	0	0	0	0	0
<b>Terceirizados</b>						
Terceirizados	8	7	3	4	8	6
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>33</b>	<b>22</b>	<b>17</b>	<b>28</b>	<b>40</b>	<b>19</b>

**5.3. Quadro de servidores efetivos por cargo.** O quantitativo de servidores por cargo efetivo ocupado é o seguinte:

CARGO	PR-PR SEDE	PRM APUCARANA	PRM CAMPO MOURÃO	PRM CASCAVEL	PRM FOZ DO IGUAÇU	PRM FRANCISCO BELTRÃO
ANALISTA DO MPU/TEC. DA INF. COMUNIC./DESENV. SISTEMAS	2	0	0	0	0	0
ANALISTA MPU/TEC. DA INF. E COMUNIC./SUPORTE E INFR.	2	0	0	0	0	0
ANALISTA MPU/APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO/COMUN. SOC.	1	0	0	0	0	0

ANALISTA DO MPU/APOIO JURIDICO/DIREITO	28	1	1	7	12	2
ANALISTA MPU/PERICIA/CONTABILIDADE	1	0	0	0	0	0
ANALISTA MPU/PERICIA/ENG. CIVIL	3	0	0	0	0	0
ANALISTA MPU/APOIO TÉCN.-ESP./GESTÃO PÚBLICA	4	0	0	1	1	1
ANALISTA MPU/APOIO TÉCNICO ADMINIST./BIBLIOTECONOMIA	2	0	0	0	0	0
ANALISTA MPU/APOIO TÉCN.-ESP./PLANEJ. E ORÇAM.	1	0	0	0	0	0
ANALISTA MPU/MEDICINA/CLÍNICA MÉDICA	1	0	0	0	0	0
TÉCNICO MPU/APOIO TÉCNICO ADM./ ADMINISTRAÇÃO	92	5	6	18	27	5
TÉCNICO MPU/APOIO TÉCNICO ADM./TÉCNICO INFORMÁTICA	14	0	1	1	3	1
TÉCNICO MPU/APOIO TÉCNICO ADM./SEG. INST.TRANSPORTE	10	1	1	2	5	1
TÉCNICO MPU/APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO/ORÇAMENTO	1	0	1	0	0	0

CARGO	PRM GUARAPUAVA	PRM GUAÍRA	PRM JACAREZINHO	PRM LONDRINA	PRM MARINGÁ	PRM PARANAGUÁ
ANALISTA DO MPU/APOIO JURIDICO/DIREITO	2	2	9	8	7	2
ANALISTA MPU/PERICIA/ANTROPOLOGIA	0	0	0	1	0	0
TÉCNICO MPU/APOIO TÉCNICO ADM./ ADMINISTRAÇÃO	5	5	4	22	20	7
TÉCNICO MPU/APOIO TÉCNICO ADM./TÉCNICO INFORMÁTICA	1	0	0	2	0	1
TÉCNICO MPU/APOIO TÉCNICO ADM./SEG. INST.TRANSPORTE	1	1	1	3	2	2

CARGO	PRM PARANAÍ	PRM PATO BRANCO	PRM PONTA GROSSA	PRM UMUARAMA	PRM UNIÃO DA VITÓRIA
ANALISTA DO MPU/APOIO JURIDICO/DIREITO	2	1	4	4	1
TÉCNICO MPU/APOIO TÉCNICO ADM./ ADMINISTRAÇÃO	4	4	10	12	4
TÉCNICO MPU/APOIO TÉCNICO ADM./TÉCNICO INFORMÁTICA	0	0	1	1	0

TÉCNICO MPU/APOIO TÉCNICO ADM./SEG. INST. TRANSPORTE	1	1	1	2	1
--	---	---	---	---	---

#### 5.4. Cargos em comissão.

UNIDADE	CARGOS EM COMISSÃO		
	Providos por servidores efetivos	Providos por servidores s/ vínculo	Providos por servidores requisitados
PR-PR (SEDE)	14	18	
PRM-APUCARANA	-	-	
PRM-CAMPO MOURÃO	-	1	
PRM-CASCADEL	-	3	
PRM-FOZ DO IGUAÇU	1	2	
PRM-FRANCISCO BELTRÃO	-	-	
PRM-GUARAPUAVA	-	-	
PRM-GUAÍRA	-	1	
PRM-JACAREZINHO	-	-	
PRM-LONDRINA	2	1	
PRM-MARINGÁ	1	1	
PRM-PARANAGUÁ	-	1	
PRM-PARANAVAÍ	-	-	
PRM-PATO BRANCO	-	-	
PRM-PONTA GROSSA	-	-	
PRM-UMUARAMA	-	-	
PRM-UNIÃO DAVITÓRIA	-	-	
<b>TOTAL</b>	<b>18</b>	<b>28</b>	

#### 5.5. Funções de confiança.

UNIDADE	Função de Confiança		
	Providos por servidores efetivos	Providos por servidores s/ vínculo	Providos por servidores requisitados
PR-PR (SEDE)	43		1
PRM-APUCARANA	4		
PRM-CAMPO MOURÃO	4		
PRM-CASCADEL	6		
PRM-FOZ DO IGUAÇU	14		
PRM-FRANCISCO BELTRÃO	4		
PRM-GUARAPUAVA	4		
PRM-GUAÍRA	5		
PRM-JACAREZINHO	4		
PRM-LONDRINA	11		
PRM-MARINGÁ	10		
PRM-PARANAGUÁ	5		
PRM-PARANAVAÍ	4		

PRM-PATO BRANCO	4		
PRM-PONTA GROSSA	4		
PRM-UMUARAMA	5		
PRM-UNIÃO DA VITÓRIA	4		
<b>TOTAL</b>	<b>135</b>		<b>1</b>

## 6. INGRESSO, RESIDÊNCIA, EXERCÍCIO DO MAGISTÉRIO E HORÁRIO DE TRABALHO DOS PROCURADORES

**6.1. Membros entrevistados.** Foram entrevistados pelas equipes de inspeção os Procuradores da República André Carlos de Amorim Pimentel Filho, Athayde Ribeiro Costa, Carlos Fernando Mazzoco, Carlos Vinícius Soares Cabeleira, Elisandra de Oliveira Olímpio, Ercias Rodrigues de Souza, Fabricio Caser, Fernando Amorim Lavieri, Flávio Bhering Leite Praça, Júlio César de Castilhos Oliveira Costa, Nadja Machado Botelho, Paulo Augusto Guaresqui, Alexandre Senra, Renata Maia da Silva, Jorge Munhós de Souza, Paulo Henrique Camargos Trazzi e Carolina Augusta da Rocha Rosado.

**6.1.1.** O Procurador da República Gabriel Silveira de Queiroz Campos estava participando de curso em outro Estado da Federação, por interesse do serviço público. A Procuradora da República Walquiria Imamura Picoli estava em gozo de férias durante o período em que realizada a inspeção.

**6.2. Quadro geral de informações sobre os membros.** De acordo com as informações prestadas pelos membros entrevistados, nenhum exerce a advocacia. A tabela a seguir consolida as informações inerentes aos membros lotados nas unidades inspecionadas:

MEMBRO	DATA EM QUE ASSUMIU O ÓRGÃO	RESIDÊNCIA NA SUBSEÇÃO	EXERCÍCIO DO MAGISTÉRIO	PERÍODO EM QUE CUMPRE EXPEDIENTE
<b>Adriana Aparecida Storoz Mathias dos Santos</b>	2014	Sim	Não	Diariamente, das 13:00 às 19:00 e, quando necessário, das 09:00 às 12:00.
<b>Alessandro José Fernandes de Oliveira</b>	20/12/2013	Sim	Não	Diariamente, das 10:00 às 18:30, com intervalo de 30 minutos para almoço.
<b>Alexandre Melz Nardes</b>	Set/2007	Sim	Não	Diariamente, das 09:30 às 17:45, com intervalo de 30 minutos para almoço.
<b>Antônia Lélia Neves Sanches</b>	1992	Sim	Não	Diariamente, das 14:00 às 19:00/20:00.
<b>Cristiana Koliski Taguchi</b>	2012	Sim	Não	Diariamente, das 09:30/10:00 às 12:00, e das 13:30 às 18:00.
<b>Daniel Holzmann Coimbra</b>	Jun/2014	Sim	Não	Diariamente, das 13:00 às 20:00.
<b>Deltan Martinazzo Dallagnol</b>		Sim	Sim	Diariamente, das 13:00 às 20:00, no gabinete, realizando trabalho em casa em razão da demanda.
<b>Elena Urbanavicius Marques</b>	2004	Sim	Não	Diariamente, das 12:00 às 19:00. Quando necessário comparece ao gabinete pela manhã.
<b>Elizabeth Gumiel de Toledo *</b>	Prej.	Prej.	Prej.	Prej.

<b>Eloísa Helena Machado **</b>	Prej.	Prej.	Prej.	Prej.
<b>João Gualberto Garcez Ramos</b>	6/Ago/2012	Sim	Sim	Diariamente, das 14:00 às 20:00, salvo nos dias em que ministra aulas, quarta-feira às 17:00, retornando ao gabinete.
<b>João Vicente Beraldo Romão</b>	5/jul/2013	Sim	Não	Diariamente, de 09:00/10:00 às 19:00, com intervalo de 30 minutos para almoço.
<b>José Soares Frisch</b>	Mai/2014	Sim	Não	Diariamente, das 13:30 às 19:30.
<b>Letícia Pohl Martello</b>	Jul/2005	Sim	Não	Diariamente, das 13:00 às 19:00, sendo que, às terças e quintas-feiras, compare também pela manhã.
<b>Luís Sérgio Langowsck</b>	Dez/1989	Sim	Sim	Diariamente, das 15:00 às 20:00/20:30.
<b>Mônica Dorotéia Bora</b>	2011	Sim	Não	Diariamente, das 14:00 às 18:00 e, duas ou três vezes na semana, das 09:00 às 11:30.
<b>Paula Cristina Conti Tha</b>	Ago/2012	Sim	Não	Diariamente, das 13:00 às 17:30 e, três vezes por semana, das 09:00 às 12:00.
<b>Renita Cunha Kravetz</b>	Jun/2013	Sim	Não	Diariamente, das 13:00 às 18:00 e, duas ou três vezes por semana, no período da manhã, em horário incerto.
<b>Sérgio Valladão Ferraz</b>	05/08/2014	Sim	Não	Diariamente, aproximadamente das 12:30 às 19:30.
<b>Yara Queiroz Ribeiro da Silva Sprada</b>	2004	Sim	Não	Diariamente, das 09:00 às 12:00 e das 13:30 às 19:30, às segundas, terças e quintas-feiras, e das 13:30 às 19:30, às quartas e sextas-feiras.
<b>Carlos Henrique Macedo Bara</b>	Jan/2007	Sim	Não	Das 13:00 às 20:00.
<b>Felipe Delia Camargo</b>	20/Jun/2014	Sim	Não	Das 12:00 às 20:00.
<b>Thales Fernando Lima</b>	Jun/2014	Sim	Não	Das 08:30 às 12:00 e das 13:00 às 18:00.
<b>Alexandre Collares Barbosa</b>	20/Jun/2014	Sim	Não	Das 13:00 às 19:00.
<b>Alexandre Halfen da Porciuncula</b>	24/Fev/2014	Sim	Não	Das 13:30 às 19:30.
<b>Andreia Pistono Vitalino</b>	2009	Sim	Não	Das 09:00 às 12:30 e das 13:30 às 18:00.
<b>Carollina Rachel Costa Ferreira Tavares</b>	14/Ago/2014	Sim	Não	Das 13:00 às 19:30.
<b>Daniel de Jesus Sousa Santos</b>	20/Jun/2014	Sim	Não	Das 13:00 às 19:30.
<b>Daniela Caselani Sitta</b>	21/Mai/2013	Sim	Não	Das 11:00 às 18:30.
<b>Juliano Baggio Gasperin</b>	29/Mai/2013	Sim	Não	Das 09:30 às 12:30 e das 13:00 às 19:00.
<b>Lucas Aguilar Sette</b>	20/06/2014	Sim	Não	Das 13:00 às 19:00.
<b>Robson Martins</b>	20/Jun/2014	Sim	Não	Das 12:00 às 19:00.
<b>Cintia Maria de Andrade</b>	Nov/2005	Sim	Não	Diariamente, das 13:30 às 18:30.
<b>Gustavo de Carvalho Guadanhin</b>	4/Jun/2014	Sim	Não	Das 13:30 às 19:00.
<b>João Akira Omoto ***</b>	Prej.	Prej.	Prej.	Prej.



<b>José Mauro Luizão</b>	Mai/2008	Sim	Não	Diariamente, das 12:30 às 19:00, havendo necessidade comparece também no período matutino.
<b>Luiz Antônio Ximenes Cibin</b>	1º/Mar/2010	Sim	Não	Diariamente, das 10:00 às 12:00 e das 14:00 às 19:00.
<b>Marcelo de Souza</b>	Jun/2012	Sim	Não	Não possui horário fixo. Em geral no período vespertino, com exceção das sextas-feiras, que comparece também no período matutino.
<b>Adrian Pereira Ziemba</b>	Mai/2013	Sim	Não	Diariamente, das 09:00 às 19:00, com intervalo de 2 (duas) horas para almoço.
<b>Carlos Alberto Sztoltz</b>	Início de 2002	Sim	Não	Diariamente, das 13:00 às 17:30, podendo se estender pela noite e, esporadicamente, pela manhã.
<b>Daniele Dias Curvelo</b>	Ago/2012	Sim	Não	Diariamente, das 10:00 às 18:00, com intervalo de 30 (trinta) minutos para almoço.
<b>Natalício Claro da Silva</b>	1º/Ago/1996	Sim	Não	Diariamente, das 09:00/09:30 às 18:00, com intervalo de 1 (uma) hora para almoço.

\* Licença médica

\*\* Férias

\*\*\* Licença

**6.2.1. Localidade de residência.** Os Procuradores da República entrevistados afirmaram residir na subseção em que estão lotados.

**6.2.2. Exercício do Magistério.** **a)** O Procurador da República Deltan Martinazzo Dallagnol declarou ministrar aulas na Fundação Escola do Ministério Público do Estado do Paraná, instituição pública, desde o final de agosto, com carga horária de 18 (dezoito) horas, distribuídas nos meses de agosto, setembro e outubro; **b)** O Procurador da República João Gualberto Garcez Ramos declarou ministrar aulas na Universidade Federal do Paraná, instituição pública, sob regime de 40 horas, sendo oito horas/aula por semana, à noite e uma aula às 17:00, durante o semestre em que realizada a inspeção. Informou, ainda, não exercer cargo administrativo na UFPR; **c)** O Procurador da República Luis Sérgio Langowsck declarou ministrar aulas na Universidade Tuiuti do Paraná, entidade privada, com carga horária de 8 (oito) horas semanais efetivas. Declarou, ainda, não exercer cargo administrativo na Universidade; **d)** O Procurador da República Alessandro José Fernandes Oliveira, apesar de afirmar não exercer o magistério, declarou, eventualmente, ministrar módulos de pós-graduação.

**6.3. Cursos de Aperfeiçoamento.** Os seguintes membros informaram participar atualmente de cursos de aperfeiçoamento: **a)** O Procurador da República Alessandro José Fernandes Oliveira declarou cursar doutorado em Direito Econômico na Pontifícia Universidade Católica; **b)** A Procuradora da República Antônia Lélia Neves Sanches declarou frequentar os cursos sobre o Tráfico de Pessoas e o Desmatamento Ilegal, ambos ministrados na ESMPU; **c)** A Procuradora da República Elena Urbanavicius Marques declarou participar dos cursos Novas Perspectivas no Processo Penal com Ênfase na Nova Lei do Crime Organizado e sobre Improbidade Administrativa, ambos ministrados na ESMPU; **d)** A Procuradora da República Paula Cristina Contitha declarou participar de cursos da ESMPU, sem, entretanto, especificá-los; **e)** O Procurador da República Sérgio Valladão Ferraz declarou cursar doutorado em Direito Penal Econômico e já ter participado de cursos na ESMPU; **f)** O Procurador da República Carlos Henrique Macedo Bara declarou participar do Encontro Internacional de Cooperação Internacional em Foz do Iguaçu, ocorrido no período de 29 a 31

de julho de 2014; **g)** O Procurador da República Felipe Délia Camargo informou ter participado do curso Técnicas de Inquirição de Testemunhas e Interrogatório ministrado na ESMPU, em junho de 2014; **h)** A Procuradora da República Carolina Costa Ferreira Tavares informou os dois últimos cursos que participou na ESMPU: “Inovações do Processo Civil” e “Medidas Cautelares Reais Penais”; **i)** O Procurador da República Lucas Aguilar Sette declarou o último curso que participou na ESMPU: “Teoria da Prova no Enfrentamento da Macrocriminalidade”; **j)** O Procurador da República José Mauro Luizão informou haver concluído mestrado em Direito Negocial em 2013 e está elaborando monografia para obtenção do título de especialista em Filosofia Política, não havendo declarado a instituição em que realizados os cursos; **k)** O Procurador da República Gustavo de Carvalho Guadanhin declarou participar do curso de mestrado em Direito Penal na Universidade de São Paulo.

**6.4. Atendimento ao público/advogados pelo membro.** Relativamente ao atendimento ao público e advogados, os membros entrevistados informaram o seguinte:

<b>Adriana Aparecida Storz Mathias dos Santos</b>	Atende mediante solicitação, no próprio gabinete.
<b>Alessandro José Fernandes de Oliveira</b>	Atende, frequentemente, no próprio gabinete.
<b>Alexandre Melz Nardes</b>	Atende, se necessário, no próprio gabinete.
<b>Antônia Lélia Neves Sanches</b>	Atende, se necessário, no próprio gabinete ou na sala de reuniões.
<b>Cristiana Koliski Taguchi</b>	Atende, se necessário, no próprio gabinete.
<b>Daniel Holzmann Coimbra</b>	Atende, se necessário, no próprio gabinete.
<b>Deltan Martinazzo Dallagnol</b>	Atende, se necessário, na sala de reuniões.
<b>Elena Urbanavicius Marques</b>	Atende, se necessário, no próprio gabinete. Em se tratando apenas de informações, o assessor atende na sala de atendimento ao cidadão.
<b>Elizabeth Gumiel de Toledo *</b>	Prej.
<b>Eloísa Helena Machado **</b>	Prej.
<b>João Gualberto Garcez Ramos</b>	Atende, se necessário, no próprio gabinete. Há, também, a sala de atendimento ao cidadão.
<b>João Vicente Beraldo Romão</b>	Atende mediante solicitação, no próprio gabinete.
<b>José Soares Frisch</b>	Atende, se necessário, no próprio gabinete ou na sala de reuniões.
<b>Letícia Pohl Martello</b>	Atende, se necessário, no próprio gabinete.
<b>Luís Sérgio Langowsck</b>	Atende, se necessário, no próprio gabinete. Há também um setor de atendimento ao público no andar térreo.
<b>Mônica Dorotéia Bora</b>	Atende, se necessário, no próprio gabinete ou na sala de reuniões.
<b>Paula Cristina Conti Tha</b>	Atende, se necessário, no próprio gabinete.
<b>Renita Cunha Kravetz</b>	Atende, se necessário, na sala de reuniões.
<b>Sérgio Valladão Ferraz</b>	Atende, se necessário, no próprio gabinete.
<b>Yara Queiroz Ribeiro da Silva Sprada</b>	Atende, se necessário, no próprio gabinete.
<b>Carlos Henrique Macedo Bara</b>	Atende por solicitação do interessado.
<b>Felipe Delia Camargo</b>	Atende quando solicitado pela parte em caráter de imprescindibilidade, ou quando constatada a necessidade. O primeiro atendimento é feito pelo servidor do Serviço de Atendimento ao Cidadão.
<b>Thales Fernando Lima</b>	Atende por solicitação, com precaução de, em geral, manter um servidor presenciando a conversa.
<b>Alexandre Collares Barbosa</b>	Atende de acordo com a necessidade da demanda.
<b>Alexandre Halfen da Porciuncula</b>	Atende aos advogados. Quanto ao público em geral, é feita uma triagem na recepção, que verifica se o atendimento exige ou não o atendimento direto pelo Procurador da República.

<b>Andreia Pistono Vitalino</b>	Atende de acordo com a necessidade da demanda.
<b>Carollina Rachel Costa Ferreira Tavares</b>	Atende sempre que a demanda exige.
<b>Daniel de Jesus Sousa Santos</b>	Atende de acordo com a necessidade da demanda.
<b>Daniela Caselani Sitta</b>	Não.
<b>Juliano Baggio Gasperin</b>	Atende de acordo com a necessidade da demanda.
<b>Lucas Aguilar Sette</b>	Atende de acordo com a necessidade da demanda.
<b>Robson Martins</b>	Atende de acordo com a necessidade da demanda.
<b>Cintia Maria de Andrade</b>	Atende quando solicitado.
<b>Gustavo de Carvalho Guadanhin</b>	Atende durante o expediente.
<b>João Akira Omoto ***</b>	Prej.
<b>José Mauro Luizão</b>	Atende sempre que solicitado.
<b>Luiz Antônio Ximenes Cibin</b>	Atende quando solicitado.
<b>Marcelo de Souza</b>	Sim.
<b>Adrian Pereira Ziemba</b>	Atende sem necessidade de agendamento prévio.
<b>Carlos Alberto Sztoltz</b>	Atende sem necessidade de agendamento prévio, com exceção do réu.
<b>Daniele Dias Curvelo</b>	Atende, por meio de agendamento prévio, sem prejuízo de atendimento imediato nas hipóteses urgentes.
<b>Natalício Claro da Silva</b>	Atende sem necessidade de agendamento prévio.

\* Licença médica

\*\* Férias

\*\*\* Licença

**6.5. Gestão de recursos decorrentes de Termos de Ajuste de Conduta, transações penais e outros acordos.** Em resposta ao questionamento quanto à gestão de recursos eventualmente provenientes da celebração de Termos de Ajuste de Conduta, ou de outras transações, inclusive no âmbito judicial, os membros entrevistados informaram o seguinte:

<b>Adriana Aparecida Storoz Mathias dos Santos</b>	Os recursos são gerenciados pela Justiça Federal, sob fiscalização do MPF na aprovação da destinação às entidades conveniadas e na prestação de contas.
<b>Alessandro José Fernandes de Oliveira</b>	Não se aplica à legislação eleitoral.
<b>Alexandre Melz Nardes</b>	Os recursos são geridos pelos juízos federais, sob fiscalização do MPF, tanto no credenciamento de entidades interessadas, quanto na prestação de contas.
<b>Antônia Lélia Neves Sanches</b>	Não tem feito termos de ajustamento de conduta, pois há sempre recusa na sua celebração pela outra parte. Opta por fazer termos de cooperação e atas, por entender surtirem melhores resultados. Não tem atribuição criminal.
<b>Cristiana Koliski Taguchi</b>	Na área criminal, os recursos são geridos pela Justiça Federal, sob fiscalização do MPF quanto à liberação dos recursos e prestação de contas. São projetos das entidades interessadas que são analisados e, se preenchidos os requisitos legais, deferidos, havendo fiscalização do MPF também quanto à prestação de contas desses recursos.
<b>Daniel Holzmann Coimbra</b>	A Justiça Federal gerencia os recursos. Antes de destinar os valores, envia os projetos ao MPF para parecer e posterior análise da prestação de contas pelas entidades conveniadas destinatárias dos recursos.
<b>Deltan Martinazzo Dallagnol</b>	Não tem experiência nesse aspecto, na atual fase do processo em que está com atuação exclusiva.
<b>Elena Urbanavicius Marques</b>	O gerenciamento é feito pelo Poder Judiciário. Cada vara federal tem uma conta bancária e o MPF fiscaliza o cadastramento de entidades e o efetivo destino das verbas a essas entidades.
<b>Elizabeth Gumiel de Toledo *</b>	Prej.

<b>Eloísa Helena Machado **</b>	Prej.
<b>João Gualberto Garcez Ramos</b>	Não houve, nos últimos tempos, qualquer caso que gerasse recursos na área de atuação do Procurador.
<b>João Vicente Beraldo Romão</b>	Como Procurador-chefe não tem acesso a tais recursos, de acordo com Portaria do PGR.
<b>José Soares Frisch</b>	As varas federais criminais gerem tais recursos, sob fiscalização do MPF, no âmbito do credenciamento, aprovação de projetos e prestação de contas.
<b>Letícia Pohl Martello</b>	Destinados pelas varas federais às entidades conveniadas, tendo a supervisão do MPF quanto a regularidade do convênio e emprego de verbas.
<b>Luís Sérgio Langowsck</b>	Não faz gestão desses recursos.
<b>Mônica Dorotéia Bora</b>	São geridos em contas bancárias pertencentes a cada um dos juízos federais criminais, sob fiscalização do MPF quanto ao credenciamento de entidades interessadas, projetos sociais para destinação dos recursos com fiscalização, inclusive, de prestação de contas.
<b>Paula Cristina Conti Tha</b>	No âmbito criminal (área de atuação da Procuradora da República) são geridos pela Justiça Federal, sob fiscalização do MPF quanto à destinação dos recursos às entidades destinatárias e prestação de contas.
<b>Renita Cunha Kravetz</b>	Não teve quaisquer experiências que gerassem recursos no âmbito cível e, no criminal, a administração desses recursos fica a cargo do juízo federal, sob fiscalização do MPF.
<b>Sérgio Valladão Ferraz</b>	Ainda não teve essa experiência.
<b>Yara Queiroz Ribeiro da Silva Sprada</b>	Na área criminal os recursos são depositados em uma conta bancária do juízo federal e destinados a entidades conveniadas, sob fiscalização do MPF.
<b>Carlos Henrique Macedo Bara</b>	A PRM não gere recursos financeiros.
<b>Felipe Delia Camargo</b>	A PRM não gere recursos financeiros.
<b>Thales Fernando Lima</b>	A PRM não gere recursos financeiros.
<b>Alexandre Collares Barbosa</b>	Os recursos decorrentes de transação penal ou suspensão condicional do processo são depositados em conta judicial, gerenciada pelo Poder Judiciário. Não há recursos decorrentes de TAC.
<b>Alexandre Halfen da Porciuncula</b>	Os recursos são depositados em conta judicial gerida pelo Poder Judiciário.
<b>Andreia Pistono Vitalino</b>	Os recursos são depositados em conta judicial gerida pelo Poder Judiciário.
<b>Carollina Rachel Costa Ferreira Tavares</b>	Os recursos são depositados em conta judicial gerida pelo Poder Judiciário.
<b>Daniel de Jesus Sousa Santos</b>	Os recursos são depositados em conta judicial gerida pelo Poder Judiciário.
<b>Daniela Caselani Sitta</b>	Os recursos são depositados em conta judicial gerida pelo Poder Judiciário.
<b>Juliano Baggio Gasperin</b>	Os recursos são depositados em conta judicial gerida pelo Poder Judiciário.
<b>Lucas Aguilar Sette</b>	Os recursos são depositados em conta judicial gerida pelo Poder Judiciário.
<b>Robson Martins</b>	Não há recursos financeiros envolvidos até o momento da inspeção.
<b>Cintia Maria de Andrade</b>	Informou não ter firmado TAC, não administrando recursos.
<b>Gustavo de Carvalho Guadanhin</b>	Informou não haver firmado TAC em Londrina.
<b>João Akira Omoto ***</b>	Prej.
<b>José Mauro Luizão</b>	Informou não ter firmado TAC, não administrando recursos.
<b>Luiz Antônio Ximenes Cibin</b>	Informou não ter firmado TAC, preferindo utilizar recomendações, pois também constituem o interessado em mora.
<b>Marcelo de Souza</b>	Informou não ter firmado TAC desde a sua transferência para a PRM Londrina.
<b>Adrian Pereira Ziemba</b>	Os recursos das transações penais/suspensão condicional/prestações pecuniárias são depositados em conta única do judiciário, sendo aplicados a partir da apresentação de projetos, com acompanhamento do MPF. Não foi firmado TAC no período.
<b>Carlos Alberto Sztoltz</b>	Os recursos das transações penais/suspensão condicional/prestações pecuniárias são depositados em conta única do judiciário, sendo aplicados a partir da apresentação de projetos, com acompanhamento do MPF.

<b>Daniele Dias Curvelo</b>	Os recursos das transações penais/suspensão condicional/prestações pecuniárias são depositados em conta única do judiciário, sendo aplicados a partir da apresentação de projetos, com acompanhamento do MPF. No único TAC firmado não houve previsão de destinação de recursos.
<b>Natalício Claro da Silva</b>	Os recursos das transações penais/suspensão condicional/prestações pecuniárias são depositados em conta única do judiciário, sendo aplicados a partir da apresentação de projetos, com acompanhamento do MPF.

\* Licença médica

\*\* Férias

\*\*\* Licença

## 7. REPARTIÇÃO DE ATRIBUIÇÕES ENTRE MEMBROS

**7.1. Repartição das atribuições.** (Como é realizada a repartição na capital e nas PRMs, informando respectivo ato normativo). A repartição dos serviços na Procuradoria da República no Estado do Paraná está regulamentada pela Portaria PR/Nº 484 de 1º de Julho de 2014.

**7.1.1. Do Procurador Chefe. Atribuições.** Ao Procurador-chefe no Estado do Paraná incumbe: gerir os recursos orçamentários e financeiros de forma vinculada às ações destinadas nos planos internos do Ministério Público Federal; autorizar a contratação de serviços de natureza continuada quando disponibilizada dotação orçamentária para o pagamento no respectivo exercício financeiro; prover e desprover as funções de confiança no âmbito administrativo da unidade gestora e respectivas unidades administrativas, onde houver, que lhe forem vinculadas; dar posse aos servidores que lhe forem subordinados; definir a lotação interna dos servidores da unidade gestora, observando a estrutura administrativa fixada pelo Procurador-Geral da República; instaurar sindicância e processo administrativo disciplinar contra servidores e aplicar penalidades de advertência e suspensão de até 30 dias; aplicar a licitantes e contratados a penalidade de suspensão temporária de licitar e contratar com a unidade gestora; decidir recursos hierárquicos relativos às penalidades de advertência e multa aplicadas pelo ordenador de despesas a licitantes e fornecedores; exercer juízo de reconsideração relativo à penalidade de suspensão temporária de licitar e contratar com a unidade gestora ou encaminhar recurso hierárquico ao Procurador-Geral da República; ratificar a dispensa ou inexigibilidade de licitação para contratação de bens e serviços; aprovar contratos, firmar ajustes e termos de cooperação e celebrar convênios de caráter administrativo, que tenham efeito no âmbito da unidade gestora e respectivas unidades administrativas, se for o caso, exceto quando o signatário for o Presidente da República, o Vice-Presidente da República, membro do Congresso Nacional, Ministro do Supremo Tribunal Federal, Ministro de Estado, Ministro de Tribunal Superior, Ministro do Tribunal de Contas da União ou Chefe de Missão Diplomática de caráter permanente; zelar pela correta aplicação dos recursos orçamentários e financeiros, observando as normas pertinentes à Lei de Responsabilidade Fiscal; remeter à Secretaria-Geral os relatórios semestrais e a estatística mensal das atividades institucionais; solicitar ao Secretário-Geral autorização para realização de horas extras, no âmbito da unidade gestora, como também no âmbito da unidade administrativa, onde houver, ou requerer o respectivo pagamento quando realizadas em caráter de urgência; designar, quando solicitado, servidor para efetuar os registros pertinentes nos aplicativos de gerenciamento do Ministério Público Federal; organizar e gerenciar as atividades administrativas do gabinete, observadas as normas específicas editadas sobre a matéria; definir as atribuições das Divisões, da Comissão Permanente de Licitação, dos Núcleos, das Seções e dos Setores da respectiva estrutura administrativa da unidade gestora, observadas as normas regulamentares quando estabelecidas pelo Procurador-Geral da República; definir as atribuições das Coordenadorias, Subcoordenadorias e Setores das unidades administrativas vinculadas às unidades gestoras, onde houver, observadas as normas regulamentares estabelecidas pelo Procurador-Geral da República; fazer cumprir as orientações expedidas pela Administração superior; autorizar ou adotar as providências administrativas inerentes ao funcionamento da unidade.

**7.1.2. Do Núcleo Criminal e de Combate à Corrupção. Atribuições.** O Núcleo Criminal e de Combate à Corrupção compreende 14 (quatorze) cargos, cuja atuação dar-se-á: nos feitos judiciais e extrajudiciais afetos à 2ª, à 5ª e à 7ª Câmaras de Coordenação e Revisão, à exceção dos crimes contra o patrimônio ambiental e cultural, observando-se o regramento do Grupo de Controle Externo da Atividade Policial; como *custos legis* em todos os feitos judiciais criminais, exceto aqueles decorrentes de crimes contra o patrimônio ambiental e cultural; nos feitos judiciais distribuídos ao Juizado Especial Federal Criminal e às Turmas Recursais quando se tratar de matéria criminal; nos feitos judiciais e extrajudiciais relativos aos atos de improbidade administrativa previstos na Lei nº 8.429/92 e conexos; nos Incidentes de Transferência e nas Execuções Penais vinculados à Seção de Execução Penal de Catanduvas; como órgão do Ministério Público Federal perante o Conselho Penitenciário do Estado do Paraná, tendo como atribuição: **a)** participar das sessões semanais do Conselho; **b)** manifestar-se em processos e procedimentos distribuídos pelo Conselho; **c)** realizar inspeções, no interesse do Conselho, em presídios ou outros locais onde haja presos custodiados; **d)** supervisionar os patronatos, os conselhos da comunidade, bem como a assistência aos egressos; **e)** desempenhar outras atribuições afetas à política penitenciária, previstas em Lei e no Regimento Interno do Conselho Penitenciário do Estado do Paraná.

**7.1.3. Do Núcleo Cível e Ambiental. Atribuições.** O Núcleo Cível e Ambiental tem atribuição para atuar em feitos judiciais e extrajudiciais afetos ao tema Meio Ambiente e Patrimônio Cultural e feitos judiciais e extrajudiciais de natureza cível, ressalvados os casos de atribuição do Núcleo Criminal e de Combate à Corrupção, compreendendo 06 (seis) cargos, sendo: 01 (um) cargo temático do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural para atuar: **a)** na área criminal, em questões relacionadas a lesões de qualquer ordem ao patrimônio ambiental e cultural juridicamente protegido pela legislação; **b)** por matéria, nos feitos judiciais e extrajudiciais relativos à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão. **c)** como *custos legis* nos feitos judiciais relativos à matéria ambiental e patrimônio cultural; 05 (cinco) cargos para atuar: **a)** nos feitos judiciais e extrajudiciais afetos à PRDC, 1ª, 3ª e 6ª Câmaras de Coordenação e Revisão; **b)** como *custos legis* em 70% (setenta por cento) dos feitos judiciais cíveis, exceto aqueles afetos à matéria ambiental e patrimônio cultural; (Redação dada pela Portaria PRC/PR nº 687/2014, de 13/10/2014); **c)** nos feitos judiciais distribuídos ao Juizado Especial Federal Cível e às Turmas Recursais quando se tratar de matéria cível. Ao 6º (sexto) cargo do Núcleo Cível e Ambiental incumbe, nos termos da decisão do E. CSMPE, 30% (trinta por cento) restantes dos feitos distribuídos na forma da alínea “b”, inciso II, do artigo 5º (Redação dada pela Portaria PRC/PR nº 687/2014, de 13/10/2014).

**7.1.4. Da Procuradoria Regional Eleitoral. Atribuições.** Ao Procurador Regional Eleitoral no Estado do Paraná incumbe exercer as funções do Ministério Público nas causas de competência do Tribunal Regional Eleitoral respectivo, bem como atuar nos feitos extrajudiciais afetos à matéria eleitoral que sejam recebidos na PR/PR, sendo, ainda, o responsável pela direção e supervisão das atividades vinculadas ao cargo eleitoral.

**7.2. Distribuição.** (Como é realizada a distribuição de feitos entre os membros, informar ato normativo respectivo).

Ofício é um órgão de atuação funcional dos Procuradores da República lotados na Procuradoria da República no Estado do Paraná. Cada cargo da Procuradoria da República no Estado do Paraná é titularizado por um Procurador da República, que será o procurador natural para todos os feitos distribuídos.

No âmbito da Procuradoria da República no Estado do Paraná (PR-PR), a repartição de serviços é efetuada entre: **a)** Procuradoria Regional Eleitoral; **b)** Núcleo Cível e Ambiental; **c)** Núcleo Criminal e de Combate à Corrupção. O exercício da função de chefe na Procuradoria da República no Paraná está vinculado ao 6º Cargo do Núcleo Cível e Ambiental. (Redação dada pela Portaria PRC/PR nº 687/2014, de 13/10/2014).

**7.3. Outras atribuições.** Além das atribuições concernentes aos respectivos Ofícios, os membros da PR/PR e PRMs exercem outras atribuições, administrativas e funcionais, conforme o quadro seguinte (informar o nome somente daquele que tenha atribuição extra):

## 8. MOVIMENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL

### 8.1. OFÍCIO DO PROCURADOR-CHEFE DA PR/PR – JOÃO VICENTE BERALDO ROMÃO

**8.1.1. Movimentação de processos judiciais.** No período de setembro/2013 a agosto/2014, o Ofício do Procurador-chefe da PR/PR teve a seguinte movimentação de processos:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSOS													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
SALDO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DISTRIBUÍDOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
DEVOLVIDOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
SALDO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AUDIÊNCIAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0

**8.1.2. Movimentação de procedimentos extrajudiciais.** No mesmo período, para a unidade, a movimentação de procedimentos extrajudiciais foi a seguinte:

MOVIMENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
NOTÍCIA DE FATO DISTRIBUÍDA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
TAC FIRMADO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
ACP PROPOSTA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
ACP IMPROBIDADE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
ARQUIVAMENTO SEM REMESSA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
ARQUIVAMENTO COM REMESSA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
AUDIÊNCIAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0

Obs.: Conforme Portaria nº 428, de 5 de julho de 2013, o Dr. João Vicente Beraldo Romão foi integralmente dispensado do recebimento de autos judiciais e administrativos, enquanto designado Procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado do Paraná.

### 8.2. 1º OFÍCIO DA TUTELA COLETIVA – PR/PR – LUIS SÉRGIO LANGOWSKI

**8.2.1. Movimentação de processos judiciais.** No período de setembro/2013 a agosto/2014, o 1º Ofício da Tutela Coletiva da PR/PR teve a seguinte movimentação de processos:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSOS													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
SALDO	0	2	0	2	0	1	0	2	1	1	0	59	-

DISTRIBUÍDOS	4	2	4	2	3	2	2	0	4	0	61	287	371
DEVOLVIDOS	2	4	2	4	2	3	0	1	4	1	2	346	371
SALDO	2	0	2	0	1	0	2	1	1	0	59	0	-
AUDIÊNCIAS	0	0	1	0	0	1	0	1	0	0	1	3	7

**8.2.2. Movimentação de procedimentos extrajudiciais.** No mesmo período, para a unidade, a movimentação de procedimentos extrajudiciais foi a seguinte:

MOVIMENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
NOTÍCIA DE FATO DISTRIBUÍDA	17	27	15	19	27	31	32	11	19	17	17	31	263
TAC FIRMADO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP PROPOSTA	0	0	0	0	0	2	1	0	0	0	0	1	4
ACP IMPROBIDADE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ARQUIVAMENTO SEM REMESSA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ARQUIVAMENTO COM REMESSA	4	11	9	19	1	21	17	4	1	20	12	22	141
AUDIÊNCIAS	0	0	0	0	0	0	1	3	0	0	2	4	10

### 8.3. 2º OFÍCIO DA TUTELA COLETIVA – PR/PR – ANTÔNIA LÉLIA NEVES SANCHES

**8.3.1. Movimentação de processos judiciais.** No período de setembro/2013 a agosto/2014, o 2º Ofício da Tutela Coletiva da PR/PR teve a seguinte movimentação de processos:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSOS													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
SALDO	8	2	3	-1	0	-1	-1	-1	0	18	7	0	-
DISTRIBUÍDOS	21	30	17	14	30	18	18	12	29	4	5	628	826
DEVOLVIDOS	27	29	21	13	31	18	18	11	11	15	12	526	732
SALDO	2	3	-1	0	-1	-1	-1	0	18	7	0	102	-
AUDIÊNCIAS	0	0	0	0	1	0	0	4	0	0	0	1	6

**8.3.2. Movimentação de procedimentos extrajudiciais.** No mesmo período, para a unidade, a movimentação de procedimentos extrajudiciais foi a seguinte:

MOVIMENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
NOTÍCIA DE FATO DISTRIBUÍDA	0 (9 PP)	1 (15 PP 1 IC)	0 (10 PP)	0 (12 PP)	0 (25 PP)	1 (18 PP)	1 (15 PP - 1 IC)	1 (11 PP)	3 (17 PP)	0 (10 PP)	5 (4 PP)	1 (11 PP - 4 IC)	0
TAC FIRMADO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP PROPOSTA	0	1	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	3
ACP IMPROBIDADE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0



ARQUIVAMENTO SEM REMESSA	3	16	5	6	4	29	20	5	2	11	22	8	131
ARQUIVAMENTO COM REMESSA	0	1	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	3
AUDIÊNCIAS	7	15	9	8	9	7	11	15	15	12	1	11	120

#### 8.4. 3º OFÍCIO DA TUTELA COLETIVA – PR/PR – JOÃO GUALBERTO GARCEZ RAMOS

8.4.1. **Movimentação de processos judiciais.** No período de setembro/2013 a agosto/2014, o 3º Ofício da Tutela Coletiva da PR/PR teve a seguinte movimentação de processos:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSOS													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
SALDO	14	12	18	2	4	2	4	1	10	30	5	2	-
DISTRIBUÍDOS	18	18	19	12	5	29	26	25	32	14	10	383	591
DEVOLVIDOS	20	12	35	10	7	27	29	16	12	39	13	350	570
SALDO	12	18	2	4	2	4	1	10	30	5	2	35	-
AUDIÊNCIAS	4	3	2	0	1	1	3	2	3	2	4	1	26

8.4.2. **Movimentação de procedimentos extrajudiciais.** No mesmo período, para a unidade, a movimentação de procedimentos extrajudiciais foi a seguinte:

MOVIMENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
NOTÍCIA DE FATO DISTRIBUÍDA	2 NF 11PP	3 NF 6 PP 2 IC	7 PP	2 NF 1 PP 1 IC	3 NF 10PP	4 NF 15PP 17IC	1 NF 3 IC	5 PP	1 NF 6 PP 2 IC	3 NF 12PP	1 NF 3 PP 1 IC	1 NF 15PP	0
TAC FIRMADO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP PROPOSTA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP IMPROBIDADE	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2
ARQUIVAMENTO SEM REMESSA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ARQUIVAMENTO COM REMESSA	4	13	3	5	4	6	6	13	3	4	13	10	84
AUDIÊNCIAS	1	1	0	0	0	2	0	0	0	1	0	0	5

#### 8.5. 4º OFÍCIO DA TUTELA COLETIVA – PR/PR – RENITA CUNHA KRAVETZ

8.5.1. **Movimentação de processos judiciais.** No período de setembro/2013 a agosto/2014, o 4º Ofício da Tutela Coletiva da PR/PR teve a seguinte movimentação de processos:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSOS													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
SALDO	1	2	3	3	0	0	2	3	1	1	0	1	-
DISTRIBUÍDOS	1	4	1	2	1	4	4	1	2	1	4	331	356

DEVOLVIDOS	0	3	1	5	1	2	3	3	2	2	3	303	328
SALDO	2	3	3	0	0	2	3	1	1	0	1	29	-
AUDIÊNCIAS	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2

**8.5.2. Movimentação de procedimentos extrajudiciais.** No mesmo período, para a unidade, a movimentação de procedimentos extrajudiciais foi a seguinte:

MOVIMENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
NOTÍCIA DE FATO DISTRIBUÍDA	0 4 PP 1 IC	0 19 PP 1 IC	0 8 PP 0 IC	0 12 PP 0 IC	0 9 PP 1 IC	2 26 PP 6 IC	0 21 PP 0 IC	1 14 PP 1 IC	1 7 PP 0 IC	2 10 PP 1 IC	4 11 PP 0 IC	0 18 PP 0 IC	10
TAC FIRMADO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP PROPOSTA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
ACP IMPROBIDADE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ARQUIVAMENTO SEM REMESSA	0	0	0	1	0	2	0	0	1	1	0	0	5
ARQUIVAMENTO COM REMESSA	6	10	2	8	6	10	7	10	0	8	2	36	105
AUDIÊNCIAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

## 8.6. 1º OFÍCIO CÍVEL – PR/PR – ELIZABETH GUMIEL DE TOLEDO

**8.6.1. Movimentação de processos judiciais.** No período de setembro/2013 a agosto/2014, o 1º Ofício Cível da PR/PR teve a seguinte movimentação de processos:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSOS													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
SALDO	80	74	44	192	235	196	67	30	191	229	129	205	-
DISTRIBUÍDOS	221	324	601	156	285	234	273	346	429	357	512	807	4545
DEVOLVIDOS	227	354	453	113	323	363	310	185	391	457	436	252	3864
SALDO	74	44	192	235	196	67	30	191	229	129	205	760	-
AUDIÊNCIAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

**8.6.2. Movimentação de procedimentos extrajudiciais.** No mesmo período, para a unidade, a movimentação de procedimentos extrajudiciais foi a seguinte:

MOVIMENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
NOTÍCIA DE FATO DISTRIBUÍDA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
TAC FIRMADO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
ACP PROPOSTA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
ACP IMPROBIDADE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
ARQUIVAMENTO SEM REMESSA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0

ARQUIVAMENTO COM REMESSA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
AUDIÊNCIAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0

## 8.7. 2º OFÍCIO CÍVEL – PR/PR – VAGO

**8.7.1. Movimentação de processos judiciais.** No período de setembro/2013 a agosto/2014, o 2º Ofício Cível da PR/PR teve a seguinte movimentação de processos:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSOS													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
SALDO	22	127	15	516	97	156	61	31	96	155	82	1	-
DISTRIBUÍDOS	233	347	510	201	226	249	250	313	432	363	228	0	3352
DEVOLVIDOS	128	459	9	620	167	344	280	248	373	436	309	0	3373
SALDO	127	15	516	97	156	61	31	96	155	82	1	1	-
AUDIÊNCIAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Obs.: O saldo constante do mês de agosto/2014 se trata de inconsistência, inexistindo processo pendente para o gabinete.

**8.7.2. Movimentação de procedimentos extrajudiciais.** No mesmo período, para a unidade, a movimentação de procedimentos extrajudiciais foi a seguinte:

MOVIMENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
NOTÍCIA DE FATO DISTRIBUÍDA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
TAC FIRMADO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
ACP PROPOSTA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
ACP IMPROBIDADE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
ARQUIVAMENTO SEM REMESSA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
ARQUIVAMENTO COM REMESSA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
AUDIÊNCIAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0

Obs.: O gabinete está vago desde 09 de junho de 2014. Anteriormente estava ocupado pelo Procurador da República Manoel Henrique Munhoz.

## 8.8. 3º OFÍCIO CÍVEL – PR/PR – VAGO

**8.8.1. Movimentação de processos judiciais.** No período de setembro/2013 a agosto/2014, o 3º Ofício Cível da PR/PR teve a seguinte movimentação de processos:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSOS													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
SALDO	39	39	5	97	107	34	164	17	128	173	175	-	-
DISTRIBUÍDOS	261	309	526	276	246	207	278	304	476	344	159	-	3386

DEVOLVIDOS	261	343	434	266	319	77	425	192	436	342	340	-	3435
SALDO	39	5	97	107	34	164	17	128	173	175	-6	-	-
AUDIÊNCIAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	0

Obs.: O saldo negativo do mês de julho deve-se a inconsistências do Sistema ÚNICO, que duplicou as saídas de 6 Processos deste gabinete. A equipe de informática já está ciente do erro e está trabalhando junto à PGR para retificar tal incongruência.

**8.8.2. Movimentação de procedimentos extrajudiciais.** No mesmo período, para a unidade, a movimentação de procedimentos extrajudiciais foi a seguinte:

MOVIMENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
NOTÍCIA DE FATO DISTRIBUÍDA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
TAC FIRMADO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
ACP PROPOSTA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
ACP IMPROBIDADE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
ARQUIVAMENTO SEM REMESSA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
ARQUIVAMENTO COM REMESSA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
AUDIÊNCIAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0

Obs.: O gabinete ficou vago no período de 25 de março de 2014 a 31 de julho de 2014, não mais pertencendo ao 3º Ofício Cível após agosto de 2014. Anteriormente estava ocupado pelo Procurador da República Dilton Carlos Eduardo França.

## 8.9. 1º OFÍCIO CRIMINAL – PR/PR – MÔNICA DOROTÉA BORA

**8.9.1. Movimentação de processos judiciais.** No período de setembro/2013 a agosto/2014, o 1º Ofício Criminal da PR/PR teve a seguinte movimentação de processos:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSOS													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
SALDO	33	54	66	44	43	40	30	40	75	85	72	84	-
DISTRIBUÍDOS	63	73	67	55	55	89	57	178	140	91	160	124	1152
DEVOLVIDOS	42	61	89	56	58	99	47	143	130	104	148	156	1133
SALDO	54	66	44	43	40	30	40	75	85	72	84	52	-
AUDIÊNCIAS	6	7	10	1	0	9	7	14	8	1	3	11	77

**8.9.2. Movimentação de procedimentos extrajudiciais.** No mesmo período, para a unidade, a movimentação de procedimentos extrajudiciais foi a seguinte:

MOVIMENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
NOTÍCIA DE FATO DISTRIBUÍDA	17 (1 PP)	10	15	4	24	23	11	6	10	7	12	19	141
TAC FIRMADO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP PROPOSTA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP IMPROBIDADE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

ARQUIVAMENTO SEM REMESSA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ARQUIVAMENTO COM REMESSA	2	15	13	11	2	13	1	7	6	17	6	14	107	
AUDIÊNCIAS	2	0	0	0	0	0	0	1	1	5	0	2	11	

### 8.10. 2º OFÍCIO CRIMINAL – PR/PR – PAULA CRISTINA CONTI THA

**8.10.1. Movimentação de processos judiciais.** No período de setembro/2013 a agosto/2014, o 2º Ofício Criminal da PR/PR teve a seguinte movimentação de processos:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSOS													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
SALDO	85	87	87	90	51	53	81	78	80	108	100	131	-
DISTRIBUÍDOS	140	116	180	125	139	218	199	175	235	140	159	133	1959
DEVOLVIDOS	138	116	177	164	137	190	202	173	207	148	127	182	1961
SALDO	87	87	90	51	53	81	78	80	108	100	131	82	-
AUDIÊNCIAS	9	18	9	7	10	17	4	2	1	4	5	1	87

**8.10.2. Movimentação de procedimentos extrajudiciais.** No mesmo período, para a unidade, a movimentação de procedimentos extrajudiciais foi a seguinte:

MOVIMENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL														
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL	
NOTÍCIA DE FATO DISTRIBUÍDA	30	19	16	2	2	4	22	13	7	9	8	8	22	156
TAC FIRMADO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP PROPOSTA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP IMPROBIDADE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ARQUIVAMENTO SEM REMESSA	2	1	0	0	0	2	3	0	2	0	0	1	11	
ARQUIVAMENTO COM REMESSA	9	6	12	19	8	17	25	4	5	2	4	3	114	
AUDIÊNCIAS	2	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	4	

### 8.11. 3º OFÍCIO CRIMINAL – PR/PR – ELOÍSA HELENA MACHADO

**8.11.1. Movimentação de processos judiciais.** No período de setembro/2013 a agosto/2014, o 3º Ofício Criminal da PR/PR teve a seguinte movimentação de processos:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSOS													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
SALDO	21	35	29	39	52	21	16	19	23	30	27	32	-
DISTRIBUÍDOS	118	105	151	51	95	95	116	103	165	113	141	133	1386
DEVOLVIDOS	104	111	141	38	126	100	113	99	158	116	136	131	1373
SALDO	35	29	39	52	21	16	19	23	30	27	32	34	-

AUDIÊNCIAS	11	06	12	0	09	06	01	0	10	01	09	05	70
------------	----	----	----	---	----	----	----	---	----	----	----	----	----

**8.11.2. Movimentação de procedimentos extrajudiciais.** No mesmo período, para a unidade, a movimentação de procedimentos extrajudiciais foi a seguinte:

MOVIMENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
NOTÍCIA DE FATO DISTRIBUÍDA	18 (18 NF)	09 (9 NF)	14 (14 NF)	0	11 (11 NF)	12 (12 NF)	07 (7 NF)	06 (6 NF)	04 (3 NF + 1 PP)	04 (4 NF)	06 (5 NF + 1 PP)	27 (25 NF + 2 PP)	91
TAC FIRMADO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP PROPOSTA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP IMPROBIDADE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ARQUIVAMENTO SEM REMESSA	3	1	0	0	2	4	1	0	0	0	0	0	11
ARQUIVAMENTO COM REMESSA	12	12	7	1	7	19	10	3	3	2	1	12	89
AUDIÊNCIAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

## 8.12. 4º OFÍCIO CRIMINAL – PR/PR – DANIEL HOLZMANN COIMBRA

**8.12.1. Movimentação de processos judiciais.** No período de setembro/2013 a agosto/2014, o 4º Ofício Criminal da PR/PR teve a seguinte movimentação de processos:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSOS													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
SALDO	14	20	11	34	17	9	10	3	20	42	46	36	-
DISTRIBUÍDOS	78	32	188	53	100	186	101	146	131	72	181	140	1408
DEVOLVIDOS	72	41	165	70	108	185	108	129	109	68	190	129	1374
SALDO	20	11	34	17	9	10	3	20	42	46	36 (+1 cível)	47	-
AUDIÊNCIAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	12	6	21

**8.12.2. Movimentação de procedimentos extrajudiciais.** No mesmo período, para a unidade, a movimentação de procedimentos extrajudiciais foi a seguinte:

MOVIMENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
NOTÍCIA DE FATO DISTRIBUÍDA	44	17	15	4	23	22	12	6	10	6	9 (3 PIC's)	22	181
TAC FIRMADO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP PROPOSTA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP IMPROBIDADE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ARQUIVAMENTO SEM REMESSA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

ARQUIVAMENTO COM REMESSA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	13	13
AUDIÊNCIAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

### 8.13. 5º OFÍCIO CRIMINAL – PR/PR – CRISTIANA KOLISKI TAGUCHI

**8.13.1. Movimentação de processos judiciais.** No período de setembro/2013 a agosto/2014, o 5º Ofício Criminal da PR/PR teve a seguinte movimentação de processos:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSOS													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
SALDO	33	54	66	44	43	40	30	39	75	85	72	84	-
DISTRIBUÍDOS	63	73	67	55	55	89	56	178	140	91	160	121	1148
DEVOLVIDOS	42	61	89	56	58	99	47	142	130	104	148	156	1132
SALDO	54	66	44	43	40	30	39	75	85	72	84	49	-
AUDIÊNCIAS	19	4	13	2	1	8	9	7	14	5	2	12	96

**8.13.2. Movimentação de procedimentos extrajudiciais.** No mesmo período, para a unidade, a movimentação de procedimentos extrajudiciais foi a seguinte:

MOVIMENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
NOTÍCIA DE FATO DISTRIBUÍDA	18	6 (1PIC)	9	5 (1 PIC)	21 (1PIC)	22	17	7	9	6	8	22	150
TAC FIRMADO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP PROPOSTA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP IMPROBIDADE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ARQUIVAMENTO SEM REMESSA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ARQUIVAMENTO COM REMESSA	11	4	16	2	6	28	13	8	4	0	3	11	106
AUDIÊNCIAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

### 8.14. 6º OFÍCIO CRIMINAL – PR/PR – YARA QUEIROZ RIBEIRO DA SILVA SPRA-DA

**8.14.1. Movimentação de processos judiciais.** No período de setembro/2013 a agosto/2014, o 6º Ofício Criminal da PR/PR teve a seguinte movimentação de processos:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSOS													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
SALDO	65	41	54	49	27	33	88	77	74	97	44	50	-
DISTRIBUÍDOS	83	162	145	93	53	206	169	118	203	97	141	144	1614
DEVOLVIDOS	107	149	150	115	47	151	180	121	180	150	135	158	1643
SALDO	41	54	49	27	33	88	77	74	97	44	50	36	-
AUDIÊNCIAS	12	13	2	0	6	11	2	2	9	5	2	6	70

**8.14.2. Movimentação de procedimentos extrajudiciais.** No mesmo período, para a unidade, a movimentação de procedimentos extrajudiciais foi a seguinte:

MOVIMENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
NOTÍCIA DE FATO DISTRIBUÍDA	28	18	14	3	26	32	14	11	7	8	23	23	207
TAC FIRMADO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP PROPOSTA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP IMPROBIDADE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ARQUIVAMENTO SEM REMESSA	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
ARQUIVAMENTO COM REMESSA	7	3	13	9	3	13	16	2	1	4	1	3	75
AUDIÊNCIAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1

### 8.15. 7º OFÍCIO CRIMINAL – PR/PR – SÉRGIO VALADÃO FERRAZ

**8.15.1. Movimentação de processos judiciais.** No período de setembro/2013 a agosto/2014, o 7º Ofício Criminal da PR/PR teve a seguinte movimentação de processos:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSOS													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
SALDO	52	91	70	37	17	8	6	4	9	6	9	9	-
DISTRIBUÍDOS	117	100	109	90	195	181	162	42	75	14	103	224	1412
DEVOLVIDOS	177	121	140	111	204	182	164	34	78	11	103	199	1524
SALDO	37	70	38	17	8	6	4	9	6	9	9	34	-
AUDIÊNCIAS	0	12	2	7	2	3	11	0	0	0	0	0	37

**8.15.2. Movimentação de procedimentos extrajudiciais.** No mesmo período, para a unidade, a movimentação de procedimentos extrajudiciais foi a seguinte:

MOVIMENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
NOTÍCIA DE FATO DISTRIBUÍDA	20	9	9	2	13	11	12	3	1	0	0	21	101
TAC FIRMADO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP PROPOSTA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP IMPROBIDADE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ARQUIVAMENTO SEM REMESSA	0	0	1	2	6	2	3	1	1	0	0	1	17
ARQUIVAMENTO COM REMESSA	5	0	7	5	0	0	0	0	0	0	0	1	18
AUDIÊNCIAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Obs.: O Procurador da República Sérgio Valadão Ferraz iniciou sua lotação provisória em 05 de agosto de 2014, conforme Ata de Reunião de 11 de julho de 2014, tendo assumido como substituto do 7º Ofício Criminal em virtude do seu respectivo titular, Dr. Deltan Martinazzo Dallagnol, possuir autorização para atuar exclusivamente nos feitos relacionados aos IPLs 2006.70.00.018662-8 e 2009..70.00.003250-0.



## 8.16. 8º OFÍCIO CRIMINAL – PR/PR – ADRIANA APARECIDA STOROZ MATHIAS DOS SANTOS

**8.16.1. Movimentação de processos judiciais.** No período de setembro/2013 a agosto/2014, o 8º Ofício Criminal da PR/PR teve a seguinte movimentação de processos:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSOS													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
SALDO	-	-	-	-	0	8	9	27	56	32	27	40	-
DISTRIBUÍDOS	-	-	-	-	52	202	206	250	230	155	284	200	1579
DEVOLVIDOS	-	-	-	-	44	201	188	221	254	160	271	208	1547
SALDO	-	-	-	-	8	9	27	56	32	27	40	32	-
AUDIÊNCIAS	-	-	-	-	3	3	5	8	3	16	16	6	60

**8.16.2. Movimentação de procedimentos extrajudiciais.** No mesmo período, para a unidade, a movimentação de procedimentos extrajudiciais foi a seguinte:

MOVIMENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
NOTÍCIA DE FATO DISTRIBUÍDA	-	-	-	-	12	16	10	7	9	6	9	24	93
TAC FIRMADO	-	-	-	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP PROPOSTA	-	-	-	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP IMPROBIDADE	-	-	-	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ARQUIVAMENTO SEM REMESSA	-	-	-	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ARQUIVAMENTO COM REMESSA	-	-	-	-	2	7	7	5	0	0	4	3	28
AUDIÊNCIAS	-	-	-	-	0	2	2	1	4	1	3	3	16

Obs.: A Procuradora da República Adriana Aparecida Storoz Mathias dos Santos iniciou a titularidade do 8º Ofício Criminal em 20 de dezembro de 2013, foi titular do Ofício Eleitoral até o dia 19 de dezembro de 2013

## 8.17. 9º OFÍCIO CRIMINAL – PR/PR – ELENA URABANICIUS MARQUES

**8.17.1. Movimentação de processos judiciais.** No período de setembro/2013 a agosto/2014, o 9º Ofício Criminal da PR/PR teve a seguinte movimentação de processos:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSOS													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
SALDO	5	2	4	4	4	2	1	5	5	15	1	0	-
DISTRIBUÍDOS	119	152	132	93	119	169	157	181	160	107	213	125	1727
DEVOLVIDOS	122	150	132	93	121	170	153	181	150	121	214	121	1728
SALDO	2	4	4	4	2	1	5	5	15	1	0	4	-
AUDIÊNCIAS	0	4	3	3	0	1	0	9	8	4	4	10	46

**8.17.2. Movimentação de procedimentos extrajudiciais.** No mesmo período, para a unidade, a movimentação de procedimentos extrajudiciais foi a seguinte:

MOVIMENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
NOTÍCIA DE FATO DISTRIBUÍDA	NF 17	NF 9 PP 5	NF 10	NF 2	NF 24	NF 22 PP 1	NF 8 PP 4	NF 3	NF 9 PP 1	NF 5 PP 3	NF 8 PP 1	NF 20 PP 2	0
TAC FIRMADO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP PROPOSTA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP IMPROBIDADE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ARQUIVAMENTO SEM REMESSA	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
ARQUIVAMENTO COM REMESSA	11	7	1	4	5	19	8	1	2	1	2	5	66
AUDIÊNCIAS	0	0	0	0	0	2	0	1	0	0	1	0	4

### 8.18. 10º OFÍCIO CRIMINAL – PR/PR – JOSÉ SOARES FRISCH

**8.18.1. Movimentação de processos judiciais.** No período de setembro/2013 a agosto/2014, o 10º Ofício Criminal da PR/PR teve a seguinte movimentação de processos:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSOS													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
SALDO	17	9	10	9	13	5	11	0	5	9	20	34	-
DISTRIBUÍDOS	86	197	181	166	123	207	62	26	165	177	179	161	1730
DEVOLVIDOS	94	196	182	162	131	201	73	21	161	166	165	175	1727
SALDO	9	10	9	13	5	11	0	5	9	20	34	20	-
AUDIÊNCIAS	5	4	8	0	2	0	3	5	6	7	6	1	47

**8.18.2. Movimentação de procedimentos extrajudiciais.** No mesmo período, para a unidade, a movimentação de procedimentos extrajudiciais foi a seguinte:

MOVIMENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
NOTÍCIA DE FATO DISTRIBUÍDA	20	8 ( 1 PIC)	9	2	11	8 (1 PP) ( 1 PIC)	7	5	7	3	2	12	94
TAC FIRMADO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP PROPOSTA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP IMPROBIDADE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ARQUIVAMENTO SEM REMESSA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ARQUIVAMENTO COM REMESSA	3	10	8	0	4	7	4	0	3	1	2	3	45
AUDIÊNCIAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2

## 8.19. 11º OFÍCIO CRIMINAL – PR/PR – LETÍCIA POHL MARTELLO

**8.19.1. Movimentação de processos judiciais.** No período de setembro/2013 a agosto/2014, o 11º Ofício Criminal da PR/PR teve a seguinte movimentação de processos:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSOS													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
SALDO	23	27	6	32	28	18	69	38	28	45	35	11	-
DISTRIBUÍDOS	66	42	112	53	32	105	117	123	162	73	96	216	1197
DEVOLVIDOS	62	63	86	57	42	54	148	133	145	83	120	202	1195
SALDO	27	6	32	28	18	69	38	28	45	35	11	25	-
AUDIÊNCIAS	2	0	6	2	7	3	0	3	6	4	0	4	37

**8.19.2. Movimentação de procedimentos extrajudiciais.** No mesmo período, para a unidade, a movimentação de procedimentos extrajudiciais foi a seguinte:

MOVIMENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
NOTÍCIA DE FATO DISTRIBUÍDA	16	9	14	1	13	10	6	4	4	3	5	10	95
TAC FIRMADO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP PROPOSTA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP IMPROBIDADE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ARQUIVAMENTO SEM REMESSA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ARQUIVAMENTO COM REMESSA	4	3	8	3	3	3	9	2	0	1	0	3	39
AUDIÊNCIAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2

## 8.20. 12º OFÍCIO CRIMINAL – PR/PR – ALEXANDRE MELZ NARDES

**8.20.1. Movimentação de processos judiciais.** No período de setembro/2013 a agosto/2014, o 12º Ofício Criminal da PR/PR teve a seguinte movimentação de processos:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSOS													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
SALDO	66	37	51	35	37	35	34	33	42	55	56	54	-
DISTRIBUÍDOS	48	215	166	106	79	158	138	172	268	150	288	201	1989
DEVOLVIDOS	177	201	182	104	81	159	139	163	255	149	290	205	2105
SALDO	37	51	35	37	35	34	33	42	55	56	54	50	-
AUDIÊNCIAS	6	10	1	3	1	2	0	18	1	6	9	4	61

**8.20.2. Movimentação de procedimentos extrajudiciais.** No mesmo período, para a unidade, a movimentação de procedimentos extrajudiciais foi a seguinte:

MOVIMENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
NOTÍCIA DE FATO DISTRIBUÍDA	23	18	17	2	24	20	0	7	12	7	8	22	160
TAC FIRMADO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP PROPOSTA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP IMPROBIDADE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ARQUIVAMENTO SEM REMESSA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
ARQUIVAMENTO COM REMESSA	11	5	12	3	1	13	17	2	5	3	6	5	83
AUDIÊNCIAS	0	1	0	1	0	1	0	0	1	1	0	0	5

## 8.21. OFÍCIO ELEITORAL – PR/PR – ALESSANDRO JOSÉ FERNANDES DE OLIVEIRA

8.21.1. **Movimentação de processos judiciais.** No período de setembro/2013 a agosto/2014, o Ofício Eleitoral da PR/PR teve a seguinte movimentação de processos:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSOS													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
SALDO	-	-	-	-	50	48	24	29	20	21	24	399	-
DISTRIBUÍDOS	-	-	-	-	186	117	104	95	79	69	802	660	2112
DEVOLVIDOS	-	-	-	-	188	141	99	104	78	66	427	816	1919
SALDO	-	-	-	-	48	24	29	20	21	24	427	243	-
AUDIÊNCIAS	-	-	-	-	64	33	31	29	22	21	136	155	491

8.21.2. **Movimentação de procedimentos extrajudiciais.** No mesmo período, para a unidade, a movimentação de procedimentos extrajudiciais foi a seguinte:

MOVIMENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
NOTÍCIA DE FATO DISTRIBUÍDA	-	-	-	-	02 NF 10 PP	06 NF 04 PP	04 NF 04 PP	02 NF 05 PP	04 NF 05 PP	03 NF 03 PP	09 NF 07 PP	03 NF 58 PP	0
TAC FIRMADO	-	-	-	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP PROPOSTA	-	-	-	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP IMPROBIDADE	-	-	-	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ARQUIVAMENTO SEM REMESSA	-	-	-	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ARQUIVAMENTO COM REMESSA	-	-	-	-	01	01	07	03	03	01	05	09	30
AUDIÊNCIAS	-	-	-	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0

## 8.22. OFÍCIO DA PRM-APUCARANA – RAPHAEL OTÁVIO BUENO DOS SANTOS

8.22.1. **Movimentação de processos judiciais.** No período de setembro/2013 a agosto/2014, o Ofício da PRM-Apucarana teve a seguinte movimentação de processos:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSOS													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
SALDO	2	8	3	3	2	2	5	10	3	0	1	1	-
DISTRIBUÍDOS	234	223	189	207	227	278	243	216	134	124	209	231	2515
DEVOLVIDOS	228	228	189	208	221	281	238	223	137	123	209	199	2484
SALDO	8	2	3	2	8	5	10	3	0	1	1	33	-
AUDIÊNCIAS	4	11	3	1	16	3	2	13	12	13	28	8	114

**8.22.2. Movimentação de procedimentos extrajudiciais.** No mesmo período, para a unidade, a movimentação de procedimentos extrajudiciais foi a seguinte:

MOVIMENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
NOTÍCIA DE FATO DISTRIBUÍDA	21	23	0	11	8	15	22	12	16	68	27	21	244
TAC FIRMADO	10	14	5	4	13	10	7	12	12	9	11	31	138
ACP PROPOSTA	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
ACP IMPROBIDADE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ARQUIVAMENTO SEM REMESSA	6	3	1	1	4	2	1	4	7	4	7	0	40
ARQUIVAMENTO COM REMESSA	14	7	01	7	6	14	15	7	11	6	9	1	98
AUDIÊNCIAS	1	0	2	0	1	2	2	1	3	0	7	2	21

### 8.23. OFÍCIO DA PRM-CAMPO MOURÃO – WILLIAM TESUO TEIXEIRA

**8.23.1. Movimentação de processos judiciais.** No período de setembro/2013 a agosto/2014, o Ofício da PRM-Campo Mourão teve a seguinte movimentação de processos:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSOS													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
SALDO	21	40	30	32	20	19	32	15	48	-	-	-	-
DISTRIBUÍDOS	320	249	273	210	191	354	332	270	354	-	-	-	2553
DEVOLVIDOS	301	259	271	222	192	341	349	237	390	-	-	-	2562
SALDO	40	30	32	20	19	32	15	48	12	-	-	-	-
AUDIÊNCIAS	5	19	10	6	20	35	9	11	7	-	-	-	122

**8.23.2. Movimentação de procedimentos extrajudiciais.** No mesmo período, para a unidade, a movimentação de procedimentos extrajudiciais foi a seguinte:

MOVIMENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
NOTÍCIA DE FATO DISTRIBUÍDA	3 (1PP)	9 1 0 1 (3PP) (1IC)	1 3 (2 PP) (1PIC)	5 1 (17PP) (2 IC) (27PIC)	5 2 (6PP)	2 6 (1 PP) (1PIC)	2 2 (5PP) (2IC) (1PIC)	2 7 (6PP) (11C) (8PIC)	3 7 (1 PP) (1 IC) (4PIC)	0	-	-	0

TAC FIRMADO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-	0
ACP PROPOSTA	0	0	0	2	0	0	0	1	1	0	-	-	4
ACP IMPROBIDADE	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	-	-	1
ARQUIVAMENTO SEM REMESSA	15	79	18	29	35	20	0	2	25	24	-	-	247
ARQUIVAMENTO COM REMESSA	15	6	8	7	12	9	4	4	6	8	-	-	79
AUDIÊNCIAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-	0

OBS.: Os dados lançados se referem à atuação do Procurador da República Adriano Barros Fernandes, que titularizou o Ofício da PRM-Campos Mourão até o dia 03 de junho de 2014.

## 8.24. 1º OFÍCIO DA PRM-CASCAVEL – CARLOS HENRIQUE MACEDO BARA

**8.24.1. Movimentação de processos judiciais.** No período de setembro/2013 a agosto/2014, o 1º Ofício da PRM-Cascavel teve a seguinte movimentação de processos:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSOS													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
SALDO	46	83	11	38	6	4	18	31	17	60	10	16	-
DISTRIBUÍDOS	339	333	359	232	226	277	381	284	342	331	236	377	3717
DEVOLVIDOS	302	405	332	264	228	263	368	298	299	381	230	360	3730
SALDO	83	11	38	6	4	18	31	17	60	10	16	33	-
AUDIÊNCIAS	10	26	25	18	8	18	15	12	10	10	13	34	199

**8.24.2. Movimentação de procedimentos extrajudiciais.** No mesmo período, para a unidade, a movimentação de procedimentos extrajudiciais foi a seguinte:

MOVIMENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
NOTÍCIA DE FATO DISTRIBUÍDA	13 1 PIC	80 2 IC 1 PIC	6	5	52 1 PIC	4 1 IC	80 2 PP	34 1 PIC	3	31 1 IC	8	41 1 PIC	357
TAC FIRMADO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP PROPOSTA	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
ACP IMPROBIDADE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ARQUIVAMENTO SEM REMESSA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ARQUIVAMENTO COM REMESSA	6	53	17	5	14	3	14	43	6	2	5	9	177
AUDIÊNCIAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

## 8.25. 2º OFÍCIO DA PRM-CASCAVEL – CARLOS HENRIQUE MACEDO BARA

**8.25.1. Movimentação de processos judiciais.** No período de setembro/2013 a agosto/2014, o 2º Ofício da PRM-Cascavel teve a seguinte movimentação de processos:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSOS													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
SALDO	106	114	117	74	124	98	152	30	67	124	164	109	-
DISTRIBUÍDOS	365	360	347	309	469	370	254	375	402	475	408	300	4434
DEVOLVIDOS	357	357	390	259	495	316	376	338	345	435	463	313	4444
SALDO	114	117	74	124	98	152	30	67	124	164	109	96	-
AUDIÊNCIAS	26	30	27	8	8	10	18	12	10	11	16	20	196

**8.25.2. Movimentação de procedimentos extrajudiciais.** No mesmo período, para a unidade, a movimentação de procedimentos extrajudiciais foi a seguinte:

MOVIMENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
NOTÍCIA DE FATO DISTRIBUÍDA	25 1 IC 2 PIC	175 1 PP 1 IC	10 1 IC	2	84	5 1 IC	152	49	34	38	2 2 IC	110	686
TAC FIRMADO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP PROPOSTA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP IMPROBIDADE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ARQUIVAMENTO SEM REMESSA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ARQUIVAMENTO COM REMESSA	64	115	60	0	77	19	109	26	14	15	9	54	562
AUDIÊNCIAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

## 8.26. 3º OFÍCIO DA PRM-CASCAVEL – CARLOS HENRIQUE MACEDO BARA

**8.26.1. Movimentação de processos judiciais.** No período de setembro/2013 a agosto/2014, o 3º Ofício da PRM-Cascavel teve a seguinte movimentação de processos:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSOS													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
SALDO	137	89	58	78	38	83	107	96	55	91	78	63	-
DISTRIBUÍDOS	367	294	366	230	499	506	361	340	495	455	448	420	4781
DEVOLVIDOS	415	325	346	270	454	482	372	381	459	468	463	399	4834
SALDO	89	58	78	38	83	107	96	55	91	78	63	84	-
AUDIÊNCIAS	24	21	11	6	29	31	36	37	16	37	35	23	306

**8.26.2. Movimentação de procedimentos extrajudiciais.** No mesmo período, para a unidade, a movimentação de procedimentos extrajudiciais foi a seguinte:

MOVIMENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
NOTÍCIA DE FATO DISTRIBUÍDA	20	169 1 IC	11 2 IC	4	81	4	160	43	21 1 PIC	57 4 PIC	7 1 IC	104 1 PIC	681
TAC FIRMADO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP PROPOSTA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP IMPROBIDADE	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
ARQUIVAMENTO SEM REMESSA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	5	7
ARQUIVAMENTO COM REMESSA	15	0	54	3	14	4	93	1	12	5	9	9	219
AUDIÊNCIAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

## 8.27. 1º OFÍCIO CRIMINAL DA PRM-FOZ DO IGUAÇU – ALEXANDRE HALFEN DA PORCIUNCULA

8.27.1. **Movimentação de processos judiciais.** No período de setembro/2013 a agosto/2014, o 1º Ofício Criminal da PRM-Foz do Iguaçu teve a seguinte movimentação de processos:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSOS													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
SALDO	12	40	20	20	11	17	20	72	96	63	18	52	-
DISTRIBUÍDOS	367	386	213	87	45	261	294	321	417	293	324	398	3406
DEVOLVIDOS	339	406	213	96	39	258	242	297	450	338	290	398	3366
SALDO	40	20	20	11	17	20	72	96	63	18	52	52	-
AUDIÊNCIAS	16	21	16	0	0	25	5	1	10	8	22	19	143

8.27.2. **Movimentação de procedimentos extrajudiciais.** No mesmo período, para a unidade, a movimentação de procedimentos extrajudiciais foi a seguinte:

MOVIMENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
NOTÍCIA DE FATO DISTRIBUÍDA	31 1 PP 1 IC	28 1 IC	95	52	2	121	259 1 IC	203 2 PP	267 2 PP 1 IC	159 1 PP	239 3 PIC	388 1 PP	1844
TAC FIRMADO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP PROPOSTA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP IMPROBIDADE	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
ARQUIVAMENTO SEM REMESSA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
ARQUIVAMENTO COM REMESSA	42	24	89	6	44	93	78	265	197	201	196	323	1558
AUDIÊNCIAS	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1



## 8.28. 2º OFÍCIO CRIMINAL DA PRM-FOZ DO IGUAÇU – ANDREIA PISTONO VITALINO

**8.28.1. Movimentação de processos judiciais.** No período de setembro/2013 a agosto/2014, o 2º Ofício Criminal da PRM-Foz do Iguaçu teve a seguinte movimentação de processos:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSOS													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
SALDO	146	63	82	120	103	166	129	105	124	42	59	67	-
DISTRIBUÍDOS	241	124	218	172	290	257	193	308	173	211	326	71	2584
DEVOLVIDOS	324	105	180	189	227	294	217	289	255	194	318	124	2716
SALDO	63	82	120	103	166	129	105	124	42	59	67	14	-
AUDIÊNCIAS	17	10	14	21	11	13	12	2	1	14	5	6	126

**8.28.2. Movimentação de procedimentos extrajudiciais.** No mesmo período, para a unidade, a movimentação de procedimentos extrajudiciais foi a seguinte:

MOVIMENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
NOTÍCIA DE FATO DISTRIBUÍDA	29	26	93 (1 PIC)	5 3 (1PP)	3	1 2 3 (1IC)	257	203 (1PP)	264 (1PP,1IC)	163 1(IC)	234 (2 P I - C,1PP)	389	1568
TAC FIRMADO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP PROPOSTA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	2
ACP IMPROBIDADE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ARQUIVAMENTO SEM REMESSA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ARQUIVAMENTO COM REMESSA	15	40	1	108	2	104	196	133	169	140	295	173	1376
AUDIÊNCIAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

## 8.29. 3º OFÍCIO CRIMINAL DA PRM-FOZ DO IGUAÇU – DANIELA CASELANI SITTA

**8.29.1. Movimentação de processos judiciais.** No período de setembro/2013 a agosto/2014, o 3º Ofício Criminal da PRM-Foz do Iguaçu teve a seguinte movimentação de processos:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSOS													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
SALDO	282	183	81	134	158	264	71	31	98	195	302	91	-
DISTRIBUÍDOS	170	35	213	151	286	158	0	217	161	413	139	315	2258
DEVOLVIDOS	269	137	160	127	180	351	40	150	64	306	350	213	2347
SALDO	183	81	134	158	264	71	31	98	195	302	91	193	-
AUDIÊNCIAS	0	0	18	15	14	4	0	8	9	12	0	32	112

**8.29.2. Movimentação de procedimentos extrajudiciais.** No mesmo período, para a unidade, a movimentação de procedimentos extrajudiciais foi a seguinte:

MOVIMENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
NOTÍCIA DE FATO DISTRIBUÍDA	30	25	100	53	3	118	257	209	262	166	235	390	1848
TAC FIRMADO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP PROPOSTA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP IMPROBIDADE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ARQUIVAMENTO SEM REMESSA	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	4
ARQUIVAMENTO COM REMESSA	70	117	0	0	0	150	0	13	338	228	0	683	1599
AUDIÊNCIAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

### 8.30. 4º OFÍCIO CRIMINAL DA PRM-FOZ DO IGUAÇU – JULIANO BAGGIO GASPERIN

**8.30.1. Movimentação de processos judiciais.** No período de setembro/2013 a agosto/2014, o 4º Ofício Criminal da PRM-Foz do Iguaçu teve a seguinte movimentação de processos:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSOS													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
SALDO	102	25	82	78	100	120	85	128	281	312	351	67	-
DISTRIBUÍDOS	5	274	188	171	219	254	405	252	343	292	329	266	2998
DEVOLVIDOS	82	217	192	149	199	289	362	99	312	253	613	258	3025
SALDO	25	82	78	100	120	85	128	281	312	351	67	75	-
AUDIÊNCIAS	1	26	11	12	15	22	27	9	11	7	8	25	174

**8.30.2. Movimentação de procedimentos extrajudiciais.** No mesmo período, para a unidade, a movimentação de procedimentos extrajudiciais foi a seguinte:

MOVIMENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
NOTÍCIA DE FATO DISTRIBUÍDA	74	73	214	57	7	126	273 2(PP)	198 1(IC)	265	164	234 1(PP)	388	2073
TAC FIRMADO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP PROPOSTA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP IMPROBIDADE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ARQUIVAMENTO SEM REMESSA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ARQUIVAMENTO COM REMESSA	39	21	1	1	2	81	20	156	1	0	685	435	1442
AUDIÊNCIAS	0	1	2	2	2	0	0	0	0	0	0	0	7

### 8.31. 5º OFÍCIO CRIMINAL DA PRM-FOZ DO IGUAÇU – LUCAS AGUILAR SETTE

**8.31.1. Movimentação de processos judiciais.** No período de setembro/2013 a agosto/2014, o 5º Ofício Criminal da PRM-Foz do Iguaçu teve a seguinte movimentação de processos:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSOS													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
SALDO	280	166	208	250	292	166	249	266	81	146	81	153	-
DISTRIBUÍDOS	158	177	261	219	272	305	525	125	309	1	161	430	2943
DEVOLVIDOS	272	135	219	177	398	222	508	310	244	66	89	276	2916
SALDO	166	208	250	292	166	249	266	81	146	81	153	306	-
AUDIÊNCIAS	8	1	15	0	8	16	23	16	8	0	24	13	132

**8.31.2. Movimentação de procedimentos extrajudiciais.** No mesmo período, para a unidade, a movimentação de procedimentos extrajudiciais foi a seguinte:

MOVIMENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
NOTÍCIA DE FATO DISTRIBUÍDA	30	31	87	52 IC 2	7 IC 1	121	260 NF 3 PP3 IC 2	200 IC 1	257	170	242 IC 1	386 NF 1	1791
TAC FIRMADO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP PROPOSTA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	2
ACP IMPROBIDADE	0	0	0	0	0	1	2	0	0	0	0	0	3
ARQUIVAMENTO SEM REMESSA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ARQUIVAMENTO COM REMESSA	2	1	200	5	19	96	14	1	0	2	501	609	1450
AUDIÊNCIAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

### 8.32. 6º OFÍCIO CRIMINAL DA PRM-FOZ DO IGUAÇU – CAROLLINA RACHEL COSTA FERREIRA TAVARES

**8.32.1. Movimentação de processos judiciais.** No período de setembro/2013 a agosto/2014, o 6º Ofício Criminal da PRM-Foz do Iguaçu teve a seguinte movimentação de processos:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSOS													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
SALDO	119	176	248	294	177	192	221	72	158	203	52	53	-
DISTRIBUÍDOS	99	317	242	78	44	216	294	155	288	4	2	176	1915
DEVOLVIDOS	42	245	196	195	29	187	443	69	243	155	1	146	1951
SALDO	176	248	294	177	192	221	72	158	203	52	53	83	-
AUDIÊNCIAS	1	5	27	7	0	33	22	5	21	2	0	2	125

**8.32.2. Movimentação de procedimentos extrajudiciais.** No mesmo período, para a unidade, a movimentação de procedimentos extrajudiciais foi a seguinte:

MOVIMENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
NOTÍCIA DE FATO DISTRIBUÍDA	31 (1 IC)	28 (1 IC + 1 PP)	95 (2 IC + 1 PIC)	53 (1 IC)	2	122 (1 IC)	255 (1 PP + 2 IC)	222 (2 PP + 1 PIC + 17 IC)	198	226 (1 PIC)	232 (2 IC + 1 PIC)	389	589
TAC FIRMADO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP PROPOSTA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP IMPROBIDADE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ARQUIVAMENTO SEM REMESSA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ARQUIVAMENTO COM REMESSA	2	4	92	3	0	6	49	1	9	1	1	8	176
AUDIÊNCIAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

### 8.33. 7º OFÍCIO CRIMINAL DA PRM-FOZ DO IGUAÇU – DANIEL DE JESUS SOUSA SANTOS

8.33.1. **Movimentação de processos judiciais.** No período de setembro/2013 a agosto/2014, o 7º Ofício Criminal da PRM-Foz do Iguaçu teve a seguinte movimentação de processos:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSOS													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
SALDO	158	307	92	30	12	169	66	22	35	14	105	246	-
DISTRIBUÍDOS	474	327	176	2	272	208	16	168	5	125	454	320	2547
DEVOLVIDOS	325	542	238	20	115	311	60	155	26	34	313	427	2566
SALDO	307	92	30	12	169	66	22	35	14	105	246	139	-
AUDIÊNCIAS	14	10	4	0	31	34	1	22	0	0	42	11	169

8.33.2. **Movimentação de procedimentos extrajudiciais.** No mesmo período, para a unidade, a movimentação de procedimentos extrajudiciais foi a seguinte:

MOVIMENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
NOTÍCIA DE FATO DISTRIBUÍDA	3 2 (1PP) / (1IC)	28 (1 IC)	97	52	2	124	253	2 0 6 (1IC)	255	170	2 4 1 (1PIC)	389	1342
TAC FIRMADO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP PROPOSTA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP IMPROBIDADE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ARQUIVAMENTO SEM REMESSA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ARQUIVAMENTO COM REMESSA	18	30	60	1	81	26	1	7	0	1	241	693	1159
AUDIÊNCIAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

### 8.34. 8º OFÍCIO CÍVEL DA PRM-FOZ DO IGUAÇU – ROBSON MARTINS

**8.34.1. Movimentação de processos judiciais.** No período de setembro/2013 a agosto/2014, o 8º Ofício Cível da PRM-Foz do Iguaçu teve a seguinte movimentação de processos:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSOS													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
SALDO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8	19	-
DISTRIBUÍDOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8	48	70	126
DEVOLVIDOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	37	65	102
SALDO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8	19	24	-
AUDIÊNCIAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1

**8.34.2. Movimentação de procedimentos extrajudiciais.** No mesmo período, para a unidade, a movimentação de procedimentos extrajudiciais foi a seguinte:

MOVIMENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
NOTÍCIA DE FATO DISTRIBUÍDA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9 (14 P P ) ( 8 8 IC)	6 (5 P P ) ( 1 3 IC)	10 (1 IC)	0
TAC FIRMADO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP PROPOSTA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP IMPROBIDADE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ARQUIVAMENTO SEM REMESSA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ARQUIVAMENTO COM REMESSA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	4	7
AUDIÊNCIAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

### 8.35. 9º OFÍCIO CÍVEL DA PRM-FOZ DO IGUAÇU – ALEXANDRE COLLARES BARBOSA

**8.35.1. Movimentação de processos judiciais.** No período de setembro/2013 a agosto/2014, o 9º Ofício Cível da PRM-Foz do Iguaçu teve a seguinte movimentação de processos:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSOS													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
SALDO	62	66	58	36	41	39	2	2	103	132	52	20	-
DISTRIBUÍDOS	360	346	185	152	319	188	0	284	370	292	121	126	2743
DEVOLVIDOS	356	354	207	147	321	225	0	183	341	372	153	107	2766
SALDO	66	58	36	41	39	2	2	103	132	52	20	39	-
AUDIÊNCIAS	32	0	13	10	11	8	8	20	8	2	2	2	116

**8.35.2. Movimentação de procedimentos extrajudiciais.** No mesmo período, para a unidade, a movimentação de procedimentos extrajudiciais foi a seguinte:

MOVIMENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
NOTÍCIA DE FATO DISTRIBUÍDA	28 NF 4 PP	28 NF 4 PP 1 PIC	1 1 1 NF	36 NF	4 NF 1 PP	1 2 2 NF	2 5 4 NF	2 0 0 NF 2 PP	2 6 4 NF 3 PP	1 2 0 NF 20 PP 88 IC 1 PIC	7 NF 6 PP 21 IC	3 NF 2 PP 1 IC	0
TAC FIRMADO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP PROPOSTA	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3
ACP IMPROBIDADE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ARQUIVAMENTO SEM REMESSA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ARQUIVAMENTO COM REMESSA	40	20	77	33	43	114	0	336	69	10	172	181	1095
AUDIÊNCIAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

### 8.36. OFÍCIO DA PRM-FRANCISCO BELTRÃO – INDIRA BOLSONI PINHEIRO

8.36.1. **Movimentação de processos judiciais.** No período de setembro/2013 a agosto/2014, o Ofício da PRM-Francisco Beltrão teve a seguinte movimentação de processos:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSOS													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
SALDO	159	165	53	32	42	75	39	145	47	78	169	56	-
DISTRIBUÍDOS	296	325	258	130	354	329	350	336	498	444	368	556	4244
DEVOLVIDOS	290	437	279	120	321	365	244	434	467	353	481	442	4233
SALDO	165	53	32	42	75	39	145	47	78	169	56	170	-
AUDIÊNCIAS	12	9	9	9	0	15	20	9	7	6	13	4	113

8.36.2. **Movimentação de procedimentos extrajudiciais.** No mesmo período, para a unidade, a movimentação de procedimentos extrajudiciais foi a seguinte:

MOVIMENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
NOTÍCIA DE FATO DISTRIBUÍDA	9 (5NE, 2PP, 2IC)	79 (70NE, 5PP, 2IC, 2PIC)	93 (87NE, 3PP, 2IC, 1PIC)	13 (7NE, 3PP, 1IC, 2PIC)	77 (73NE, 2PP, 1IC, 1PIC)	174 (170NE, 2PP, 1IC, 1PIC)	139 (130NE, 7PP, 1IC, 1PIC)	64 (55NE, 6PP, 3IC)	172 (157NE, 3PP, 8IC, 4PIC)	70 (64NE, 2PP, 4IC)	111 (107NE, 1PP, 3IC,)	129 (126NE, 1PP, 2IC)	0
TAC FIRMADO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP PROPOSTA	1	0	1	0	0	0	0	2	1	0	0	0	5
ACP IMPROBIDADE	0	0	0	0	0	1	0	0	2	0	0	0	3
ARQUIVAMENTO SEM REMESSA	1	2	2	0	1	3	0	2	4	0	0	0	15

ARQUIVAMENTO COM REMESSA	12	57	25	64	0	133	71	2	41	144	126	90	765
AUDIÊNCIAS	3	0	4	1	1	0	0	7	9	1	3	1	30

### 8.37. 1º OFÍCIO DA PRM-GUAÍRA – ANDRESSA CAROLINE DE OLIVEIRA ZANETTE

**8.37.1. Movimentação de processos judiciais.** No período de setembro/2013 a agosto/2014, o 1º Ofício da PRM-Guaíra teve a seguinte movimentação de processos:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSOS													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
SALDO	2	2	0	3	1	0	0	2	1	0	0	-1	-
DISTRIBUÍDOS	245	307	319	146	241	289	226	219	390	209	344	221	3156
DEVOLVIDOS	245	309	316	148	242	289	224	220	391	209	344	219	3156
SALDO	2	0	3	1	0	0	2	1	0	0	0	1	-
AUDIÊNCIAS	17	24	30	0	19	22	11	14	34	6	31	20	228

**8.37.2. Movimentação de procedimentos extrajudiciais.** No mesmo período, para a unidade, a movimentação de procedimentos extrajudiciais foi a seguinte:

MOVIMENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
NOTÍCIA DE FATO DISTRIBUÍDA	15	29	15	2	48	37	5	4	3	26	17	24	225
TAC FIRMADO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP PROPOSTA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP IMPROBIDADE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ARQUIVAMENTO SEM REMESSA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ARQUIVAMENTO COM REMESSA	0	5	6	0	6	36	2	17	1	11	14	1	99
AUDIÊNCIAS	0	0	0	0	6	4	3	0	1	4	2	5	25

Obs.: Em contato com a COJUD/PR-PR, foi informado que houve inconsistência na contagem de autos que tramitaram, o que repercutiu em inconsistência no relatório 7138 (sem previsão para ajustes).

### 8.38. 2º OFÍCIO DA PRM-GUAÍRA – MAICON FABRÍCIO ROCHA

**8.38.1. Movimentação de processos judiciais.** No período de setembro/2013 a agosto/2014, o 2º Ofício da PRM-Guaíra teve a seguinte movimentação de processos:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSOS													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
SALDO	0	0	6	7	6	0	1	1	1	0	0	1	-
DISTRIBUÍDOS	269	309	290	228	299	287	402	256	268	313	271	262	3454

DEVOLVIDOS	269	303	289	229	305	286	402	256	269	313	270	261	3452
SALDO	0	6	7	6	0	1	1	1	0	0	1	2	-
AUDIÊNCIAS	17	15	14	21	6	15	22	27	15	7	17	33	209

**8.38.2. Movimentação de procedimentos extrajudiciais.** No mesmo período, para a unidade, a movimentação de procedimentos extrajudiciais foi a seguinte:

MOVIMENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
NOTÍCIA DE FATO DISTRIBUÍDA	15	26	17	0	48	39	5	1	5	26	16	25	223
TAC FIRMADO	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
ACP PROPOSTA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP IMPROBIDADE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ARQUIVAMENTO SEM REMESSA	0	1	1	0	0	0	1	4	0	0	2	0	9
ARQUIVAMENTO COM REMESSA	2	14	1	10	6	2	21	4	11	3	20	5	99
AUDIÊNCIAS	0	0	0	0	6	8	7	0	4	3	1	1	30

### 8.39. OFÍCIO DA PRM-GUARAPUAVA – ROBERSON HENRIQUE POZZOBONI

**8.39.1. Movimentação de processos judiciais.** No período de setembro/2013 a agosto/2014, o Ofício da PRM-Guarapuava teve a seguinte movimentação de processos:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSOS													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
SALDO	44	86	40	88	104	45	13	70	71	39	113	75	-
DISTRIBUÍDOS	330	313	252	263	301	321	436	342	398	399	315	334	4004
DEVOLVIDOS	288	359	204	247	360	353	379	341	430	325	353	329	3968
SALDO	86	40	88	104	45	13	70	71	39	113	75	80	-
AUDIÊNCIAS	01	32	15	04	09	11	06	15	14	14	14	21	156

**8.39.2. Movimentação de procedimentos extrajudiciais.** No mesmo período, para a unidade, a movimentação de procedimentos extrajudiciais foi a seguinte:

MOVIMENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
NOTÍCIA DE FATO DISTRIBUÍDA	25(2)	20(5)	14(2)	14(1)	23(3)	134(3)	21(2)	56(4)	22(4)	5(7)	105(10)	13(7)	0
TAC FIRMADO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP PROPOSTA	0	3	2	3	0	0	0	1	0	0	1	1	11
ACP IMPROBIDADE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ARQUIVAMENTO SEM REMESSA	0	4	1	0	0	2	2	0	0	0	0	0	9



ARQUIVAMENTO COM REMESSA	6	10	7	4	10	115	53	11	34	5	17	14	286
AUDIÊNCIAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

#### 8.40. OFÍCIO DA PRM-JACAREZINHO – DIOGO CASTOR DE MATTOS

**8.40.1. Movimentação de processos judiciais.** No período de setembro/2013 a agosto/2014, o Ofício da PRM-Jacarezinho teve a seguinte movimentação de processos:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSOS													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
SALDO	3	9	5	5	3	6	8	15	11	11	6	8	-
DISTRIBUÍDOS	135	692	241	313	390	685	192	590	83	194	508	915	4938
DEVOLVIDOS	129	696	241	315	387	683	185	594	83	199	506	904	4922
SALDO	9	5	5	3	6	8	15	11	11	6	8	19	-
AUDIÊNCIAS	1	2	5	1	2	2	2	2	1	2	3	2	25

**8.40.2. Movimentação de procedimentos extrajudiciais.** No mesmo período, para a unidade, a movimentação de procedimentos extrajudiciais foi a seguinte:

MOVIMENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
NOTÍCIA DE FATO DISTRIBUÍDA	10	21	17	5	12	3	4	4	0	4	10	6	96
TAC FIRMADO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
ACP PROPOSTA	3	0	1	0	1	1	1	0	1	0	0	0	8
ACP IMPROBIDADE	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	3
ARQUIVAMENTO SEM REMESSA	0	21	4	0	0	0	0	0	3	3	0	0	31
ARQUIVAMENTO COM REMESSA	18	5	47	6	8	28	18	11	11	4	7	24	187
AUDIÊNCIAS	1	3	4	1	2	3	2	2	2	2	1	5	28

#### 8.41. 1º OFÍCIO CÍVEL DA PRM-LONDRINA – GUSTAVO DE CARVALHO GUADANHIN

**8.41.1. Movimentação de processos judiciais.** No período de setembro/2013 a agosto/2014, o 1º Ofício Cível da PRM-Londrina teve a seguinte movimentação de processos:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSOS													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
SALDO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	33	3	10	-
DISTRIBUÍDOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	75	74	54	203
DEVOLVIDOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	105	67	62	234
SALDO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	10	2	-
AUDIÊNCIAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	0	2

**8.41.2. Movimentação de procedimentos extrajudiciais.** No mesmo período, para a unidade, a movimentação de procedimentos extrajudiciais foi a seguinte:

MOVIMENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
NOTÍCIA DE FATO DISTRIBUÍDA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9 (4 PP)	10 1 PP 1 IC	11 1 PP 2 IC	30
TAC FIRMADO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	0	0
ACP PROPOSTA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3	2	6
ACP IMPROBIDADE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
ARQUIVAMENTO SEM REMESSA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	0	0
ARQUIVAMENTO COM REMESSA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	13	22	38
AUDIÊNCIAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	3	3	6

Obs.: O Procurador da República Gustavo de Carvalho Guadanhim responde pelo ofício a parti de junho de 2014.

### 8.42. 3º OFÍCIO CÍVEL DA PRM-LONDRINA – LUIZ ANTÔNIO XIMENES CIBIN

**8.42.1. Movimentação de processos judiciais.** No período de setembro/2013 a agosto/2014, o 3º Ofício Cível da PRM-Londrina teve a seguinte movimentação de processos:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSOS													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
SALDO	76	78	42	52	64	67	51	48	52	51	46	36	-
DISTRIBUÍDOS	112	69	62	57	65	63	84	71	113	63	77	67	903
DEVOLVIDOS	110	105	52	45	62	79	87	67	114	68	87	60	936
SALDO	78	42	52	64	67	51	48	52	51	46	36	43	-
AUDIÊNCIAS	0	0	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	3

**8.42.2. Movimentação de procedimentos extrajudiciais.** No mesmo período, para a unidade, a movimentação de procedimentos extrajudiciais foi a seguinte:

MOVIMENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
NOTÍCIA DE FATO DISTRIBUÍDA	1NF 1PP 3IC	14NF 3PP 4 P P -	0NF 3PP 8 P P -	0NF 1PP	1NF 5PP	1NF 6PP 2PP COEX 1IC	3NF 3PP 4IC	3NF 4PP 1 P P - COEX 4IC	3NF 4PP 4IC	0NF 8PP 15IC	2NF 16PP 5IC	1NF 2PP 4IC	0
TAC FIRMADO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP PROPOSTA	0	1	0	1	2	0	0	0	5	0	0	1	10
ACP IMPROBIDADE	0	1	0	3	0	0	1	1	0	0	0	1	7
ARQUIVAMENTO SEM REMESSA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

ARQUIVAMENTO COM REMESSA	0	22	3	3	13	2	11	27	17	9	5	5	117
AUDIÊNCIAS	0	0	1	0	2	1	1	1	1	0	0	2	9

### 8.43. 3º OFÍCIO CRIMINAL DA PRM-LONDRINA – CINTIA MARIA DE ANDRADE

**8.43.1. Movimentação de processos judiciais.** No período de setembro/2013 a agosto/2014, o 3º Ofício Criminal da PRM-Londrina teve a seguinte movimentação de processos:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSOS													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
SALDO	73	68	51	46	63	76	54	75	44	73	29	48	-
DISTRIBUÍDOS	251	240	239	148	227	217	285	215	259	220	258	233	2792
DEVOLVIDOS	256	257	244	131	214	239	264	246	230	264	239	237	2821
SALDO	68	51	46	63	76	54	75	44	73	29	48	44	-
AUDIÊNCIAS	9	3	0	0	10	17	5	4	7	3	0	0	58

**8.43.2. Movimentação de procedimentos extrajudiciais.** No mesmo período, para a unidade, a movimentação de procedimentos extrajudiciais foi a seguinte:

MOVIMENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
NOTÍCIA DE FATO DISTRIBUÍDA	16	17	40	04	7	27NF 3PP	21NF 1PIC	19	19NF 1PP	13NF 2PP	21NF 1PP	15	118
TAC FIRMADO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP PROPOSTA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP IMPROBIDADE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ARQUIVAMENTO SEM REMESSA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ARQUIVAMENTO COM REMESSA	9	13	2	0	25	2	18	6	10	6	7	10	108
AUDIÊNCIAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

### 8.44. 4º OFÍCIO CRIMINAL DA PRM-LONDRINA – MARCELO DE SOUZA

**8.44.1. Movimentação de processos judiciais.** No período de setembro/2013 a agosto/2014, o 4º Ofício Criminal da PRM-Londrina teve a seguinte movimentação de processos:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSOS													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
SALDO	73	68	51	46	63	76	54	75	44	73	29	48	-
DISTRIBUÍDOS	251	240	239	148	227	217	285	215	259	220	258	233	2792
DEVOLVIDOS	256	257	244	131	214	239	264	246	230	264	239	237	2821
SALDO	68	51	46	63	76	54	75	44	73	29	48	44	-
AUDIÊNCIAS	9	3	0	0	10	17	5	4	7	3	0	0	58

**8.44.2. Movimentação de procedimentos extrajudiciais.** No mesmo período, para a unidade, a movimentação de procedimentos extrajudiciais foi a seguinte:

MOVIMENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
NOTÍCIA DE FATO DISTRIBUÍDA	16	17	40	04	7	27NF 3PP	21NF 1PIC	19	19NF 1PP	13NF 2PP	21NF 1PP	15	118
TAC FIRMADO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP PROPOSTA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP IMPROBIDADE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ARQUIVAMENTO SEM REMESSA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ARQUIVAMENTO COM REMESSA	9	13	2	0	25	2	18	6	10	6	7	10	108
AUDIÊNCIAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

### 8.45. 5º OFÍCIO CRIMINAL DA PRM-LONDRINA – JOSÉ MAURO LUIZÃO

**8.45.1. Movimentação de processos judiciais.** No período de setembro/2013 a agosto/2014, o 5º Ofício Criminal da PRM-Londrina teve a seguinte movimentação de processos:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSOS													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
SALDO	26	33	11	22	13	38	29	31	38	25	25	29	-
DISTRIBUÍDOS	286	228	191	173	232	206	280	209	194	187	200	208	2594
DEVOLVIDOS	279	250	180	182	207	215	278	202	207	187	196	209	2592
SALDO	33	11	22	13	38	29	31	38	25	25	29	28	-
AUDIÊNCIAS	8	14	7	13	7	6	2	13	1	1	8	1	81

**8.45.2. Movimentação de procedimentos extrajudiciais.** No mesmo período, para a unidade, a movimentação de procedimentos extrajudiciais foi a seguinte:

MOVIMENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
NOTÍCIA DE FATO DISTRIBUÍDA	11	12	42	6	6	26 (1 PP)	24 (2 PP)	18	18 (1 pp)	15	20 (1 PP)	14	212
TAC FIRMADO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP PROPOSTA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP IMPROBIDADE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ARQUIVAMENTO SEM REMESSA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ARQUIVAMENTO COM REMESSA	6	9	15	14	1	19	5	11	2	15	10	6	113
AUDIÊNCIAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

## 8.46. 1º OFÍCIO CRIMINAL DA PRM-MARINGÁ – NATALÍCIO CLARO DA SILVA

**8.46.1. Movimentação de processos judiciais.** No período de setembro/2013 a agosto/2014, o 1º Ofício Criminal da PRM-Maringá teve a seguinte movimentação de processos:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSOS													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
SALDO	17	23	16	38	12	12	15	6	14	13	23	15	-
DISTRIBUÍDOS	265	190	189	126	122	128	157	207	155	192	214	162	2107
DEVOLVIDOS	259	197	167	152	122	125	166	199	156	182	222	169	2116
SALDO	23	16	38	12	12	15	6	14	13	23	15	8	-
AUDIÊNCIAS	29	23	17	11	19	8	14	3	17	17	4	10	172

**8.46.2. Movimentação de procedimentos extrajudiciais.** No mesmo período, para a unidade, a movimentação de procedimentos extrajudiciais foi a seguinte:

MOVIMENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
NOTÍCIA DE FATO DISTRIBUÍDA	1 3 - NF	4-NF	2-NF	1-NF	1-NF	3-NF	2 8 - NF 1-PP	1 2 - NF	6-NF 1-PP	1 9 - NF	4 8 - NF 1-PP	40	40
TAC FIRMADO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP PROPOSTA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP IMPROBIDADE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ARQUIVAMENTO SEM REMESSA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ARQUIVAMENTO COM REMESSA	15	10	3	1	3	0	27	5	10	11	40	19	144
AUDIÊNCIAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

## 8.47. 2º OFÍCIO CRIMINAL DA PRM-MARINGÁ – CARLOS ALBERTO SZTOLTZ

**8.47.1. Movimentação de processos judiciais.** No período de setembro/2013 a agosto/2014, o 2º Ofício Criminal da PRM-Maringá teve a seguinte movimentação de processos:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSOS													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
SALDO	18	21	5	24	18	41	8	3	13	20	13	8	-
DISTRIBUÍDOS	171	116	140	66	119	144	130	160	166	147	200	144	1703
DEVOLVIDOS	168	132	121	72	96	177	135	150	159	154	205	149	1718
SALDO	21	5	24	18	41	8	3	13	20	13	8	3	-
AUDIÊNCIAS	17	14	13	-	-	16	14	8	10	5	12	8	117

**8.47.2. Movimentação de procedimentos extrajudiciais.** No mesmo período, para a unidade, a movimentação de procedimentos extrajudiciais foi a seguinte:

MOVIMENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
NOTÍCIA DE FATO DISTRIBUÍDA	1 2 - NF	4-NF 1-PIC	3-NF 1-PP 1-IC	2-NF 1-PP	1-NF	5-NF	2 4 - NF	1 2 - NF 1-PIC	5-NF	2 0 - NF	6 2 - NF 1-PP	2 8 - NF 1-PP	0
TAC FIRMADO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP PROPOSTA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP IMPROBIDADE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ARQUIVAMENTO SEM REMESSA	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	2
ARQUIVAMENTO COM REMESSA	9	5	2	0	0	1	12	13	8	6	46	25	127
AUDIÊNCIAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

### 8.48. 3º OFÍCIO CRIMINAL/CÍVEL DA PRM-MARINGÁ – DANIELLE DIAS CURVELO

8.48.1. **Movimentação de processos judiciais.** No período de setembro/2013 a agosto/2014, o 3º Ofício Criminal/Cível da PRM-Maringá teve a seguinte movimentação de processos:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSOS													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
SALDO	6	21	22	95	49	87	89	105	65	68	21	52	-
DISTRIBUÍDOS	169	246	220	129	236	206	207	242	265	265	244	247	<b>2676</b>
DEVOLVIDOS	154	245	147	175	198	204	191	282	262	312	213	270	<b>2653</b>
SALDO	21	22	95	49	87	89	105	65	68	21	52	29	-
AUDIÊNCIAS	-	5	-	-	-	3	2	3	1	2	2	2	<b>20</b>

8.48.2. **Movimentação de procedimentos extrajudiciais.** No mesmo período, para a unidade, a movimentação de procedimentos extrajudiciais foi a seguinte:

MOVIMENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
NOTÍCIA DE FATO DISTRIBUÍDA	2-NF 5-PP 15-IC	4 8 - NF 5-PP 2-IC	2 9 - NF 3-PP 2-IC	1 6 - NF	1 8 - NF 3-PP 1-IC	8-NF 2-PP	3 2 - NF 4-PP	4 1 - NF 13-PP	1 4 - NF 7-PP 1-IC	3-NF 1-PP	1 8 - NF 8-PP 1-IC	3 8 - NF 6-PP 1-IC 1-PIC	<b>0</b>
TAC FIRMADO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<b>0</b>
ACP PROPOSTA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<b>0</b>
ACP IMPROBIDADE	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	<b>1</b>
ARQUIVAMENTO SEM REMESSA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<b>0</b>
ARQUIVAMENTO COM REMESSA	0	12	31	16	9	15	1	47	23	1	26	25	<b>206</b>
AUDIÊNCIAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<b>0</b>

Obs.: A ACP Improbidade registrada no mês de fevereiro foi proposta na PRM/Paranavai, durante itinerância naquela Unidade.

### 8.49. 4º OFÍCIO CÍVEL DA PRM-MARINGÁ – ADRIAN PEREIRA ZIEMBA

**8.49.1. Movimentação de processos judiciais.** No período de setembro/2013 a agosto/2014, o 4º Ofício Cível da PRM-Maringá teve a seguinte movimentação de processos:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSOS													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
SALDO	0	0	12	10	14	8	17	9	12	4	12	10	-
DISTRIBUÍDOS	0	76	62	33	40	60	63	73	78	59	52	81	677
DEVOLVIDOS	0	64	64	29	46	51	71	70	86	51	54	79	665
SALDO	0	12	10	14	8	17	9	12	4	12	10	12	-
AUDIÊNCIAS	7	6	7	1	4	1	5	4	4	9	0	6	54

**8.49.2. Movimentação de procedimentos extrajudiciais.** No mesmo período, para a unidade, a movimentação de procedimentos extrajudiciais foi a seguinte:

MOVIMENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
NOTÍCIA DE FATO DISTRIBUÍDA	4-NF 3-PP 42-IC	4-NF 1-PIC	1-NF 1-IC 5-PP	2-PP	2-NF 2-PP	1-NF 7-PP	1-NF 2-PP	2-NF 1-PP 1-PIC	3-NF 4-PP	1-NF 1-PP	0	3-PP 1-IC	0
TAC FIRMADO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP PROPOSTA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP IMPROBIDADE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ARQUIVAMENTO SEM REMESSA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ARQUIVAMENTO COM REMESSA	15	16	10	0	6	6	7	9	10	21	2	4	106
AUDIÊNCIAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

### 8.50. 1º OFÍCIO DA PRM-PARANAGUÁ – ADRIANO BARROS FERNANDES

**8.50.1. Movimentação de processos judiciais.** No período de setembro/2013 a agosto/2014, o 1º Ofício da PRM-Paranaguá teve a seguinte movimentação de processos:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSOS													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
SALDO	10	10	11	11	13	10	8	3	9	5	15	7	-
DISTRIBUÍDOS	101	133	52	177	138	101	327	114	111	179	144	400	1977
DEVOLVIDOS	101	132	52	175	141	103	332	108	115	169	152	400	1980
SALDO	10	11	11	13	10	8	3	9	5	15	7	7	-
AUDIÊNCIAS	9	5	16	3	0	7	6	5	2	4	8	26	91

**8.50.2. Movimentação de procedimentos extrajudiciais.** No mesmo período, para a unidade, a movimentação de procedimentos extrajudiciais foi a seguinte:

MOVIMENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
NOTÍCIA DE FATO DISTRIBUÍDA	0	1	3 (1PP)	0	18 (1 IC)	14 (1PP) (1IC)	17 (1PP)	6	9 (1PP)	11 (1IC)	15 (11PP) (23IC) (1PIC)	15 (1 PP) (5 IC)	109
TAC FIRMADO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP PROPOSTA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP IMPROBIDADE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ARQUIVAMENTO SEM REMESSA	0	0	2	0	2	1	0	2	0	0	0	0	7
ARQUIVAMENTO COM REMESSA	4	0	0	6	4	10	3	3	6	0	1	10	47
AUDIÊNCIAS	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1	3	6

### 8.51. 2º OFÍCIO DA PRM-PARANAGUÁ – VAGO

**8.51.1. Movimentação de processos judiciais.** No período de setembro/2013 a agosto/2014, o 2º Ofício da PRM-Paranaguá teve a seguinte movimentação de processos:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSOS													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
SALDO	7	5	7	9	9	3	4	1	4	5	11	2	-
DISTRIBUÍDOS	80	230	100	78	152	41	166	130	149	140	93	2	1361
DEVOLVIDOS	82	228	98	78	158	40	169	127	148	134	102	4	1368
SALDO	5	7	9	9	3	4	1	4	5	11	2	0	-
AUDIÊNCIAS	8	11	17	2	0	14	7	9	2	3	6	0	79

**8.51.2. Movimentação de procedimentos extrajudiciais.** No mesmo período, para a unidade, a movimentação de procedimentos extrajudiciais foi a seguinte:

MOVIMENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
NOTÍCIA DE FATO DISTRIBUÍDA	2 (1 PP) (2 IC)	6 (1 IC)	3 (2 PP) (2 IC)	1	18 (1 PP)	14 (1 PP)	16	6 (1 PP)	10 (2 IC)	13	13 (1 PP)	0	102
TAC FIRMADO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP PROPOSTA	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
ACP IMPROBIDADE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ARQUIVAMENTO SEM REMESSA	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	3
ARQUIVAMENTO COM REMESSA	1	3	2	3	3	6	0	4	6	4	0	0	32
AUDIÊNCIAS	0	0	0	2	0	0	1	1	1	1	0	0	6

Obs.: O Procurador da República Sérgio Valladão Ferrar titularizou o ofício até o dia 20 de julho de 2014.



## 8.52. OFÍCIO DA PRM-PARANAVAÍ – HENRIQUE GENTIL DE OLIVEIRA

**8.52.1. Movimentação de processos judiciais.** No período de setembro/2013 a agosto/2014, o Ofício da PRM-Paranavaí teve a seguinte movimentação de processos:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSOS													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
SALDO	44	73	29	10	10	11	16	10	44	26	-	-	-
DISTRIBUÍDOS	145	93	92	64	128	108	117	171	105	118	-	-	1141
DEVOLVIDOS	116	137	111	64	127	103	123	137	123	120	-	-	1161
SALDO	73	29	10	10	11	16	10	44	26	24	-	-	-
AUDIÊNCIAS	4	6	6	1	2	3	0	1	3	-	-	-	26

**8.52.2. Movimentação de procedimentos extrajudiciais.** No mesmo período, para a unidade, a movimentação de procedimentos extrajudiciais foi a seguinte:

MOVIMENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
NOTÍCIA DE FATO DISTRIBUÍDA	5 (2 PP) (6 IC)	7 (3 PP) (4 IC)	3 (4 PP) (1 IC)	2 (1 PP) (1 IC)	0 (1 PP) (1 PIC)	8 (10 PP) (1 IC) (2 PIC)	6 (13 PP) (5 IC) (1 PIC)	5 (6 PP) (6 IC) (4 PIC)	6 (15 PP) (3 IC) (2 PIC)	-	-	-	42
TAC FIRMADO	5	0	0	0	0	0	1	1	2	-	-	-	9
ACP PROPOSTA	0	0	0	0	0	1	1	0	1	-	-	-	3
ACP IMPROBIDADE	0	0	0	1	0	2	0	0	0	-	-	-	3
ARQUIVAMENTO SEM REMESSA	0	0	0	0	0	3	1	0	0	0	-	-	4
ARQUIVAMENTO COM REMESSA	1	6	0	1	2	8	1	13	15	2	-	-	49
AUDIÊNCIAS	4	6	5	1	4	2	8	9	10	1	-	-	50

Obs.: O titularizou o Ofício da PRM-Paranavaí no período de setembro de 2013 a 4 de junho de 2014 o Procurador da República Raphael Otávio Bueno Santos, sendo removido após essa data.

## 8.53. OFÍCIO DA PRM-PATO BRANCO – MARCELO GODOY

**8.53.1. Movimentação de processos judiciais.** No período de setembro/2013 a agosto/2014, o Ofício da PRM-Pato Branco teve a seguinte movimentação de processos:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSOS													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
SALDO	68	98	89	78	141	96	63	138	83	102	72	95	-
DISTRIBUÍDOS	410	552	557	197	475	803	400	711	575	624	521	595	6420
DEVOLVIDOS	380	561	568	134	520	836	325	766	556	654	498	644	6442
SALDO	98	89	78	141	96	63	138	83	102	72	95	46	-
AUDIÊNCIAS	8	3	11	8	0	2	5	0	9	6	2	9	63

**8.53.2. Movimentação de procedimentos extrajudiciais.** No mesmo período, para a unidade, a movimentação de procedimentos extrajudiciais foi a seguinte:

## 8.54. OFÍCIO DA PRM-PONTA GROSSA – OSVALDO SOWEK JÚNIOR

**8.54.1. Movimentação de processos judiciais.** No período de setembro/2013 a agosto/2014, o Ofício da PRM-Ponta Grossa teve a seguinte movimentação de processos:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSOS													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
SALDO	63	147	136	82	106	84	110	95	122	133	140	61	-
DISTRIBUÍDOS	458	589	404	405	325	448	387	447	389	447	415	411	5125
DEVOLVIDOS	374	600	458	381	347	422	402	420	378	440	494	411	5127
SALDO	147	136	82	106	84	110	95	122	133	140	61	61	-
AUDIÊNCIAS	26	04	32	8	1	24	24	7	9	12	15	28	190

**8.54.2. Movimentação de procedimentos extrajudiciais.** No mesmo período, para a unidade, a movimentação de procedimentos extrajudiciais foi a seguinte:

MOVIMENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
NOTÍCIA DE FATO DISTRIBUÍDA	72 (02PP)	91 (02PP) (01 IC)	40 (02 PP) (1PIC)	26 (02PIC)	51 (01IC) (2PIC)	49 (02PP)	41 (03PP)	20 (08PP) (02IC) (1PIC)	20 (05PP)	53 (08PP) (04IC) (1PIC)	65 (03PP)	57	585
TAC FIRMADO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP PROPOSTA	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
ACP IMPROBIDADE	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
ARQUIVAMENTO SEM REMESSA	0	0	0	0	1	3	0	0	0	0	0	0	4
ARQUIVAMENTO COM REMESSA	22	103	21	19	24	40	28	25	20	23	27	37	389
AUDIÊNCIAS	1	0	1	0	0	0	0	0	1	2	3	1	9

## 8.55. 1º OFÍCIO DA PRM-UMUARAMA – RICARDO TADEU SAMPAIO

**8.55.1. Movimentação de processos judiciais.** No período de setembro/2013 a agosto/2014, o 1º Ofício da PRM-Umuarama teve a seguinte movimentação de processos:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSOS													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
SALDO	5	3	0	0	10	8	7	2	3	2	-	-	-
DISTRIBUÍDOS	298	180	219	108	263	229	265	262	219	34	-	-	2077
DEVOLVIDOS	300	183	219	98	265	230	270	261	220	34	-	-	2080
SALDO	3	0	10	10	8	7	2	3	2	2	-	-	-
AUDIÊNCIAS	8	17	2	0	1	5	6	8	7	1	-	-	55

**8.55.2. Movimentação de procedimentos extrajudiciais.** No mesmo período, para a unidade, a movimentação de procedimentos extrajudiciais foi a seguinte:

MOVIMENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
NOTÍCIA DE FATO DISTRIBUÍDA	4 (7PP)	23 (9PP) (2IC)	34 (10PP) (1IC)	2 (1PP)	15 (2PP)	6 (3PP) (1IC)	5 (11PP) (1IC)	6 (6PP)	10 (1PP)	0	-	-	105
TAC FIRMADO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-	0
ACP PROPOSTA	0	0	0	7	4	0	0	0	0	8	-	-	19
ACP IMPROBIDADE	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	-	-	2
ARQUIVAMENTO SEM REMESSA	0	0	0	0	4	2	1	3	4	0	-	-	14
ARQUIVAMENTO COM REMESSA	13	7	18	5	43	24	7	11	7	1	-	-	136
AUDIÊNCIAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-	0

Obs.: O titularizou o 1º Ofício da PRM-Umuarama no período de setembro de 2013 a 3 de junho de 2014 o Procurador da República Robson Martins.

## 8.56. 2º OFÍCIO DA PRM-UMUARAMA – LUÍS WANDERLEY GAZOTO

**8.56.1. Movimentação de processos judiciais.** No período de setembro/2013 a agosto/2014, o 2º Ofício da PRM-Umuarama teve a seguinte movimentação de processos:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSOS													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
SALDO	7	4	5	2	0	22	1	0	1	5	0	23	-
DISTRIBUÍDOS	17	395	159	104	213	213	191	191	231	207	220	255	2396
DEVOLVIDOS	20	394	162	106	191	234	192	190	227	212	197	261	2386
SALDO	4	5	2	0	22	1	0	1	5	0	23	17	-
AUDIÊNCIAS	10	10	7	2	3	8	11	15	9	3	11	11	100

**8.56.2. Movimentação de procedimentos extrajudiciais.** No mesmo período, para a unidade, a movimentação de procedimentos extrajudiciais foi a seguinte:

MOVIMENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
NOTÍCIA DE FATO DISTRIBUÍDA	6(1IC) (2PP)	23(1IC) (1PP)	33	7	9	2(1PP)	4(1IC)	3(1PP)	10	13	30	10	112
TAC FIRMADO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP PROPOSTA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP IMPROBIDADE	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
ARQUIVAMENTO SEM REMESSA	0	0	6	0	0	0	0	0	1	0	0	2	9
ARQUIVAMENTO COM REMESSA	3	10	21	3	1	5	2	1	3	1	14	5	69
AUDIÊNCIAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

## 8.57. OFÍCIO DA PRM-UNIÃO DA VITÓRIA – EDUARDO ALVES FONTE

**8.57.1. Movimentação de processos judiciais.** No período de setembro/2013 a agosto/2014, o Ofício da PRM-União da Vitória teve a seguinte movimentação de processos:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSOS													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
SALDO	21	26	20	19	21	28	62	42	31	51	54	25	-
DISTRIBUÍDOS	155	62	62	45	106	129	65	95	115	129	106	123	1192
DEVOLVIDOS	150	68	63	43	99	95	85	106	95	126	135	116	1181
SALDO	26	20	19	21	28	62	42	31	51	54	25	32	-
AUDIÊNCIAS	5	0	6	2	1	7	0	6	1	0	11	1	40

**8.57.2. Movimentação de procedimentos extrajudiciais.** No mesmo período, para a unidade, a movimentação de procedimentos extrajudiciais foi a seguinte:

MOVIMENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL													
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
NOTÍCIA DE FATO DISTRIBUÍDA	13 (4 PP)	8 (1 PIC)	6	11 (3 PP) (1 IC)	12 (3 PP) (1 PIC)	28 (4 PP) (4 PIC)	3	12 (2 PP)	5 (3 PP)	1 (5 PP)	5 (3 PP) (3 PIC)	8 (3 PP) (2 PIC)	112
TAC FIRMADO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP PROPOSTA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP IMPROBIDADE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ARQUIVAMENTO SEM REMESSA	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
ARQUIVAMENTO COM REMESSA	7	1	7	2	10	4	0	6	3	2	5	6	53
AUDIÊNCIAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

## 9. PROCEDIMENTOS EM TRAMITAÇÃO E PRODUTIVIDADE

**9.1. Quadro geral de procedimentos.** O quantitativo de procedimentos extrajudiciais ativos (notícia de fato, procedimento preparatório, inquérito civil, procedimento investigatório criminal e procedimento de acompanhamento), no Ofício de cada Procurador da República consta da seguinte tabela.

MEMBRO	NF	PP	IC	PIC	PA	TOTAL
Adriana Aparecida Storoz Mathias dos Santos	9	9	0	5	0	23
Alessandro José Fernandes de Oliveira	11	28	0	0	6	45
Alexandre Melz Nardes	3	0	0	25	1	29
Antônia Lélia Neves Sanches	7	56	130	0	2	195
Cristiana Koliski Taguchi	1	0	0	0	1	2
Daniel Holzmann Coimbra	23	0	0	13	1	37
Deltan Martinazzo Dallagnol	1	0	0	11	26	38

Elena Urbanavicius Marques	4	0	0	4	13	21
Elizabeth Gumiel de Toledo	0	0	0	0	0	0
Eloísa Helena Machado	5	0	0	0	4	9
João Gualberto Garcez Ramos	0	23	196	0	18	237
João Vicente Beraldo Romão	-	-	-	-	-	0
José Soares Frisch	13	0	0	1	1	15
Letícia Pohl Martello	3	0	0	8	2	13
Luís Sérgio Langowsck	0	60	90	0	2	152
Mônica Dorotéia Bora	9	0	0	19	0	28
Paula Cristina Contitha	8	0	0	0	3	11
Renita Cunha Kravetz	0	58	186	0	1	245
Sérgio Valladão Ferraz	7	0	0	5	0	12
Yara Queiroz Ribeiro da Silva Sprada	7	0	0	7	1	15
Carlos Henrique Macedo Bara	4	8	18	7	0	37
Felipe Delia Camargo	6	9	36	22	0	73
Thales Fernando Lima	3	9	25	0	0	37
Alexandre Collares Barbosa	1	19	106	2	0	128
Alexandre Halfen da Porciuncula	8	0	0	2	1	11
Andreia Pistono Vitalino	462	0	0	2	1	465
Carollina Rachel Costa Ferreira Tavares	1871	0	0	6	1	1878
Daniel de Jesus Sousa Santos	1365	0	0	0	0	1365
Daniela Caselani Sitta	191	1	0	0	0	192
Juliano Baggio Gasperin	559	1	2	1	1	564
Lucas Aguilar Sette	290	1	0	2	0	293
Robson Martins	6	17	104	0	1	128
Cintia Maria de Andrade	10	0	2	1	0	13
Gustavo de Carvalho Guadanhin	4	17	112	0	3	136
João Akira Omoto	-	-	-	-	-	0
José Mauro Luizão	11	0	1	1	1	14
Luiz Antônio Ximenes Cibin	1	13	121	3	3	141
Marcelo de Souza	4	0	0	0	0	4
Adrian Pereira Ziemba	0	5	49	1	1	56
Carlos Alberto Sztoltz	10	0	0	0	3	13
Danielle Dias Curvelo	21	16	23	1	11	72
Natalício Claro da Silva	8	0	0	0	4	12
<b>Total</b>	<b>4946</b>	<b>350</b>	<b>1201</b>	<b>149</b>	<b>113</b>	<b>6759</b>

Situação apurada conforme relatórios extraídos do sistema UNICO em 14/09/2014

**9.2. Procedimentos anteriores a 2010 em tramitação.** O quantitativo de procedimentos investigatórios (NF, PP, PIC ou IC) instaurados em 2010 e anos anteriores, e ainda em tramitação, nos Ofícios da PR/ES, consta da tabela seguinte.

OFÍCIO/MEMBRO	2010	2009	2008	2007	2006	2005	>2004	TOTAL
Adriana Aparecida Storoz Mathias dos Santos	0	0	0	0	0	0	0	0

Alessandro José Fernandes de Oliveira	0	0	0	0	0	0	0	0
Alexandre Melz Nardes	0	0	0	0	0	0	0	0
Antônia Lélia Neves Sanches	5	5	3	3	2	1	1	20
Cristiana Koliski Taguchi	0	0	0	0	0	0	0	0
Daniel Holzmann Coimbra	0	0	0	0	0	0	0	0
Deltan Martinazzo Dallagnol	1	0	0	0	0	0	0	1
Elena Urbanavicius Marques	0	0	0	0	0	0	0	0
Elizabeth Gumiel de Toledo	-	-	-	-	-	-	-	0
Eloísa Helena Machado	0	0	0	0	0	0	0	0
João Gualberto Garcez Ramos	18	27	2	0	1	3	1	52
João Vicente Beraldo Romão	0	0	0	0	0	0	0	0
José Soares Frisch	0	0	0	0	0	0	0	0
Letícia Pohl Martello	0	0	0	0	0	0	0	0
Luís Sérgio Langowsck	3	2	1	2	0	0	0	8
Mônica Dorotéia Bora	0	0	0	0	0	0	0	0
Paula Cristina Contitha	0	0	0	0	0	0	0	0
Renita Cunha Kravetz	15	3	2	3	0	0	1	24
Sérgio Valladão Ferraz	1	0	0	0	0	0	0	1
Yara Queiroz Ribeiro da Silva Sprada	0	0	0	0	0	0	0	0
Carlos Henrique Macedo Bara	1	1	0	0	1	0	0	3
Felipe Delia Camargo	3	7	1	3	2	0	2	18
Thales Fernando Lima	3	5	2	0	0	0	1	11
Alexandre Collares Barbosa	3	8	4	6	1	4	9	35
Alexandre Halfen da Porciuncula	0	1	0	0	0	0	0	1
Andreia Pistono Vitalino	1	0	0	0	0	0	0	1
Carollina Rachel Costa Ferreira Tavares	0	0	0	0	0	0	0	0
Daniel de Jesus Sousa Santos	1	1	0	0	0	0	0	2
Daniela Caselani Sitta	0	0	0	0	0	0	0	0
Juliano Baggio Gasperin	0	1	0	1	0	0	1	3
Lucas Aguilar Sette	0	1	1	0	0	0	0	2
Robson Martins	10	8	2	7	3	2	6	38
Cintia Maria de Andrade	0	0	0	0	0	0	0	0
Gustavo de Carvalho Guadanhin	32	7	3	2	1	1	0	46
João Akira Omoto	-	-	-	-	-	-	-	0
José Mauro Luizão	0	0	0	0	0	0	0	0
Luiz Antônio Ximenes Cibin	32	6	2	3	1	0	0	44
Marcelo de Souza	0	0	0	0	0	0	0	0
Adrian Pereira Ziemba	5	1	0	0	0	0	0	6
Carlos Alberto Sztoltz	0	0	0	0	0	0	0	0
Danielle Dias Curvelo	0	1	0	0	0	0	0	1
Natalício Claro da Silva	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>134</b>	<b>85</b>	<b>23</b>	<b>30</b>	<b>12</b>	<b>11</b>	<b>22</b>	<b>317</b>

Observação: Os dados da tabela acima foram extraídos dos relatórios de procedimentos emitidos pelo sistema UNICO, em 19/08/2014

9.2.1. Embora a existência de procedimentos extrajudiciais em fase de investigação por longos períodos possa ser justificada por diversos fatores, é de se apontar que o art. 9º da Resolução CNMP nº 23/2007 prevê prazo de um ano para a conclusão da instrução do inquérito civil. Enquanto tal prazo seja prorrogável, a tramitação de procedimentos investigatórios por longos períodos pode, em tese, caracterizar inércia ou excesso de prazo.

9.3. **Quadro geral de produtividade.** A tabela abaixo permite visualizar, nos doze meses anteriores à inspeção, a produtividade dos membros no tocante a ações civis públicas ajuizadas, TACs celebrados, recomendações expedidas e inspeções/diligências realizadas, no âmbito de atuação no Estado do Paraná.

MEMBRO	AÇÕES CIVIS AJUIZADAS	ACP IMPROBIDADE	DENUNCIAS	TAC	RECOMEN-DAÇÕES	DILIGÊNCIAS E INSPEÇÕES
Adriana Aparecida Storoz Mathias dos Santos*	0	0	33	0	0	0
Alessandro José Fernandes de Oliveira	0	0	4	0	0	1
Alexandre Melz Nardes*	0	0	50	0	0	0
Antônia Lélia Neves Sanches	16	0	0	0	9	71
Cristiana Koliski Taguchi*	0	0	46	0	0	0
Daniel Holzmann Coimbra*	0	0	6	0	0	0
Deltan Martinazzo Dallagnol	0	0	17	0	0	0
Elena Urbanavicius Marques*	0	0	34	0	0	0
Elizabeth Gumiel de Toledo	1260	0	0	0	0	0
Eloísa Helena Machado*	0	0	30	0	0	3
João Gualberto Garcez Ramos	1	2	1	0	0	0
João Vicente Beraldo Romão	0	0	0	0	0	0
José Soares Frisch*	0	0	13	0	0	0
Letícia Pohl Martello*	0	0	26	0	0	0
Luís Sérgio Langowsck	4	0	0	0	2	0
Mônica Dorotéia Bora*	0	0	21	0	0	4
Paula Cristina Contitha*	0	0	28	0	0	0
Renita Cunha Kravetz	1	2	0	0	8	0
Sérgio Valladão Ferraz*	0	0	0	0	0	0
Yara Queiroz Ribeiro da Silva Sprada*	0	0	46	0	1	4
Carlos Henrique Macedo Bara	1	0	138	0	5	2
Felipe Delia Camargo	0	0	129	0	8	1
Thales Fernando Lima	0	1	160	0	7	1
Alexandre Collares Barbosa	3	0	70	0	29	0
Alexandre Halfen da Porciuncula	0	1	165	0	0	0
Andreia Pistono Vitalino	2	0	102	0	0	0
Carollina Rachel Costa Ferreira Tavares	0	0	2	0	0	1
Daniel de Jesus Sousa Santos	0	0	21	0	0	2
Daniela Caselani Sitta	0	0	56	0	0	0

Juliano Baggio Gasperin	0	0	151	0	0	0
Lucas Aguilar Sette	0	0	0	0	0	0
Robson Martins	2	1	0	0	3	0
Cintia Maria de Andrade	0	0	43	0	0	0
Gustavo de Carvalho Guadanhin	-	-	-	-	-	-
João Akira Omoto	-	-	-	-	-	-
José Mauro Luizão	0	0	84	0	0	0
Luiz Antônio Ximenes Cibin	12	8	31	0	1	3
Marcelo de Souza	0	0	45	0	0	0
Adrian Pereira Ziembra	0	0	12	0	0	0
Carlos Alberto Sztoltz	0	0	41	0	0	0
Danielle Dias Curvelo	2	1	66	0	4	0
Natalício Claro da Silva	0	0	65	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>1304</b>	<b>16</b>	<b>1736</b>	<b>0</b>	<b>77</b>	<b>93</b>

(\*) Atuam em Ofícios criminais

## 10. PROCESSOS E PROCEDIMENTOS – ANÁLISE DOCUMENTAL E VERIFICAÇÃO FÍSICA

### 10.1. Ofício do Procurador-chefe – João Vicente Beraldo Romão

Notícia de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	5
	Em tramitação há mais de 30 dias:	0
Procedimento de Investigação Criminal (PIC)	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias:	0
Procedimentos preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	17
	Em tramitação há mais de 90 dias e menos de 180 dias:	0
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0
Inquérito civil	Em tramitação há menos de 1 ano:	0
	Em tramitação há mais de 1 ano:	0

10.1.1. Em verificação física e análise documental constatou-se: **a)** PP nº 1.25.000.002398/2014-06, instaurado em 11/08/2014, conclusos em 14/08/2014, porém sem diligências.

### 10.2. 1º Ofício de Tutela Coletiva – Luís Sérgio Langowski

Notícia de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	0
	Em tramitação há mais de 30 dias:	0
Procedimento de Investigação Criminal (PIC)	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias:	0
Procedimentos preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	39
	Em tramitação há mais de 90 dias e menos de 180 dias:	21
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0
Inquérito civil	Em tramitação há menos de 1 ano:	59
	Em tramitação há mais de 1 ano:	31



10.2.1. Em verificação física e análise documental não foram encontrados processos judiciais com prazos vencidos ou procedimentos extrajudiciais em desconformidades com as Resoluções CNMP 23/2007 e CSMPT 69/2007.

#### 10.3. 2 Ofício de Tutela Coletiva – Antônia Lélia Neves Sanches

Notícia de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	6 (Eleitoral)
	Em tramitação há mais de 30 dias:	1 (Eleitoral)
Procedimento de Investigação Criminal (PIC)	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias:	0
Procedimentos preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	34
	Em tramitação há mais de 90 dias e menos de 180 dias:	20
	Em tramitação há mais de 180 dias:	2
Inquérito civil	Em tramitação há menos de 1 ano:	60
	Em tramitação há mais de 1 ano:	70

10.3.1. Em verificação física e análise documental constatou-se: a) MS nº 5050639-80.2013.4.04.7000-MSTR, com vista desde 09/07/2014; b) MS nº 5050205-91.2013.4.04.7000-RC, com vista desde 17/07/2014; c) MS nº 5027527-48.2014.4.04.7000-MANDSEG, com vista desde 18/07/2014; d) MS 5019259-05.2014.4.04.7000-MANDSEG, com vista desde 13/08/2014; MS nº 5040244-92.2014.4.04.7000-MANDSEG, com vista desde 08/08/2014.

#### 10.4. 3º OFÍCIO DE TUTELA COLETIVA – JOÃO GUALBERTO GARCEZ RAMOS

Notícia de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	0
	Em tramitação há mais de 30 dias:	0
Procedimento de Investigação Criminal (PIC)	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias:	0
Procedimentos preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	22
	Em tramitação há mais de 90 dias e menos de 180 dias:	1
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0
Inquérito civil	Em tramitação há menos de 1 ano:	94
	Em tramitação há mais de 1 ano:	102

10.4.1. Em verificação física e análise documental constatou-se: a) PP nº 1.22.003.000351/2014-81, instaurado em 03/07/2014, com determinação de diligências, conclusos desde 23/07/2014; b) IC nº 1.25.000.003759/2009-66, convertido em IC em 03/09/2010, última prorrogação de prazo em 22/10/2012, última diligência em 2013.

#### 10.5. 4º Ofício de Tutela Coletiva – Renita Cunha Kravetz

Notícia de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	0
	Em tramitação há mais de 30 dias:	0
Procedimento de Investigação Criminal (PIC)	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias:	0
Procedimentos preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	21
	Em tramitação há mais de 90 dias e menos de 180 dias:	32
	Em tramitação há mais de 180 dias:	5

Inquérito civil	Em tramitação há menos de 1 ano:	85
	Em tramitação há mais de 1 ano:	101

**10.5.1.** Em verificação física e análise documental não foram encontrados processos judiciais com prazos vencidos ou procedimentos extrajudiciais em desconformidades com as Resoluções CNMP 23/2007 e CSMPT 69/2007.

10.6. 1º Ofício Cível – Elizabeth Gumiel de Toledo		
Notícia de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	0
	Em tramitação há mais de 30 dias:	0
Procedimento de Investigação Criminal (PIC)	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias:	0
Procedimentos preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias e menos de 180 dias:	0
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0
Inquérito civil	Em tramitação há menos de 1 ano:	0
	Em tramitação há mais de 1 ano:	0

**10.6.1.** Em verificação física e análise documental constatou-se: **a)** MS nº 5030515-76.2013.4.04.7000, com vista desde 18/08/2014; **b)** AC nº 5018695-94.2012.4.04.7000, com vista desde 30/06/2014; **c)** MS nº 5002291-31.2013.4.04.7000, com vista desde 09/07/2014; **d)** RECURSO nº 5032325-57.2011.4.04.7000-RSCIV, com vista desde 09/07/2014; **e)** JESP nº 5005963-09.2011.4.04.7003-PRCJEC, com vista desde 09/07/2014.

10.7. 1º OFÍCIO CRIMINAL – Mônica Dorotéa Bora		
Notícia de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	9
	Em tramitação há mais de 30 dias:	0
Procedimento de Investigação Criminal (PIC)	Em tramitação há menos de 90 dias:	12
	Em tramitação há mais de 90 dias:	7
Procedimentos preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias e menos de 180 dias:	0
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0
Inquérito civil	Em tramitação há menos de 1 ano:	0
	Em tramitação há mais de 1 ano:	0

**10.7.1.** Em verificação física e análise documental não foram encontrados processos judiciais com prazos vencidos ou procedimentos extrajudiciais em desconformidades com as Resoluções CNMP 23/2007 e CSMPT 69/2007.

10.8. 2º OFÍCIO CRIMINAL – Paula Cristina Conti Tha		
Notícia de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	2
	Em tramitação há mais de 30 dias:	5
Procedimento de Investigação Criminal (PIC)	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias:	3

<b>Procedimentos preparatórios</b>	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias e menos de 180 dias:	0
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0
<b>Inquérito civil</b>	Em tramitação há menos de 1 ano:	0
	Em tramitação há mais de 1 ano:	0

**10.8.1.** Em verificação física e análise documental constatou-se: **a)** IP nº 5039083-81.2013.4.04.7000-INQ, vista desde 13/08/2014; **b)** IP nº 5049648-75.2011.4.04.7000-INQ, vista desde 02/07/2014; **c)** IP nº 5013011-57.2013.4.04.7000-INQ, vista desde 09/04/2014; **d)** TCO nº 5017850-91.2014.4.04.7000-TC, vista desde 18/07/2014.

#### 10.9. 3º OFÍCIO CRIMINAL – Eloísa Helena Machado

<b>Notícia de Fato</b>	Em tramitação há menos de 30 dias:	5
	Em tramitação há mais de 30 dias:	0
<b>Procedimento de Investigação Criminal (PIC)</b>	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias:	0
<b>Procedimentos preparatórios</b>	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias e menos de 180 dias:	0
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0
<b>Inquérito civil</b>	Em tramitação há menos de 1 ano:	0
	Em tramitação há mais de 1 ano:	0

**10.9.1.** Em verificação física e análise documental constatou-se: **a)** IP nº 5011627-59.2013.4.04.7000-INQ, vista desde 05/08/2014; **b)** IP nº 5021969-95.2014.4.04.7000-INQ, vista desde 07/08/2014; **c)** NF nº 1.25.000.002550/2014-42, instaurada em 19/08/2014, sem diligências ou conversão em PIC.

#### 10.10. 4º OFÍCIO CRIMINAL – Daniel Holzmann Coimbra

<b>Notícia de Fato</b>	Em tramitação há menos de 30 dias:	8
	Em tramitação há mais de 30 dias:	15
<b>Procedimento de Investigação Criminal (PIC)</b>	Em tramitação há menos de 90 dias:	10
	Em tramitação há mais de 90 dias:	3
<b>Procedimentos preparatórios</b>	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias e menos de 180 dias:	0
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0
<b>Inquérito civil</b>	Em tramitação há menos de 1 ano:	0
	Em tramitação há mais de 1 ano:	0

**10.10.1.** Em verificação física e análise documental constatou-se: **a)** NF nº 1.25.000.002259/2014-74, recebido em 05/08/2014, sem diligências ou conversão em PIC; **b)** NF nº 1.25.000.002277/2014-56, recebido em 05/08/2014, sem diligências ou conversão em PIC; **c)** IP nº 5009356-14.2012.4.04.7000-INQ, vista em 21/07/2014; **d)** IP nº 5016565-63.2014.4.04.7000-INQ, vista em 21/07/2014; **e)** IP nº 5006938-35.2014.4.04.7000-INQ, vista em 04/08/2014; **f)** IP nº 5042079-52.2013.4.04.7000-INQ, vista em 31/07/2014; **g)** IP nº 0003476-97.2010.4.04.7000-INQ, vista em 27/05/2014.

**10.11. 5º OFÍCIO CRIMINAL – Cristiana Koliski Taguchi**

Notícia de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	1
	Em tramitação há mais de 30 dias:	0
Procedimento de Investigação Criminal (PIC)	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias:	1
Procedimentos preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias e menos de 180 dias:	0
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0
Inquérito civil	Em tramitação há menos de 1 ano:	0
	Em tramitação há mais de 1 ano:	0

10.11.1. Em verificação física e análise documental não foram encontrados processos judiciais com prazos vencidos ou procedimentos extrajudiciais em desconformidades com as Resoluções CNMP 23/2007 e CSMPT 69/2007.

**10.12. 6º OFÍCIO CRIMINAL – Yara Queiroz Ribiero da Silva Sprada**

Notícia de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	5
	Em tramitação há mais de 30 dias:	2
Procedimento de Investigação Criminal (PIC)	Em tramitação há menos de 90 dias:	2
	Em tramitação há mais de 90 dias:	5
Procedimentos preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias e menos de 180 dias:	0
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0
Inquérito civil	Em tramitação há menos de 1 ano:	0
	Em tramitação há mais de 1 ano:	0

10.12.1. Em verificação física e análise documental não foram encontrados processos judiciais com prazos vencidos ou procedimentos extrajudiciais em desconformidades com as Resoluções CNMP 23/2007 e CSMPT 69/2007.

**10.13. 7º OFÍCIO CRIMINAL – Sérgio Valladão Ferraz**

Notícia de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	7
	Em tramitação há mais de 30 dias:	0
Procedimento de Investigação Criminal (PIC)	Em tramitação há menos de 90 dias:	5
	Em tramitação há mais de 90 dias:	0
Procedimentos preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias e menos de 180 dias:	0
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0
Inquérito civil	Em tramitação há menos de 1 ano:	0
	Em tramitação há mais de 1 ano:	0

10.13.1. Em verificação física e análise documental constatou-se: a) IP nº 5024803-42.2012.4.04.7000-INQ, com vistas desde 14/08/2015; b) IP nº 5033467-62.2012.4.04.7000-INQ, com vistas desde 12/08/2014; c) IP nº 5040495-81.2012.4.04.7000-INQ, com vistas desde 12/08/2014; d) IP nº 5042606-72.2011.4.04.7000-INQ, com vistas desde 11/08/2014; e) IP nº 5057565-77.2013.4.04.7000-INQ, com vistas desde 12/08/2014;

f) Representação Crim n° 5012200-97.2013.4.04.7000, com vista desde 11/08/2014.

10.14. 8º OFÍCIO CRIMINAL – Adriana Aparecida Storoz Mathias dos Santos		
Notícia de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	9
	Em tramitação há mais de 30 dias:	0
Procedimento de Investigação Criminal (PIC)	Em tramitação há menos de 90 dias:	1
	Em tramitação há mais de 90 dias:	4
Procedimentos preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	9
	Em tramitação há mais de 90 dias e menos de 180 dias:	0
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0
Inquérito civil	Em tramitação há menos de 1 ano:	0
	Em tramitação há mais de 1 ano:	0

10.14.1. Em verificação física e análise documental não foram encontrados processos judiciais com prazos vencidos ou procedimentos extrajudiciais em desconformidades com as Resoluções CNMP 23/2007 e CSMPT 69/2007.

10.15. 9º OFÍCIO CRIMINAL – Elena Urbanavicius Marques		
Notícia de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	4
	Em tramitação há mais de 30 dias:	0
Procedimento de Investigação Criminal (PIC)	Em tramitação há menos de 90 dias:	2
	Em tramitação há mais de 90 dias:	2
Procedimentos preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias e menos de 180 dias:	0
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0
Inquérito civil	Em tramitação há menos de 1 ano:	0
	Em tramitação há mais de 1 ano:	0

10.15.1. Em verificação física e análise documental não foram encontrados processos judiciais com prazos vencidos ou procedimentos extrajudiciais em desconformidades com as Resoluções CNMP 23/2007 e CSMPT 69/2007.

10.16. 10º OFÍCIO CRIMINAL – José Soares Frisch		
Notícia de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	4
	Em tramitação há mais de 30 dias:	9
Procedimento de Investigação Criminal (PIC)	Em tramitação há menos de 90 dias:	1
	Em tramitação há mais de 90 dias:	0
Procedimentos preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias e menos de 180 dias:	0
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0
Inquérito civil	Em tramitação há menos de 1 ano:	0
	Em tramitação há mais de 1 ano:	0

10.16.1. Em verificação física e análise documental não foram encontrados processos judiciais com prazos vencidos ou procedimentos extrajudiciais em desconformidades com as Resoluções CNMP 23/2007 e CSMPT 69/2007.

**10.17.11º OFÍCIO CRIMINAL – Letícia Pohl Martello**

Notícia de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	3
	Em tramitação há mais de 30 dias:	0
Procedimento de Investigação Criminal (PIC)	Em tramitação há menos de 90 dias:	7
	Em tramitação há mais de 90 dias:	1
Procedimentos preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias e menos de 180 dias:	0
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0
Inquérito civil	Em tramitação há menos de 1 ano:	0
	Em tramitação há mais de 1 ano:	0

**10.17.1.** Em verificação física e análise documental não foram encontrados processos judiciais com prazos vencidos ou procedimentos extrajudiciais em desconformidades com as Resoluções CNMP 23/2007 e CSMPT 69/2007.

**10.18. 12º OFÍCIO CRIMINAL – Alexandre Melz Nardes**

Notícia de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	2
	Em tramitação há mais de 30 dias:	1
Procedimento de Investigação Criminal (PIC)	Em tramitação há menos de 90 dias:	12
	Em tramitação há mais de 90 dias:	13
Procedimentos preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias e menos de 180 dias:	0
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0
Inquérito civil	Em tramitação há menos de 1 ano:	0
	Em tramitação há mais de 1 ano:	0

**10.18.1.** Em verificação física e análise documental constatou-se: a) IP nº 5052026-67.2012.4.04.7000-INQ, com vistas desde 18/06/2014; b) IP nº 5012650-31.2013.4.04.7003-INQ, com vistas desde 26/06/2014; c) IP nº 5051521-76.2012.4.04.7000-INQ, com vistas desde 29/04/2014; d) REPRESENTAÇÃO nº 5008934-68.2014.4.04.7000, com vista desde 14/08/2014.

**10.19. OFÍCIO Eleitoral – Alessandro José Fernandes de Oliveira**

Notícia de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	9
	Em tramitação há mais de 30 dias:	2
Procedimento de Investigação Criminal (PIC)	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias:	0
Procedimentos preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	28
	Em tramitação há mais de 90 dias e menos de 180 dias:	5
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0
Inquérito civil	Em tramitação há menos de 1 ano:	0
	Em tramitação há mais de 1 ano:	0

**10.19.1.** Em verificação física e análise documental não foram encontrados processos judiciais com prazos vencidos ou procedimentos extrajudiciais em desconformidades com as Resoluções CNMP 23/2007 e CSMPT 69/2007.

10.20. 1º Ofício Cível/Criminal da PRM-Cascavel – Carlos Henrique Macedo Bara		
Notícia de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	4
	Em tramitação há mais de 30 dias:	0
Procedimento de Investigação Criminal (PIC)	Em tramitação há menos de 90 dias:	4
	Em tramitação há mais de 90 dias:	3
Procedimentos preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	7
	Em tramitação há mais de 90 dias e menos de 180 dias:	1
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0
Inquérito civil	Em tramitação há menos de 1 ano:	10
	Em tramitação há mais de 1 ano:	8

10.20.1. Em verificação física e análise documental não foram encontrados processos judiciais com prazos vencidos ou procedimentos extrajudiciais em desconformidades com as Resoluções CNMP 23/2007 e CSMPT 69/2007.

10.21. 2º Ofício Cível/Criminal da PRM-Cascavel – Felipe Delia Camargo		
Notícia de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	6
	Em tramitação há mais de 30 dias:	0
Procedimento de Investigação Criminal (PIC)	Em tramitação há menos de 90 dias:	12
	Em tramitação há mais de 90 dias:	10
Procedimentos preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	4
	Em tramitação há mais de 90 dias e menos de 180 dias:	5
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0
Inquérito civil	Em tramitação há menos de 1 ano:	14
	Em tramitação há mais de 1 ano:	22

10.21.1. Em verificação física e análise documental não foram encontrados processos judiciais com prazos vencidos ou procedimentos extrajudiciais em desconformidades com as Resoluções CNMP 23/2007 e CSMPT 69/2007.

10.22. 3º Ofício Cível/Criminal da PRM-Cascavel – Thales Fernando Lima		
Notícia de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	3
	Em tramitação há mais de 30 dias:	0
Procedimento de Investigação Criminal (PIC)	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias:	0
Procedimentos preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	7
	Em tramitação há mais de 90 dias e menos de 180 dias:	2
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0
Inquérito civil	Em tramitação há menos de 1 ano:	8
	Em tramitação há mais de 1 ano:	17

10.22.1. Em verificação física e análise documental não foram encontrados processos judiciais com prazos vencidos ou procedimentos extrajudiciais em desconformidades com as Resoluções CNMP 23/2007 e CSMPT 69/2007.

**10.23. 1º Ofício Criminal da PRM-Foz do Iguaçu – Alexandre Halfen da Porciuncula**

Notícia de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	1
	Em tramitação há mais de 30 dias:	0
Procedimento de Investigação Criminal (PIC)	Em tramitação há menos de 90 dias:	2
	Em tramitação há mais de 90 dias:	0
Procedimentos preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	15
	Em tramitação há mais de 90 dias e menos de 180 dias:	4
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0
Inquérito civil	Em tramitação há menos de 1 ano:	40
	Em tramitação há mais de 1 ano:	62

**10.23.1.** Em verificação física e análise documental não foram encontrados processos judiciais com prazos vencidos ou procedimentos extrajudiciais em desconformidades com as Resoluções CNMP 23/2007 e CSMPT 69/2007.

**10.24. 2º Ofício Criminal da PRM-Foz do Iguaçu – Andréia Pistono Vitalino**

Notícia de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	404
	Em tramitação há mais de 30 dias:	58
Procedimento de Investigação Criminal (PIC)	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias:	1
Procedimentos preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias e menos de 180 dias:	0
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0
Inquérito civil	Em tramitação há menos de 1 ano:	0
	Em tramitação há mais de 1 ano:	0

**10.24.1.** Em verificação física e análise documental constatou-se: a) IP 5004830-27.2014.4.04.7002-INQ, relatado em 01.08.14, ainda sem manifestação do MP; b) IP 5002532-33.2012.4.04.7002-INQ, aguarda manifestação do MP desde 15.04.14; c) IP 5000498-51.2013.4.04.7002-INQ, relatado em 16.07.14, ainda sem manifestação do MP; d) IP 2006.70.02.000999-2-INQ, instaurado em 27.01.2006, aguardando manifestação do MP desde 18 de julho de 2.014; e) IP 5003559-80.2014.4.04.7002-INQ, relatado em 15.07.14, ainda sem manifestação do MP; f) AP 5010535-40.2013.4.04.7002-AP, aguarda manifestação do MP desde 25.07.14; g) AP 5000533-16.2010.4.04.7002-AP, aguarda manifestação do MP desde 04.08.14; h) NF 1.25.003.006959/2014-16, autuada em 04.06.2014, ainda sem manifestação final; i) NF 1.25.003.007065/2014-35, autuada em 04.06.2014, ainda sem manifestação final; j) NF 1.25.003.007832/2014-14, autuada em 25.06.2014, ainda sem manifestação final; k) PIC 1.25.003.009701/2010-30, instaurado em 28.06.2010. Sem qualquer decisão de prorrogação do prazo para conclusão.

**10.25. 3º Ofício Criminal da PRM-Foz do Iguaçu – Daniela Caselani Sitta**

Notícia de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	83
	Em tramitação há mais de 30 dias:	108
Procedimento de Investigação Criminal (PIC)	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias:	0



<b>Procedimentos preparatórios</b>	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias e menos de 180 dias:	0
	Em tramitação há mais de 180 dias:	1
<b>Inquérito civil</b>	Em tramitação há menos de 1 ano:	0
	Em tramitação há mais de 1 ano:	0

**10.25.1.** Em verificação física e análise documental constatou-se: **a)** IP 5008353-47.2014.4.04.7002-INQ, relatório da Autoridade Policial emitido em 13.08.14, ainda sem manifestação do MP; **b)** IP 5005987-35.2014.4.04.7002-INQ, relatório da Autoridade Policial emitido em 16.06.14, ainda sem manifestação do MP; **c)** IP 0003137-35.2010.4.04.7002-INQ, aguarda manifestação do MP desde 18.06.14; **d)** IP 5003741-03.2013.4.04.7002-INQ, relatório da Autoridade Policial emitido em 26.06.14, ainda sem manifestação do MP; **e)** IP 5007083-85.2014.4.04.7002-INQ, Irregular, relatório da Autoridade Policial emitido em 26.05.14, ainda sem manifestação do MP; **f)** IP 5002333-74.2013.4.04.7002-INQ, relatório da Autoridade Policial emitido em 12.11.13, ainda sem manifestação do MP; **g)** IP 5004863-51.2013.4.04.7002-INQ, relatório da Autoridade Policial emitido em 12.11.13, ainda sem manifestação do MP; **h)** AP 2005.70.02.007775-0-APPPCC, aguarda manifestação do MP desde 07.08.2014; **i)** NF 1.25.003.004033/2012-16, autuado em 09.03.2.012, ainda sem manifestação final do MP; **j)** NF 1.25.003.001614/2013-87, autuado em 07.03.2013, ainda sem manifestação final do MP; **k)** NF 1.25.003.002436/2013-10, autuado em 06.05.2.013, ainda sem manifestação final do MP; **l)** NF 1.25.003.003460/2013-68, autuado em 21.05.2013, ainda sem manifestação final do MP.

**10.26. 4º Ofício Criminal da PRM-Foz do Iguaçu – Juliano Baggio Gasperin**

<b>Notícia de Fato</b>	Em tramitação há menos de 30 dias:	227
	Em tramitação há mais de 30 dias:	332
<b>Procedimento de Investigação Criminal (PIC)</b>	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias:	1
<b>Procedimentos preparatórios</b>	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias e menos de 180 dias:	1
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0
<b>Inquérito civil</b>	Em tramitação há menos de 1 ano:	0
	Em tramitação há mais de 1 ano:	2

**10.26.1.** Em verificação física e análise documental constatou-se: **a)** IP 5002998-56.2014.4.04.7002-INQ, relatório da Autoridade Policial emitido 30.06.14, ainda sem manifestação do MP; **b)** IP 5000092-93.2014.4.04.7002-INQ, aguarda manifestação do MP desde 22.07.14; **c)** IP 5009209-16.2011.4.04.7002-INQ, aguarda manifestação do MP desde 08.04.14; **d)** IP 5008992-36.2012.4.04.7002-INQ, relatório da Autoridade Policial emitido 02.05.14, ainda sem manifestação do MP; **e)** IP 5000162-47.2013.4.04.7002-INQ, relatório da Autoridade Policial emitido 29.01.14, ainda sem manifestação do MP; **f)** IP 2009.70.02.006416-5-INQ, aguarda manifestação do MP desde 26.05.14; **g)** NF 1.25.003.010090/2012-34, autuada em 20 de novembro de 2.012, sem movimentação; **h)** PP 1.29.020.000007/2014-23, foi convertido de NF para PP em 05.03.14, embora tal conversão não esteja registrada no Sistema Único. Mesmo já transcorrido mais de 06 meses, ainda não houve a promoção de arquivamento ou conversão em inquérito civil; **i)** IC 1.25.003.018535/2007-67, concluso para o Procurador do 9º Ofício desde 19.09.14. Entretanto, a última movimentação de instrução é datada de 22.11.13. O Procurador não informou qualquer efetividade no feito, apesar de tramitar desde os idos de 2007.

**10.27. 5º Ofício Criminal da PRM-Foz do Iguaçu – Lucas Aguilar Sette**

<b>Notícia de Fato</b>	Em tramitação há menos de 30 dias:	218
	Em tramitação há mais de 30 dias:	72
<b>Procedimento de Investigação Criminal (PIC)</b>	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias:	2
<b>Procedimentos preparatórios</b>	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias e menos de 180 dias:	0
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0
<b>Inquérito civil</b>	Em tramitação há menos de 1 ano:	0
	Em tramitação há mais de 1 ano:	1

**10.27.1.** Em verificação física e análise documental constatou-se: **a)** IP 5004788-75.2014.4.04.7002-INQ, relatório final emitido em 15.07.14, ainda sem manifestação do MP; **b)** IP 5004924-72.2014.4.04.7002-INQ, relatório final emitido em 17.07.14, ainda sem manifestação do MP; **c)** IP 5002608-91.2011.4.04.7002-INQ, aguarda manifestação do MP desde o dia 05.03.14; **d)** IP 5010337-37.2012.4.04.7002-INQ, aguarda manifestação do MP desde o dia 19.03.14; **e)** IP 5004547-38.2013.4.04.7002-INQ, relatório final emitido em 19.03.14, ainda sem manifestação do MP; **f)** IP 5011293-87.2011.4.04.7002-INQ, aguarda manifestação do MP desde o dia 14.10.13; **g)** TCO 5011250-82.2013.4.04.7002-TC, aguarda manifestação do MP desde o dia 01.07.14; **h)** NF 1.25.003.000019/2012-43, autuada em 11 de janeiro de 2.012, sem manifestação final há mais de 30 dias; **i)** NF 1.25.003.000052/2012-73, autuada em 12 de janeiro de 2.012, sem manifestação final há mais de 30 dias; **j)** NF 1.25.003.000318/2012-88, autuada em 16 de janeiro de 2.012, sem manifestação final há mais de 30 dias; **k)** NF 1.25.003.001295/2012-29, autuada em 27 de janeiro de 2.012, sem manifestação final há mais de 30 dias; **l)** NF 1.25.003.004265/2012-74, autuada em 12 de março de 2.012, sem manifestação final há mais de 30 dias.

**10.28. 6º Ofício Criminal da PRM-Foz do Iguaçu – Carollina Rachel Costa Ferreira Tavares**

<b>Notícia de Fato</b>	Em tramitação há menos de 30 dias:	410
	Em tramitação há mais de 30 dias:	1461
<b>Procedimento de Investigação Criminal (PIC)</b>	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias:	6
<b>Procedimentos preparatórios</b>	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias e menos de 180 dias:	0
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0
<b>Inquérito civil</b>	Em tramitação há menos de 1 ano:	0
	Em tramitação há mais de 1 ano:	0

**10.28.1.** Em verificação física e análise documental constatou-se: **a)** IP 5010296-36.2013.4.04.7002-INQ, relatório da Autoridade Policial emitido 17.04.14, ainda sem manifestação do MP; **b)** IP 5000347-51.2014.4.04.7002-INQ, relatório da Autoridade Policial emitido 17.04.14, ainda sem manifestação do MP; **c)** IP 5007347-10.2011.4.04.7002-INQ, diligência da Polícia cumprida em 23.04.14, ainda sem manifestação do MP; **d)** IP 5007347-10.2011.4.04.7002-INQ, diligência da Polícia cumprida em 23.04.14, ainda sem manifestação do MP; **e)** IP 0000125-13.2010.4.04.7002-INQ, no MP desde 01 de abril de 2.014; **f)** IP 5012880-13.2012.4.04.7002-INQ, diligência da Polícia cumprida em 29.11.13, ainda sem manifestação do MP; **g)** NF 1.25.003.010669/2014-69, autuada em 14 de agosto de 2.014, sem manifestação; **h)** NF 1.25.003.010580/2014-01, autuada em 14 de agosto de 2.014, sem manifestação; **i)** NF 1.25.003.002398/2013-97, autuada em 02 de maio de 2.014, sem manifestação; **j)** NF 1.25.003.002403/2013-61, autuada em 03 de

maio de 2.014, sem manifestação; k) NF 1.25.003.004551/2013-11, autuada em 05 de agosto de 2.014, sem manifestação.

10.29. 7º Ofício Criminal da PRM-Foz do Iguaçu – Daniel de Jesus Sousa Santos		
Notícia de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	398
	Em tramitação há mais de 30 dias:	967
Procedimento de Investigação Criminal (PIC)	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias:	0
Procedimentos preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias e menos de 180 dias:	0
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0
Inquérito civil	Em tramitação há menos de 1 ano:	0
	Em tramitação há mais de 1 ano:	0

**10.29.1.** Em verificação física e análise documental constatou-se: **a)** NF 1.25.003.010550/2014-96, autuada em 14 de agosto de 2.014, sem manifestação; **b)** NF 1.25.000.000234/2009-79, autuada em 15 de janeiro de 2.009, sem manifestação; **c)** NF 1.25.003.013780/2010-83, autuada em 27 de setembro de 2.010, sem manifestação; **d)** NF 1.25.003.000427/2011-14, autuada em 11 de janeiro de 2.011, sem manifestação; **e)** NF 1.25.003.000894/2011-44, autuada em 20 de janeiro de 2.011, sem manifestação; **f)** NF 1.25.003.000946/2011-82, autuada em 20 de janeiro de 2.011, sem manifestação.

10.30. 8º Ofício Cível/Tutela da PRM-Foz do Iguaçu – Robson Martins		
Notícia de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	6
	Em tramitação há mais de 30 dias:	0
Procedimento de Investigação Criminal (PIC)	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias:	0
Procedimentos preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	12
	Em tramitação há mais de 90 dias e menos de 180 dias:	5
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0
Inquérito civil	Em tramitação há menos de 1 ano:	29
	Em tramitação há mais de 1 ano:	75

**10.30.1.** Em verificação física e análise documental constatou-se: **a)** IC 1.25.003.000049/2002-88, instaurado em 10.04.2002. Último despacho prorrogando o prazo para conclusão datado de 28.01.14. Última movimentação datada de 27.08.14; **b)** IC 1.25.003.000207/2002-08, autuado em 03.10.2002, Último despacho prorrogando o prazo para conclusão datado de 14.10.13. Além de tramitar desde 2002, no período de 19.02.2008 a 12.08.2014 não teve qualquer movimentação de instrução; **c)** IC 1.25.002.001017/2004-71, autuado em 25.08.2004, somente sendo convertido em IC em 29.09.2006. Último despacho prorrogando o prazo para conclusão datado de 28.09.13. Além de tramitar desde 2004, no período de 26.01.2011 a 15.03.2013 (expedição de ofício) não teve qualquer movimentação de instrução.

10.31. 9º Ofício Cível/Tutela da PRM-Foz do Iguaçu – Alexandre Collares Barbosa		
Notícia de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	1
	Em tramitação há mais de 30 dias:	0
Procedimento de Investigação Criminal (PIC)	Em tramitação há menos de 90 dias:	2
	Em tramitação há mais de 90 dias:	0

<b>Procedimentos preparatórios</b>	Em tramitação há menos de 90 dias:	15
	Em tramitação há mais de 90 dias e menos de 180 dias:	4
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0
<b>Inquérito civil</b>	Em tramitação há menos de 1 ano:	40
	Em tramitação há mais de 1 ano:	62

**10.31.1.** Em verificação física e análise documental constatou-se: **a)** IC 08115.000198/92-65, instaurado em 12.06.1992. Última prorrogação de prazo para conclusão datada de 10.07.14. Última movimentação datada de 25 de julho de 2.014 (expedição de ofício). Não se identificou até o momento qualquer efetividade no feito, que se arrasta desde o ano de 1.992; **b)** IC 1.25.003.000047/2002-99, instaurado como Procedimento Preparatório em 10.04.2002, somente sendo convertido em Inquérito Civil em 09.09.2010. Última prorrogação de prazo para conclusão datada de 14.10.13. Última movimentação datada de 25 de julho de 2.014 (expedição de ofício), ou seja, há mais de 30 dias. Não se identificou até o momento qualquer efetividade no feito, que se arrasta desde o ano de 2002; **c)** IC 1.25.003.012835/2007-32 instaurado como Procedimento Preparatório em 25.05.2007, somente sendo convertido em Inquérito Civil em 01.09.2010. Última prorrogação de prazo para conclusão datada de 16.09.2013. Última movimentação datada de 26 de março de 2.014 (expedição de ofício); **d)** IC 1.25.003.010081/2008-67, instaurado como Procedimento Preparatório em 02.09.2008, somente sendo convertido em Inquérito Civil em 08.09.2010. Última prorrogação de prazo para conclusão datada de 16.09.2014. Última movimentação datada de 18 de agosto de 2.014 (expedição de ofício). Não se identificou até o momento qualquer efetividade no feito, que se arrasta desde o ano de 2.008; **e)** IC 1.25.003.006966/2009-42 instaurado como Procedimento Preparatório em 25.08.2007, somente sendo convertido em Inquérito Civil em 08.09.2010. Última prorrogação de prazo para conclusão datada de 15.09.2014. Última movimentação datada de 29 de agosto de 2.011 (expedição de ofício).

#### 10.32. 1º Ofício Cível da PRM-Londrina – Gustavo de Carvalho Guadanhin

<b>Notícia de Fato</b>	Em tramitação há menos de 30 dias:	3
	Em tramitação há mais de 30 dias:	1
<b>Procedimento de Investigação Criminal (PIC)</b>	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias:	0
<b>Procedimentos preparatórios</b>	Em tramitação há menos de 90 dias:	10
	Em tramitação há mais de 90 dias e menos de 180 dias:	7
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0
<b>Inquérito civil</b>	Em tramitação há menos de 1 ano:	14
	Em tramitação há mais de 1 ano:	98

**10.32.1.** Em verificação física e análise documental não foram encontrados processos judiciais com prazos vencidos ou procedimentos extrajudiciais em desconformidades com as Resoluções CNMP 23/2007 e CSMPT 69/2007.

#### 10.33. 2º Ofício Cível da PRM-Londrina – Luiz Antônio Ximenes Cibin

<b>Notícia de Fato</b>	Em tramitação há menos de 30 dias:	1
	Em tramitação há mais de 30 dias:	0
<b>Procedimento de Investigação Criminal (PIC)</b>	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias:	3

<b>Procedimentos preparatórios</b>	Em tramitação há menos de 90 dias:	6
	Em tramitação há mais de 90 dias e menos de 180 dias:	0
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0
<b>Inquérito civil</b>	Em tramitação há menos de 1 ano:	49
	Em tramitação há mais de 1 ano:	72

**10.33.1.** Em verificação física e análise documental não foram encontrados processos judiciais com prazos vencidos ou procedimentos extrajudiciais em desconformidades com as Resoluções CNMP 23/2007 e CSMPT 69/2007.

<b>10.34. 3º Ofício Criminal da PRM-Londrina – Cíntia Maria de Andrade</b>		
<b>Notícia de Fato</b>	Em tramitação há menos de 30 dias:	10
	Em tramitação há mais de 30 dias:	0
<b>Procedimento de Investigação Criminal (PIC)</b>	Em tramitação há menos de 90 dias:	1
	Em tramitação há mais de 90 dias:	0
<b>Procedimentos preparatórios</b>	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias e menos de 180 dias:	0
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0
<b>Inquérito civil</b>	Em tramitação há menos de 1 ano:	2
	Em tramitação há mais de 1 ano:	0

**10.34.1.** Em verificação física e análise documental não foram encontrados processos judiciais com prazos vencidos ou procedimentos extrajudiciais em desconformidades com as Resoluções CNMP 23/2007 e CSMPT 69/2007.

<b>10.35. 4º Ofício Criminal da PRM-Londrina – Marcelo de Souza</b>		
<b>Notícia de Fato</b>	Em tramitação há menos de 30 dias:	4
	Em tramitação há mais de 30 dias:	0
<b>Procedimento de Investigação Criminal (PIC)</b>	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias:	0
<b>Procedimentos preparatórios</b>	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias e menos de 180 dias:	0
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0
<b>Inquérito civil</b>	Em tramitação há menos de 1 ano:	0
	Em tramitação há mais de 1 ano:	0

**10.35.1.** Em verificação física e análise documental não foram encontrados processos judiciais com prazos vencidos ou procedimentos extrajudiciais em desconformidades com as Resoluções CNMP 23/2007 e CSMPT 69/2007.

<b>10.36. 5º Ofício Criminal da PRM-Londrina – José Mauro Luizão</b>		
<b>Notícia de Fato</b>	Em tramitação há menos de 30 dias:	9
	Em tramitação há mais de 30 dias:	2

<b>Procedimento de Investigação Criminal (PIC)</b>	Em tramitação há menos de 90 dias:	1
	Em tramitação há mais de 90 dias:	0
<b>Procedimentos preparatórios</b>	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias e menos de 180 dias:	0
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0
<b>Inquérito civil</b>	Em tramitação há menos de 1 ano:	1
	Em tramitação há mais de 1 ano:	0

**10.36.1.** Em verificação física e análise documental não foram encontrados processos judiciais com prazos vencidos ou procedimentos extrajudiciais em desconformidades com as Resoluções CNMP 23/2007 e CSMPT 69/2007.

#### 10.37. 1º Ofício Criminal da PRM-Maringá – Natalício Claro da Silva

<b>Notícia de Fato</b>	Em tramitação há menos de 30 dias:	7
	Em tramitação há mais de 30 dias:	1
<b>Procedimento de Investigação Criminal (PIC)</b>	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias:	0
<b>Procedimentos preparatórios</b>	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias e menos de 180 dias:	0
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0
<b>Inquérito civil</b>	Em tramitação há menos de 1 ano:	0
	Em tramitação há mais de 1 ano:	0

**10.37.1.** Em verificação física e análise documental não foram encontrados processos judiciais com prazos vencidos ou procedimentos extrajudiciais em desconformidades com as Resoluções CNMP 23/2007 e CSMPT 69/2007.

#### 10.38. 2º Ofício Criminal da PRM-Maringá – Carlos Alberto Sztoltz

<b>Notícia de Fato</b>	Em tramitação há menos de 30 dias:	10
	Em tramitação há mais de 30 dias:	0
<b>Procedimento de Investigação Criminal (PIC)</b>	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias:	0
<b>Procedimentos preparatórios</b>	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias e menos de 180 dias:	0
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0
<b>Inquérito civil</b>	Em tramitação há menos de 1 ano:	0
	Em tramitação há mais de 1 ano:	0

**10.38.1.** Em verificação física e análise documental não foram encontrados processos judiciais com prazos vencidos ou procedimentos extrajudiciais em desconformidades com as Resoluções CNMP 23/2007 e CSMPT 69/2007.

**10.39. 3º Ofício Cível/Criminal da PRM-Maringá – Danielle Dias Curvelo**

Notícia de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	21
	Em tramitação há mais de 30 dias:	0
Procedimento de Investigação Criminal (PIC)	Em tramitação há menos de 90 dias:	1
	Em tramitação há mais de 90 dias:	0
Procedimentos preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	9
	Em tramitação há mais de 90 dias e menos de 180 dias:	6
	Em tramitação há mais de 180 dias:	1
Inquérito civil	Em tramitação há menos de 1 ano:	16
	Em tramitação há mais de 1 ano:	7

**10.39.1.** Em verificação física e análise documental não foram encontrados processos judiciais com prazos vencidos ou procedimentos extrajudiciais em desconformidades com as Resoluções CNMP 23/2007 e CSMPT 69/2007.

**10.40. 4º Ofício Cível da PRM-Maringá – Adrian Pereira Ziemba**

Notícia de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	0
	Em tramitação há mais de 30 dias:	0
Procedimento de Investigação Criminal (PIC)	Em tramitação há menos de 90 dias:	1
	Em tramitação há mais de 90 dias:	0
Procedimentos preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	4
	Em tramitação há mais de 90 dias e menos de 180 dias:	1
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0
Inquérito civil	Em tramitação há menos de 1 ano:	18
	Em tramitação há mais de 1 ano:	31

**10.40.1.** Em verificação física e análise documental não foram encontrados processos judiciais com prazos vencidos ou procedimentos extrajudiciais em desconformidades com as Resoluções CNMP 23/2007 e CSMPT 69/2007.

## 11. REVISÃO DAS PROMOÇÕES DE ARQUIVAMENTO

**11.1. Homologação das promoções de arquivamento.** Em resposta a ofícios encaminhados pela CN/ CNMP às seis Câmaras de Coordenação e Revisão (CCR) do MPF, bem como à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), estes informaram o quantitativo de procedimentos encaminhados pelos Ofícios do MPF no Estado do Paraná para fins de homologação das promoções de arquivamento, no período de agosto/2013 a julho/2014, conforme dados constantes das tabelas seguintes.

PFDC/MPF	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	TOTAL
PROCEDIMENTOS RECEBIDOS	433	172	179	128	98	117	112	138	127	192	123	154	1973
PROCEDIMENTOS JULGADOS	117	501	119	226	48	21	201	118	29	233	111	52	1776

PROMOÇÕES DE ARQ. HOMOLOGADAS	50	387	40	145	39	15	170	52	20	184	70	34	1206
PROMOÇÕES DE ARQ. NÃO HOMOLOGADAS	1	10	2	4	1	1	0	4	1	7	1	0	32

1ª CCR/MPF	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	TOTAL
PROCEDIMENTOS RECEBIDOS	13	15	13	5	8	10	13	20	8	0	31	4	140
PROCEDIMENTOS JULGADOS	20	0	18	15	29	0	0	27	35	0	31	4	179
PROMOÇÕES DE ARQ. HOMOLOGADAS	14	0	17	13	21	0	0	21	28	0	22	2	138
PROMOÇÕES DE ARQ. NÃO HOMOLOGADAS	2	0	0	0	4	0	0	1	2	0	4	1	14

2ª CCR/MPF	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	TOTAL
PROCEDIMENTOS RECEBIDOS	23	15	39	20	26	0	19	32	17	18	5	0	214
PROCEDIMENTOS JULGADOS	22	15	39	20	26	0	19	32	17	18	5	0	213
PROMOÇÕES DE ARQ. HOMOLOGADAS	22	14	37	17	25	0	17	29	15	16	4	0	196
PROMOÇÕES DE ARQ. NÃO HOMOLOGADAS	0	1	2	3	1	0	2	3	2	2	1	0	17

3ª CCR/MPF	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	TOTAL
PROCEDIMENTOS RECEBIDOS	24	12	17	12	18	19	45	17	12	18	17	22	233
PROCEDIMENTOS JULGADOS	14	16	0	27	11	0	17	16	22	16	19	0	158
PROMOÇÕES DE ARQ. HOMOLOGADAS	11	14	0	24	11	0	16	15	13	10	16	0	130
PROMOÇÕES DE ARQ. NÃO HOMOLOGADAS	0	0	0	0	0	0	1	1	3	0	1	0	6

4ª CCR/MPF	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	TOTAL
PROCEDIMENTOS RECEBIDOS	17	21	17	10	14	11	12	17	14	17	15	16	181
PROCEDIMENTOS JULGADOS	27	24	13	23	15	0	29	3	19	27	10	0	190
PROMOÇÕES DE ARQ. HOMOLOGADAS	8	11	5	17	10	0	19	2	11	15	7	0	105
PROMOÇÕES DE ARQ. NÃO HOMOLOGADAS	7	5	5	2	2	0	1	0	4	7	1	0	34

5ª CCR/MPF	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	TOTAL
PROCEDIMENTOS RECEBIDOS	75	44	43	34	18	35	38	37	72	43	36	27	502
PROCEDIMENTOS JULGADOS	75	43	43	33	17	35	38	37	72	41	28	9	471
PROMOÇÕES DE ARQ. HOMOLOGADAS	64	39	40	32	16	32	32	34	65	39	19	7	419



PROMOÇÕES DE ARQ. NÃO HOMOLOGADAS	11	4	3	1	1	3	6	3	7	2	9	2	52
<b>6ª CCR/MPF</b>	<b>AGO</b>	<b>SET</b>	<b>OUT</b>	<b>NOV</b>	<b>DEZ</b>	<b>JAN</b>	<b>FEV</b>	<b>MAR</b>	<b>ABR</b>	<b>MAI</b>	<b>JUN</b>	<b>JUL</b>	<b>TOTAL</b>
PROCEDIMENTOS RECEBIDOS	0	3	2	3	6	4	20	4	0	0	0	2	44
PROCEDIMENTOS JULGADOS	0	7	0	0	0	0	31	0	0	4	0	0	42
PROMOÇÕES DE ARQ. HOMOLOGADAS	0	7	0	0	0	0	31	0	0	4	0	0	42
PROMOÇÕES DE ARQ. NÃO HOMOLOGADAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

## 12. SUGESTÕES E RELATOS DE EXPERIÊNCIAS INOVADORAS

12. Durante a inspeção foram registradas as seguintes sugestões e experiências inovadoras:

12.1. SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES
12.1.1. Necessidade de gestão do Ministério Público ou CNMP junto ao Poder Judiciário (TSE), para obtenção de dados referentes a condenações para efeito de aplicação da lei de Ficha Limpa. Gestão junto aos órgãos superiores, tanto do MP, quanto do Poder Judiciário (até mesmo por resolução) das condenações incidentes na lei da Ficha Limpa para inserção dos dados das condenações no banco de dados do cadastro eleitoral da Justiça Eleitoral; (Adriana Aparecida Storoz Mathias dos Santos)
12.1.2. Em relação à Penitenciária de Catanduvas, necessidade de gestão do CNMP junto ao MJ para incremento no orçamento destinado às Penitenciárias federais, em especial, Catanduvas, para despesas ordinárias de manutenção, custeio e segurança. Tal sugestão baseia-se em fatos constatados pela sua atuação junto ao Juízo de Execução Penal de Curitiba, com jurisdição em Catanduvas. (Adriana Aparecida Storoz Mathias dos Santos)
12.1.3. Aumento de prazo para conversão de notícia de fato em PIC, tendo em vista a necessidade, muitas vezes, de instrução mínima para convencimento acerca da medida a ser implementada. (Alexandre Melz Nardes)
12.1.4. Prioridade à área da saúde, em âmbito nacional. (Antonia Lélia Neves Sanches)
12.1.5. Que sejam passadas diretrizes das correições e inspeções realizadas pela CPMF e pelo CNMP. (João Gualberto Garcez Ramos)
12.1.6. Implementação de lei de ofícios, o que geraria menos estresse entre os colegas e eventuais discussões sobre reestruturação e redistribuição de feitos. (Luis Sergio Langowski)
12.1.7. Entende que deveria haver ingerência do CNMP no sentido de assegurar um sistema de segurança melhor para membros que oficiam na Coordenação da Execução Penal no presídio federal de Catanduvas. Também um melhor aperfeiçoamento de sistema de cálculo de pena dos condenados que cumprem pena em Catanduvas, tendo em vista as altíssimas penas de condenação. Solicita também ao CNMP que gestione junto ao DEPEN a compra de equipamentos de body scanner, nos termos da recomendação expedida pelo MPF (em anexo). (Yara Queiroz Ribeiro da Silva Sprada)
12.1.8. Criação de mais um ofício na PRM Cascavel em face do volume de trabalho. Citou como exemplo que a PRM Cascavel é a quarta maior do Brasil em manifestações judiciais em números absolutos, ficando inclusive a frente da PRM Guarulhos, que conta com nove procuradores, embora Cascavel só possua três; em procedimentos extrajudiciais é a segunda em números absolutos, perdendo somente para a PRM Foz; ressaltou que mesmo mais uma vaga (a princípio já aprovada no 28º Concurso do MPF) não será suficiente, sendo necessário a vinda de ao menos mais um outro Procurador. (Carlos Henrique Macedo Bara)
12.1.9. O acesso a rede é muito deficitário, sendo necessário a melhoria da qualidade do link de acesso à internet. Necessário também aumentar a assessoria diante do volume de trabalho. O Procurador sugeriu que o Conselho definisse critérios mais objetivos de alocação de vagas, já que nota que muitas vezes a decisão no MPF é influenciada pelo desejo da maioria dos Procuradores de acrescentar vagas em cidades maiores, independente da premência dos serviços. (Carlos Henrique Macedo Bara)
12.1.10. Criação de mais um ofício na PRM Cascavel em face do volume de trabalho. Citou como exemplo que a PRM Cascavel é a quarta maior do Brasil em manifestações judiciais em números absolutos, ficando inclusive a frente da PRM Guarulhos que conta com nove procuradores, embora Cascavel só possua três; em procedimentos extrajudiciais é a segunda em números absolutos, perdendo somente para a PRM Foz. (Felipe Délia Camargo)
12.1.11. O acesso a rede é muito deficitário, sendo necessário a melhoria na qualidade do link de acesso a internet. (Felipe Délia Camargo)

12.1.12. Criação de mais um escritório na PRM Cascavel em face do volume de trabalho. Citou como exemplo que a PRM Cascavel é a quarta maior do Brasil em manifestações judiciais em números absolutos, ficando inclusive a frente da PRM Guarulhos que conta com nove procuradores, embora Cascavel só possua três; em procedimentos extrajudiciais é a segunda em números absolutos, perdendo somente para a PRM Foz. <b>(Thales Fernando Lima)</b>
12.1.13. O acesso a rede é muito deficitário, sendo necessário a melhoria na qualidade do link de acesso a internet. <b>(Thales Fernando Lima)</b>
12.1.14. Avalia que seria importante o acréscimo do número de analistas disponibilizados aos Procuradores da República. <b>(Alexandre Collares Barbosa)</b>
12.1.15. Avalia que seria interessante que o Sistema Único permitisse, com segurança, produzir diretamente nele as peças processuais, evitando o retrabalho atual, bem como registrasse as minutas elaboradas pelos servidores. <b>(Carollina Costa Ferreira Tavares)</b>
12.1.16. Avalia que não é interessante a requisição de instauração de inquérito policial, nos casos em que a representação fiscal já contém elementos suficientes a respeito da autoria e materialidade, sendo conveniente o ofertamento de imediato de denúncia. <b>(Daniel de Jesus Sousa dos Santos)</b>
12.1.17. Que haja uma padronização na distribuição das atribuições entre os órgãos de execução ministerial, bem como nos critérios de substituição dos Procuradores da República e melhor planejamento das ações institucionais. <b>(Daniela Caselani Sitta)</b>
12.1.18. Avalia que o Ministério Público deve trabalhar politicamente no sentido de restar estabelecido em norma legal que a destinação dos recursos decorrentes de transações penais seria indicada pelo próprio MP. <b>(Lucas Aguilar Sette)</b>
12.1.19. Necessidade de aperfeiçoamento ou substituição do Sistema Único. <b>(José Mauro Luizão)</b>
12.1.20. Observa ser necessário mais um procurador lotado na tutela coletiva, tendo em vista a carga de trabalho que, hoje, é honrada pelo seu e o 1º escritório. <b>(Luiz Antônio Ximenes Cibin)</b>
12.1.21. Sugere adoção de medidas para a lotação de mais procuradores na PRM Londrina, alerta existir uma vaga em aberto. <b>(Marcelo de Souza)</b>
12.1.22. Ausência de auditório e/ou sala de reunião na PRM para realização de audiências públicas. <b>(Danielle Dias Curvelo)</b>
<b>12.2. EXPERIÊNCIAS INOVADORAS</b>
12.2.1. Coordenação estratégica da Matéria Eleitoral pelo Grupo Nacional da Função Eleitoral. <b>(Alessandro José Fernandes Oliveira)</b>
12.2.2. Ferramenta de controle interno de inquéritos e processos, para definição de prioridades. <b>(Alexandre Melz Nardes)</b>
12.2.3. Implantação de um sistema de informática (BI) em conjunto com a Secretaria de Justiça e a companhia de informática do Estado, para garantia dos direitos fundamentais dos presos através de uma compilação de seus dados. Esse trabalho já foi objeto de termo de cooperação com o STJ. <b>(Antonia Lélia Neves Sanches)</b>
12.2.4. Maior controle pró-ativo das execuções penais e inquéritos policiais. <b>(Cristiana Koliski Taguchi)</b>
12.2.5. Força Tarefa da Operação Lava Jato. <b>(Deltan Martinazzo Dallagnol)</b>
12.2.6. ACP impetrada pelo MPF e MP Estadual, que acarretou na condenação da Petrobrás no pagamento de indenização próxima de 3 bilhões, por dano ambiental. <b>(João Gualberto Garcez Ramos)</b>
12.2.7. Vitória numa ACP que acarretou na condenação da Petrobrás no pagamento de indenização de mais de três bilhões de reais, em decorrência de poluição ambiental. <b>(Luis Sergio Langowski)</b>
12.2.8. Integração entre os órgãos no âmbito de nove Operações Criminais que atuou nos últimos três anos. <b>(Paula Cristina Conti Thá)</b>
12.2.9. Recomendação expedida ao DEPEN para compra de body scanner para o presídio de Catanduvas, conforme documentação em anexo. <b>(Yara Queiroz Ribeiro da Silva Sprada)</b>
12.2.10. Propositura da primeira ação civil pública no país contestando a exploração do gás de xisto por meio do método fracking (fratura metálica); esse modelo já foi inclusive reproduzido por colega de Salvador/BA. <b>(Carlos Henrique Macedo Bara)</b>
12.2.11. Propôs, em parceria com o Ministério Público Estadual, em Ponta Porã/MS, ação civil pública contra a União e o Estado do Mato Grosso do Sul buscando melhorias no sistema prisional. <b>(Carollina Costa Ferreira Tavares)</b>
12.2.12. Valeu-se da assessoria de comunicação do MPF, para registrar na forma de documentário as constatações obtidas em inspeção que realizou no Parque Indígena do Xingu, no Estado do Mato Grosso, avaliando que tal metodologia poderia ser replicada no combate aos crimes de trabalho escravo. <b>(Lucas Aguilar Sette)</b>
12.2.13. Instaurou procedimentos administrativos para acompanhamento dos repasses dos recursos federais aos municípios e verificação de cumprimento da Lei 9452/97, em relação a todas as 36 cidades da circunscrição. Com a finalidade de efetivar o acompanhamento, cadastrou-se no portal da transparência da CGU, de modo que é comunicado sempre que um município recebe alguma verba federal. Em seguida à comunicação, expede um ofício ao prefeito, para que informe se cumpriu as determinações da Lei 9452/97. Também por sua iniciativa, cada repasse de verba federal é informada, pela assessoria de imprensa da Procuradoria da República do Paraná, no <i>twitter</i> , com a finalidade de que o cidadão também tenha ciência. Cada procedimento, relativo a cada um dos municípios, é inaugurado com uma Recomendação de teor idêntico a que segue anexa. <b>(Luiz Antônio Ximenes Cibin)</b>

## ÁREA ADMINISTRATIVA

### 13. PLANEJAMENTO

**13. Planejamento.** O planejamento estratégico é o processo de estabelecimento de objetivos e definição das maneiras adequadas para alcançá-los. As análises e proposições sobre o tema baseiam-se nos princípios da unidade e universalidade do orçamento, na vedação ao orçamento genérico, no princípio da publicidade orçamentária, na Constituição Federal, Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei de Acesso à Informação, Resoluções do CNMP, acórdãos do TCU e nas boas práticas do GESPÚBLICA.

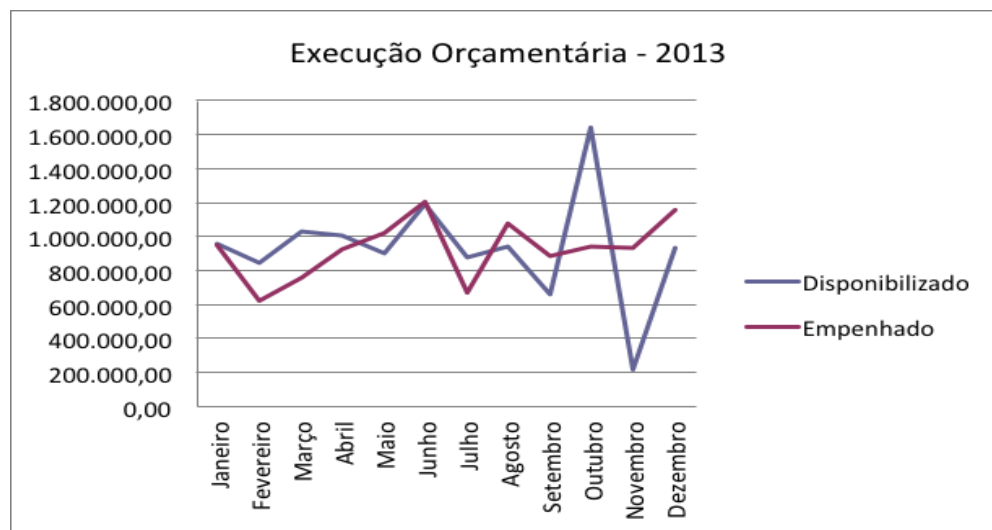
**13.1.** Recentemente, o Acórdão TCU nº 1.233/2012 – Plenário recomendou expressamente ao CNMP que orientasse as unidades do Ministério Público da União e Estaduais para que seus planejamentos estratégicos contemplem objetivos, indicadores e metas para suas ações. Este tema também foi abordado pela Lei nº 12.527/11 que regulamentou o acesso público às informações dos órgãos dos três poderes.

**13.2.** Durante os trabalhos de inspeção constatou-se, por meio da análise do Painel de Contribuição do MPF/PR, que foram estabelecidos metas e indicadores para cada um de seus objetivos, além da elaboração de Relatório de Execução do Painel de Contribuição referente ao período de janeiro a agosto de 2014.

### 14. FINANÇAS E CONTABILIDADE

**14. Finanças e contabilidade.** O MPF conta com o sistema SIAFI para o registro e gerenciamento das suas informações orçamentárias e financeiras. O sistema informatizado controla e registra todas as movimentações financeiras de forma integrada com o orçamento e recursos humanos, além de permitir consulta e lançamentos em tempo real. Sua utilização é normatizada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

**14.1. Execução orçamentária em 2013.** No ano de 2013, o orçamento do MPF/PR apresentou o seguinte fluxo de execução de despesas totalizando o montante de R\$ 11.138.516,03 (Onze milhões, cento e trinta e oito mil, quinhentos e dezesseis reais e três centavos):



**14.2.** Foi executado 99% do orçamento disponibilizado. Da despesa total empenhada em 2103 foram liquidados e pagos R\$ 9.619.699,48 (86%) e inscritos em restos a pagar R\$ 1.518.816,55 (14%). Dos valores empenhados, 49% referem-se à locação de mão-de-obra terceirizada, 32% a prestação de Serviços de Pessoas Jurídicas e 8% de despesas de capital (equipamentos e material permanente).

## 15. ESTRUTURA DE PESSOAL

**15. Estrutura organizacional** O MPF publica, na internet, a sua estrutura organizacional e a lei que instituiu o Plano de Cargos e Salários do órgão.

**15.1. Evolução no quantitativo de membros e servidores.** A evolução no quantitativo de membros e servidores na PR/PR, no período de 2011 a 2014, é fornecida no quadro seguinte:

CARGO S/FUNÇÕES	2014	2013	2012	2011
<b>Membros</b>				
Procuradores	55	53	49	46
<b>Servidores (efetivo + comissionados exclusivos)</b>	454	449	426	413
<b>Proporção Servidores x Membros</b>	8,25	8,47	8,69	9,00
<b>Efetivo</b>	426	424	411	401
Comissionado exclusivo (veio de fora)	28	25	15	12
Comissionado (servidor efetivo)	18	16	13	12
Funções de Confiança (ocupadas)	135	131	124	121
Servidor à disposição (vieram de fora)	5	3	1	1
Militares à disposição	0	0	0	0
Servidores Cedidos (foram para fora)	0	0	0	0
Terceirizados	166	162	160	146
Estagiários	177	168	169	165
Menores Aprendizizes	5	5	5	5

**15.2. Distribuição área-fim e área-meio.** Os servidores do órgão estão distribuídos entre as áreas fim e meio nos seguintes quantitativos:

Setor	Analista	Técnico	Perito	Comissionado	Totais
Área Fim	84	154	4	27	269
Área Meio	17	160	1	2	180

**15.3. Cargos e remunerações.** Os tipos de cargos de servidores e suas remunerações estão descritos na tabela a seguir:

Cargo/Especialidade	Níveis da Carreira	Remuneração Inicial	Remuneração Final
Analista do MPU	13	R\$ 8.178,06	R\$ 12.249,25
Técnico do MPU	13	R\$ 5.007,82	R\$ 7.489,17

**15.4. Gratificações e auxílios.** Em relação às gratificações e auxílios previstos aos servidores, a Unidade Gestora informou serem pagos: **a)** gratificação de Atividade do Ministério Público da União (GAMPU) a todos os cargos; **b)** auxílio-alimentação a todos os cargos; **c)** gratificação de Perícia aos Analistas Peritos; **d)** gratificação de atividade de segurança – GAS ao Técnico de Segurança Institucional e Transporte; **e)** adicional de Qualificação a todos os cargos.

**15.5. Cargos vagos.** Do total de cargos de Analista e Técnico existentes (426), não estão providos 2 (dois) Analistas e 11 (onze) Técnicos. Não existe cargo de Procurador da República vago.

**15.6. Constatação da auditoria.** O MPF/PR não informou o percentual de cargos comissionados ocupados por servidores integrantes das carreiras do Ministério Público da União.

## 16. ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

**16.1. Gestão de pessoal e folha de pagamento.** O MPF conta com o sistema informatizado denominado Hórus (Gestão Integrada de Pessoas e de Saúde) para a gestão de pessoal e folha de pagamento. A parte dos atos de pessoal são realizados centralizadamente pela Procuradoria Geral da República - PGR em Brasília e parte na Divisão de Gestão de Pessoas do órgão.

**16.2. Cursos e treinamentos.** O órgão regulamenta a realização de treinamentos e cursos ministrados por servidores ou membros capacitados, conforme o art. 1º, IV da Portaria nº 198/2011 PGR.

**16.3. Controle de frequência e jornada.** O controle de ponto dos servidores é realizado por meio de sistema eletrônico chamado GRIFO através da conferência de digitais e do gerenciamento da frequência pela chefia imediata.

**16.4. Estagiários.** No âmbito do MPF, os estagiários contam com seguro e as suas atividades, remuneração e seleção são regulados pela Portaria PGR nº 378/2010, Portaria PGR nº 576/2010, PGR nº 155/2011 e PGR nº 539/2011.

**16.5. Diárias.** Com relação aos gastos com diárias de membros e servidores, no exercício de 2013, o órgão informou gasto no montante de R\$ 857.819,66, sendo R\$ 563.853,32 pagos aos membros e R\$ 293.966,34 aos servidores.

**16.6. Constatações da auditoria.** **a)** O MPF/PR não informou dispor de Comissão de Avaliação – CA prevista no art. 12, §1º da Portaria PGR/MPU nº 577/2010, que regulamenta a gestão do desempenho no estágio probatório dos servidores ocupantes de cargo efetivo no âmbito do MPU; **b)** Inexiste, no âmbito do MPF/PR estabelecimento de periodicidade para o treinamento de longo prazo, desenvolvimento e atualização dos conhecimentos necessários à realização das tarefas/atividades dos servidores do órgão.

## 17. FOLHA DE PAGAMENTO

**17. Folha de pagamento.** A folha de pagamento do MPF é centralizada na Coordenadoria de Pagamento da Secretaria de Gestão de Pessoas localizada na Procuradoria Geral da República em Brasília/DF.

**17.1.** Além da permissão para que o Tribunal de Contas da União tenha acesso aos dados de Bens e Renda das informações contidas na Receita Federal, o órgão faz o registro das declarações de bens dos membros e servidores.

**17.2. Exercício de cargo em comissão por membro.** O único cargo comissionado remunerado ocupado com membro no MPF/PR é a função de Procurador Chefe cujo código CC-5 equivale à remuneração de R\$ 5.919,38, sujeita ao teto constitucional.

**17.3. Auxílio-moradia.** Conforme Portaria PGR/MPU N° 71, de 9/10/2014, todos os membros do Ministério Público da União em atividade, desde que não haja imóvel funcional disponível para sua habitação na localidade de sua lotação ou de sua efetiva residência, fazem jus ao recebimento do auxílio-moradia.

**17.4. Portal da transparência.** As informações relativas à remuneração e auxílios recebidos por membros e servidores do MPF/RS são disponibilizadas no Portal da Transparência do Ministério Público Federal no endereço eletrônico [www.transparencia.mpf.mp.br](http://www.transparencia.mpf.mp.br), tendo por chave de consulta o nome e a unidade de lotação.

**17.5. Constatações da auditoria.** a) O MPF/PR não informou quais membros recebem auxílio-moradia nos termos da Portaria PGR/MPU n° 71/14; b) As informações prestadas pelo MPF/PR, além daquelas disponíveis no Portal da Transparência do MPF são insuficientes para que a equipe de Auditoria opine sobre a regularidade dos atos de gestão relativos à folha de pagamento do MPF/PR.

## 18. ADMINISTRAÇÃO

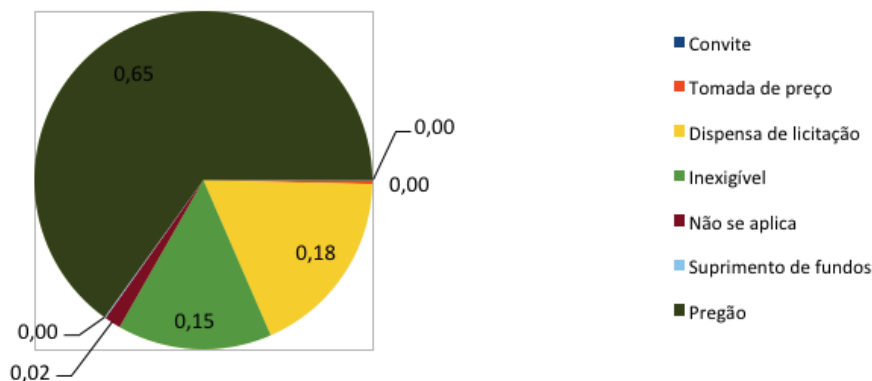
**18. Administração.** A administração do MPF/PR apresenta certa autonomia em relação à Procuradoria Geral da República. A Unidade Gestora é responsável pela ordenação de despesas e administração de licitações, contratos, atos de pessoal, manutenção predial, obras, almoxarifado e patrimônio.

**18.1.** O órgão dispõe de organograma de sua estrutura administrativa que é disponibilizado no seu sítio na internet.

**18.1.1. Constatação da auditoria.** O MPF/PR não publica na internet as competências de cada um dos setores que compõe a sua estrutura organizacional conforme determina o art. 8º, § 1º, I da Lei n° 12.527/2011.

**18.2. Licitações e contratos.** A execução orçamentária da Unidade Gestora no ano de 2013, para a aquisição de bens e serviços, deu-se conforme as seguintes modalidades de licitação:

### Despesa por Modalidade de Licitação



**18.2.1. Constatação da auditoria.** a) Nas despesas realizadas entre os anos de 2012 e 2014, foi constatada a existência de sucessivos procedimentos de dispensa de licitação acima do limite de R\$ 8.000,00, em desacordo com o estabelecido na Lei 8.666/93 e sugerindo a possibilidade de ocorrência de fracionamento de despesa. A análise baseou-se em relação apresentada com todos os empenhos emitidos no período mencionado:

SUBELEMENTO DA DESPESA E DESCRIÇÃO	VALORES PAGOS POR EXERCÍCIO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO		
	2012	2013	Jan a ago/2014
33.90.30.01 – Combustíveis e lubrificantes automotivos	-	-	-
33.90.30.07 – Gêneros de alimentação	R\$ 13.498,00	R\$ 9.741,40	-
33.90.30.24 – Material p/ manutenção de bens imóveis e instalações	R\$ 31.353,40	-	-
33.90.30.26 – Material Elétrico e Eletrônico	R\$ 12.587,19	R\$ 16.243,24	R\$ 8.284,22
33.90.30.39 – Material para manutenção de veículos	R\$ 10.149,25	R\$ 27.540,20	-
33.90.39.19 – Manutenção e conservação de veículos	-	R\$ 9.617,69	-
44.90.52.24 – Equipamentos de Proteção, segurança e Socorro	-	R\$ 19.999,70	-
44.90.52.42 – Mobiliário em geral	-	R\$ 12.814,95	-
<b>SUBTOTAL</b>	<b>R\$ 67.587,84</b>	<b>R\$ 95.957,18</b>	<b>R\$ 8.284,22</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>R\$ 171.829,24</b>		

## 19. ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO

**19. Almojarifado e patrimônio.** O MPF possui a IN nº 01/1993, que regulamenta o uso e a correta administração, controle e movimentação dos bens permanentes. Subsidiariamente, empregam-se a IN SEDAP nº 205/1988 e o DL nº 200/1967.

**19.1.** O Setor utiliza o sistema ASI-WEB para registro analítico dos bens permanentes e dos materiais de consumo. Tal sistema permite a realização de projeções de compras baseadas em estoques e consumo médio. A unidade utiliza-se de estoque mínimo, não se tendo identificado inconsistências nos registros do estoque de almoxarifado e do patrimônio, mediante testes amostrais. O almoxarifado mantém adequadamente os

bens armazenados, assim como o arquivo de notas fiscais e registros de entradas e saídas de bens que se encontram atualizados.

**19.2.** Verificou-se que os Termos de Responsabilidade de bens encontram-se atualizados e arquivados adequadamente, ressaltando que em eventuais alterações de localização de bens, as responsabilidades são atualizadas por meio dos Termos de Transferência Interna.

**19.3.** Com relação às informações prestadas referentes aos itens 32.1 e 32.2 do Anexo XV do Manual de Inspeções, confrontamos saldos gerados pelo sistema ASI-WEB e SIAFI, efetuamos consultas gerenciais no SIAFI Gerencial. Destas análises não foram encontradas divergências.

## 20. IMÓVEIS

**20. Imóveis.** O MPF/PR possui sede própria na Rua Marechal Deodoro, 933, Centro em Curitiba/PR. Os membros e servidores do MPF/PR estão distribuídos nas seguintes localidades:

Nome do local	Endereço	Situação	Número de membros/servidores	Área em (m <sup>2</sup> )
PR-PR	Rua Marechal Deodoro, 933, Centro em Curitiba/PR	Próprio	19 membros/ 174 servidores	5.500,00
	Rua Marechal Deodoro, 950 – 7º andar, sala 707, Centro em Curitiba/PR	Alugado	1 membros/ 7 servidores	239,07
PRM-Apucarana	Rua Osório Ribas de paula, 94, salas 102/103, Centro em Apucarana/GO	Alugado	1 membros/ 7 servidores	194,68
PRM-Campo Mourão	Rua Harrison Borges, 1154, sala 1304, Centro - Campo Mourão/PR	Alugado	1 membros/ 11 servidores	288,00
PRM – Cascavel	Rua Paraná, 2607 – Centro – Cascavel/PR	Alugado	3 membros/ 31 servidores	430,00
PRM – Foz do Iguaçu	Av Cataratas, 42, Boicy - Foz de Iguaçu/PR	Alugado	9 membros/ 50 servidores	836,28
PRM – Francisco Beltrão	Av Júlio Assis Cavalheiro, 912 – Térreo - Francisco Beltrão/PR	Alugado	1 membro/ 10 servidores	309,65
PRM – Guarapuava	Rua Marechal Floriano Peixoto, 1811, 9º andar, Centro - Guarapuava/PR	Alugado	1 membro/ 9 servidores	249,00
PRM – Guaíra	Av Cel. Otávio Tosta, 150 – 1º andar – Centro – Guaíra/PR	Alugado	2 membros/ 9 servidores	498,00
PRM – Jacarezinho	Av Manoel Ribas, 215 – 2º andar – Centro – Jacarezinho/PR	Alugado	1 membro/ 6 servidores	570,00
PRM – Londrina	Av Ayrton Senna, 550, sala 904 – Gleba fazenda Palhano - Londrina/PR	Alugado	5 membros/ 37 servidores	972,83
PRM – Maringá	Av XV de Novembro, 708 – Centro – Maringá/PR	Alugado	4 membros/ 30 servidores	232,00
	Av XV de Novembro, 608 – Centro – Maringá/PR	Cedido		361,00
PRM – Paranaguá	Rua Nestor Victor, 559 – João Gualberto – Paranaguá	Alugado	1 membro/ 13 servidores	483,45
PRM – Paranavaí	Av Rio Grande do Norte, 1701 – Centro – Paranavaí/PR	Alugado	1 membro/ 7 servidores	369,00
PRM – Pato Branco	Rua Tapajós, 152, salas 801/804 – Centro – Pato Branco/PR	Alugado	1 membro/ 6 servidores	233,61



<b>PRM – Ponta Grossa</b>	Rua Ayrton Playsant, 255 – 4º andar – Centro – Ponta Grossa/PR	Alugado	1 membro/ 16 servidores	350,00
<b>PRM – Umuarama</b>	Rua Dr. Rui Ferraz de Carvalho, 4322, Zona I – Umuarama/PR	Alugado	2 membros/ 19 servidores	647,00
<b>PRM – União da Vitória</b>	Rua Professor Cleto, 425 – Centro – União da Vitória/PR	Alugado	1 membro/ 6 servidores	348,00

**20.1.** Constatamos a existência dos seguintes imóveis de propriedade do MPF/PR registrados no Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de uso especial da União – SPIUnet, que faz a gerência da utilização dos imóveis da União, de caráter “Bens de Uso Especial”, conforme tabela abaixo:

MUNICÍPIO	RIP
CURITIBA	7535.00344.500-6
	7535.00407.500-8
	7535.00420.500-9
FOZ DO IGUAÇU	7563.00810.500-4
JACAREZINHO	7629.0031.500-6
LONDRINA	7667.00091.500-6
MARINGÁ	7691.00070.500-4
	7691.00156.500-1
PARANAGUÁ	7745.00128.500-1
PONTA GROSSA	7777.00078.500-9

**20.2. Constatação da auditoria.** A auditoria verificou a necessidade de apresentação de Certificado de Vistoria expedido pelo Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná sobre a conformidade aos Código de Prevenção de Incêndios dos imóveis sede das Procuradorias nos Municípios de Curitiba, Cascavel, Foz do Iguaçu, Guarapuava, Guaíra, Jacarezinho, Londrina, Maringá, Paranaguá e União da Vitória.

## 21. VEÍCULOS

**21. Veículos.** O MPF/PR dispõe de norma que disciplina a administração, controle e utilização de veículos oficiais, Portaria PGR n° 513/03. Não há utilização de veículos locados de terceiros. Os controles de saída dos veículos oficiais são registrados e contém as informações exigidas pelas normas vigentes. Verificou-se que a unidade promove análise de informações gerenciais, efetua o ateste e conferência dos gastos com combustível de forma eficaz e mantém arquivos adequados. Das análises realizadas e da amostragem testada, não foram encontradas inconsistências

## 22. TELEFONIA

**22. Telefonia.** A utilização dos serviços de telefonia fixa e móvel no âmbito do MPF/PR é regulamentada pelas Portarias PGR n° 588/2006 e 132/2009. Constatou-se que as regras são seguidas conforme regulamento e ainda, há controle por meio de planilha de acompanhamento, ressarcimentos e senha individual para bloqueio do telefone.

## ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

### 23. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

23. A inspeção na área de Tecnologia da Informação foi realizada nos dias 22 e 24 de setembro de 2014. O setor inspecionado foi a Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Telecomunicações, localizado no prédio sede da Procuradoria da República no Estado do Paraná.

As informações abaixo elencadas foram prestadas pelo coordenador da área, Sr. Alexandre Saadi, e confirmadas pela equipe de inspeção durante a visita realizada nos diversos setores.

23.1. Existe Plano Diretor de Informática ou documento equivalente?

Sim                       Não

No Ministério Público Federal existe um Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) nacional. Assim, a unidade inspecionada utiliza as diretrizes definidas pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC) na padronização e estabelecimento das ações que deseja realizar, fazendo o devido cadastramento nesse documento.

O gerenciamento do Plano Diretor de TI do Paraná é realizado no sistema Channel seguindo metodologia estabelecida pelo Escritório de Projetos de TI, vinculado à STIC.

O PDTI tem periodicidade de 2 (dois) anos. À época da inspeção, o documento vigente abrangia o ciclo dos anos 2013/2014, sendo que estava em fase de elaboração as ações programadas para o biênio 2015/2016.

23.2. Existe Plano Estratégico de Tecnologia da Informação?

Sim                       Não

O Ministério Público Federal possui um Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) nacional. O documento vigente foi publicado no ano de 2013 e foi produzido para abranger o ciclo entre os anos de 2012 e 2020.

23.3. Existe Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação?

Sim                       Não

No Ministério Público Federal existe um Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (CETI) nacional denominado Subcomitê Estratégico de Tecnologia da Informação (SETI), instituído por meio da Portaria PGR/MPF nº 733, de 28 de dezembro de 2011, com alterações realizadas pela Portaria PGR/MPF nº 865/2013.

23.4. Existe rotina de submissão da área de Tecnologia da Informação a avaliações operacionais e de conformidade por setor responsável em exercer o controle interno da unidade?

Sim                       Não

Não há setor responsável que realize avaliações operacionais e de conformidade na TI da unidade inspecionada.

Segundo informado, sempre são seguidas as diretrizes da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC) da PGR, que expede orientações e recomendações gerais.

O coordenador da área esclareceu que participou no ano de 2014 de um Governança de TI, realizado pela STIC na modalidade de ensino à distância. Na atividade final externou um comentário que entende ter certa relação com esse assunto, abaixo transcrito:

*“Para que tenhamos uma verdadeira TI Nacional, seja em gestão de infraestrutura, desenvolvimento de soluções ou relacionamento com o cliente, é necessário uniformização de trabalho e sinergia das equipes. Para esse fim, entendo oportuno a criação de uma auditoria interna orientativa e organizacional ou grupo de trabalho específico com a mesma finalidade, que viajasse frequentemente pelo país visitando todas as unidades, inclusive PRMs, aplicando rotinas de trabalhos e observando outras rotinas aplicadas localmente. Seria possível que essa auditoria interna ou grupo de trabalho também constataste as rotinas que são contrárias às orientações do CNMP e, dessa forma, haveria possibilidade de antever problemas ou ter uma atuação proativa. Essa equipe deve ser composta por servidores da TI de diversos locais.”*

Foi acrescentado que as avaliações de conformidade administrativa, orçamentária, e financeira dos contratos de TI, são exercidas pela AUDIN do MPU e pelo Tribunal de Contas da União.

**23.5.** Existe alinhamento entre o planejamento de contratação de recursos de TI e desenvolvimento de serviços e softwares com o Planejamento Estratégico da unidade do Ministério Público?

Sim                       Não

Todas as aquisições e o desenvolvimento de soluções estão alinhados ao Planejamento Estratégico do Ministério Público Federal.

O planejamento de contratação de recursos de TI e de desenvolvimento de software inicia-se com o registro das demandas no sistema Plano de Metas ou em planilhas orçamentárias, após alinhamento preliminar da equipe local de TI com o Plano Estratégico. Posteriormente, essas necessidades são avaliadas e aprovadas pela STIC/PGR e pelo Secretário-Geral do MPF.

**23.6.** Existe documento que normatiza os processos de contratação de recursos de TI?

Sim                       Não

A unidade inspecionada segue a Resolução CNMP nº 102/2013. Anteriormente, os preceitos da Instrução Normativa nº 04/2010 do MPOG eram obedecidos.

**23.7.** Existe ato prevendo normas de utilização dos recursos de TI?

Sim                       Não

A unidade inspecionada acompanha as normas e orientações expedidas pela Procuradoria Geral da República, que estão cadastradas na página da STIC, na Wiki do MPF.

Instrução Normativa SG/MPF nº 1/2014, que dispõe sobre os procedimentos de cópia de segurança e restauração de arquivos no âmbito do Ministério Público Federal.

Instrução Normativa SG/MPF nº 2/2014, que dispõe sobre a utilização dos serviços de videoconferência e transmissão de eventos institucionais no âmbito do Ministério Público Federal.

Instrução Normativa SG/MPF nº 3/2014, que dispõe sobre os processos de emissão de Certificados Digitais aos membros, servidores, equipamentos e aplicações do Ministério Público Federal.

Instrução Normativa SG/MPF nº 7/2014, que dispõe sobre a utilização do Portal de Vídeos Institucionais no âmbito do Ministério Público Federal.

Instrução Normativa SG/MPF nº 8/2014, que dispõe sobre a criação e forma de atuação do Centro de Serviços Compartilhados da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do Ministério Público Federal.

Instrução Normativa SG/MPF nº 10/2014, que dispõe sobre a política unificada de retenção de mensagens no sistema de correio eletrônico do Ministério Público Federal.

Além dos atos citados, todo usuário da unidade inspecionada deve assinar o “Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo”, que alerta sobre as consequências de publicidade de dado ou informação obtida no exercício do trabalho.

A unidade inspecionada criou um documento semelhante ao Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo para os Procuradores da República que solicitam a concessão de senha de administrador de suas estações de trabalho.

**23.8.** Existe plano de contingência para o caso de falhas em sistemas, equipamentos ou dispositivos de segurança (por ex.: espelhamento, redundância)?

( ) Sim                      ( X ) Não

A unidade inspecionada não possui um documento sistematizado. Todavia, várias ações e soluções estão implantadas a fim de garantir o menor tempo possível de indisponibilidade em caso de falhas em sistemas, equipamentos ou dispositivos de segurança.

a) Na sede da Procuradoria da República:

Todos os servidores são virtualizados e os arquivos gravados no Storage (se um servidor físico falhar, os dados não estarão nele. Assim será possível iniciar o servidor que parou em outro servidor físico).

O servidor de arquivos e o de impressão foram instalados em cluster (se um dos nós travar, o outro nó assumirá o serviço).

Snapshot de sistemas (os servidores semanalmente tem uma cópia de segurança feita nos discos locais do servidor. Se o sistema operacional de algum servidor apresentar problema, pode-se restaurar o estado da semana anterior).

Backup dos arquivos de dados e sistemas (a rotina segue os ditames da IN SG/MPF nº 1/2014, que permite a restauração de arquivos de usuários e de sistemas que estiverem de alguma forma comprometido).

Rede de contingência (o tráfego de internet e da intranet está concentrado no UTM e configurado para, em caso de queda do link principal, um link de internet alternativo assumir o serviço, que estabelecerá comunicação VPN no concentrador do MPF, restabelecendo a comunicação de internet e de intranet).

Em relação à rede de contingência, desde o início do segundo semestre de 2014 o link de internet contingência está sendo utilizado como link principal em outro edifício, pois foi necessário criar um local para acomodar uma força tarefa de membros para atuação em um caso específico. Assim que for instalada uma

fibra ótica interligando os prédios, o link voltará a ser de contingência para o prédio sede da PR.

A unidade inspecionada possui um nobreak e um gerador para o caso de suspensão de fornecimento da rede elétrica pública.



Ilustração 1: Nobreak



Ilustração 2: Gerador

b) Nos prédios das Procuradorias da República em Município:

Todos os servidores são virtualizados e os arquivos gravados no NAS (se um servidor físico falhar, os dados não estarão nele. Assim, será possível iniciar o servidor que parou em outro servidor físico).

O servidor de arquivos está instalado em cluster (se um dos nós travar, o outro nó assume o serviço).

Backup dos arquivos de dados e sistemas (a rotina segue os ditames da IN SG/MPF nº 1/2014, que permite a restauração de arquivos de usuários e de sistemas que estiverem de alguma forma comprometido).

Rede de contingência (o tráfego de internet e da intranet está concentrado no UTM. Caso ocorra queda do link principal, um link de internet alternativo assumirá o serviço e estabelecerá comunicação VPN no concentrador do MPF, restabelecendo comunicação de internet e de intranet).

**23.9.** Existem providências implementadas contra o risco de perda de dados (backup/cópia de segurança). Em caso positivo, descrever o procedimento adotado nos órgãos situados na capital e no interior?

( X ) Sim                      ( ) Não

A unidade inspecionada segue a Instrução Normativa nº 1/2014, expedida pela STIC.

Além dela, foi esclarecido que foram criados procedimentos que estão disponíveis em arquivos na rede interna, conforme documentos juntados:

Sobre a retenção das mídias:

a) Na Procuradoria da República no Estado do Paraná

cópias de segurança diferenciais. São criadas pelo Bacula, diariamente de segunda a quinta-feira, a partir das

19h, que permanecem armazenadas em disco.

cópias de segurança completas semanais. São criadas pelo Bacula, semanalmente a partir das 19h, que permanecem armazenadas em disco.

cópias de segurança completas mensais. São criadas pelo ArcServ, mensalmente a partir das 19h. São armazenadas em fitas, que são depositadas em um cofre localizado em outro prédio.

b) Nas Procuradorias da República nos Municípios

cópias de segurança diferenciais. São criadas pelo Bacula, diariamente de segunda a quinta-feira, a partir das 19h, e permanecem armazenadas em disco, na unidade. Além disso, há sincronização do disco com a PR/PR e feito um backup diário, que permanece armazenado em disco na PR/PR.

cópias de segurança completas semanais. São criadas pelo Bacula, semanalmente a partir das 19h, e permanecem armazenadas em disco, na unidade. Além disso, há sincronização do disco com a PR/PR e feito um backup semanal, que permanece armazenado em disco na PR/PR.

cópias de segurança completas mensais. Os dados da PRM são sincronizados com uma pasta na PR/PR. São criadas pelo ArcServ, mensalmente a partir das 19h, e permanecem armazenadas em fitas, que são depositadas em um cofre localizado em outro prédio.

A rotina de backup utiliza fitas LTO4 (ArcServ) e abrange os dados de todo o Estado do Paraná, bem como o espelhamento dos dados das PRMs.

Em suma, o procedimento adotado é:

Backup em fita dos dados, caixa postal e PRMs (ArcServ).

Snapshot da intranet, desenv, zenworks, antivírus e wsus.

Bacula dos dados em disco.

RSYNC da PRMs na PR/PR (EMC), espelhamento diário e cópia no ArcServ.

RSYNC local.

Backup local NAS diário, semanal e mensal.

Foi apresentado o guia de backup e de recuperação de arquivo em fita (ArcServ).



Ilustração 3: Cofre para guarda das fitas de backup



Ilustração 4: Cofre para guarda das fitas de backup

A equipe de inspeção verificou que os dois cofres estão apoiados sobre uma armação de madeira, sendo que nas proximidades de um deles há bastante material inflamável.

**23.10.** Existe procedimento de proteção contra a ação de “vírus de computador”?

( X ) Sim                      ( ) Não

A solução adotada pela unidade inspecionada é o software TrendMicro OfficeScan, instalado em todas as estações de trabalho, cuja licença é mantida pela PGR.

O software de antivírus é gerenciável pela área de TI, de forma centralizada em Brasília e também localmente. A atualização é realizada de forma automática.

Foi esclarecido que, visando aprimorar os procedimentos de proteção, em 2013 um dos técnicos de TI do Paraná participou do curso da TrendMicro, realizado em São Paulo, e em 2012 quatro servidores participaram do treinamento *Certified Ethical Hacker*.

**23.11.** Existem procedimentos de gerencia/administração de banco de dados?

( X ) Sim                      ( ) Não

A unidade inspecionada asseverou que o maior banco de dados institucional é o do Sistema Único, que é gerenciado por uma equipe da STIC. Na PR/PR, existe procedimento para realização dos backups da base de dados dos sistemas locais.

Segundo dito, a unidade inspecionada possui três sistemas locais pequenos (SAST - telefonia, SISTEL – telefonia e Aleator - sorteio de processos), e que tem como plataforma o SGBD Oracle.

Foi traçada uma meta, inclusive relacionada para o PDTI 2015/2016, de extinguir o uso do banco de dados local até o final de 2015. Para isso será necessário migrar o sistema Aleator para o banco MySQL e descontinuar os sistemas SAST e SISTEL com a implantação de seus respectivos substitutos nacionais: o e-ASV (implantado somente na capital) e o de telefonia, que está sendo definido pela STIC.

Ressaltou-se que o banco MySQL tem grande penetração no mercado e demanda uma infraestrutura sensivelmente inferior a do SGBD Oracle.

Foram apresentados os guias de backup físico e lógico do banco de dados Oracle e guia para snapshot da base sun.

Há um procedimento de tuning que não é mais aplicável pela ausência de problemas de performance nas bases de dados.

**23.12.** Existe processo/metodologia de desenvolvimento de software?

( X ) Sim                      ( ) Não

Para cada projeto desenvolvido é mantida uma pasta de arquivos com a documentação do sistema, acessível aos servidores da área de desenvolvimento.

A área de desenvolvimento adota, baseado na Metodologia Ágil, o Scrum. Nessa esteira, são realizadas reuniões em um curto espaço de tempo (alguns dias), quando é verificado o que cada componente da equipe fez desde o último encontro e o que deverá ser executado até a seguinte. Entende a unidade inspecionada que o método é eficaz pois evita conflito de trabalho, bem como pode ser uma ferramenta para replicar conhecimentos.

**23.13.** Existem normas de segurança quanto aos locais de instalação dos equipamentos utilizados, especialmente sobre o CPD (por ex.: está instalado em sala cofre, possui ar-condicionado redundante, mantém controle e alerta de temperatura)?

( ) Sim                      ( X ) Não

Não existem normas escritas, mas há acordos internos na TI para acesso aos locais de trabalho e utilização de equipamentos do Centro de Processamento de Dados (CPD).

O CPD está localizado na Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Telecomunicações. A sala possui uma janela na parede ao lado da porta e piso elevado.

A segurança de acesso é garantida por meio de uma fechadura com abertura por meio de biometria. As pessoas habilitadas são o coordenador, o coordenador substituto e todos os integrantes do núcleo de infraestrutura. Para a entrada de terceiros há necessidade de que alguém desse último setor acompanhe. Além disso, entre o elevador e o CPD existe uma porta de vidro que permanece trancada.

No interior da sala de computadores a refrigeração é feita por dois aparelhos de ar-condicionado que atuam de forma redundante. Há monitoramento de temperatura e umidade por um sensor com sistema de alerta ativo (em caso de incidentes há o disparo de e-mail). Foi esclarecido ainda que a verificação da temperatura e da umidade do ambiente é realizada pessoalmente pela empresa responsável pelos aparelhos de ar-condicionado, durante o dia, e pelos vigilantes durante a noite e nos finais de semana, através da janela de vidro.

O sensor de incêndio instalado está configurado para disparar um alerta sonoro em caso de incidentes. Foi averiguado que há extintores de incêndio na sala de CPD.

No prédio existe apenas um switch de distribuição de rede, que permanece no interior do CPD. Foi asseverado que o cabeamento não excede o limite de 100 metros.

Em um outro edifício comercial foram locadas algumas salas. Os serviços de rede são conectados através do equipamento de uma operadora de internet, que está acomodado em um rack colocado em área comum.

Apenas 13 Procuradorias da República em Município, de um total de 16, possuem ambiente dedicado para acomodação dos equipamentos de UTM e NAS, conforme relação anexa.





*Ilustração 5: Acesso ao CPD*



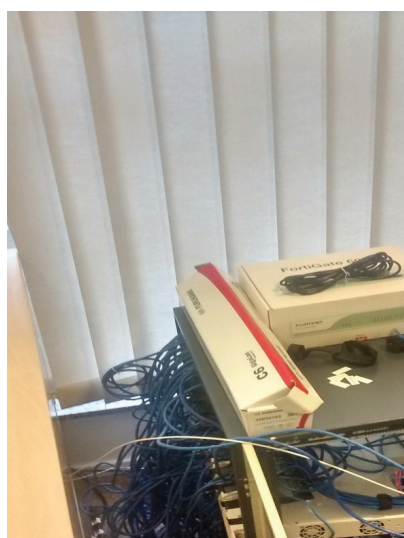
*Ilustração 6: CPD*



*Ilustração 7: CPD*



*Ilustração 8: CPD*



*Ilustração 9: Equipamentos de TI em prédio locado*



*Ilustração 10: Equipamentos de TI em prédio locado*

**23.14.** Existe inventário de contratos com seus respectivos acordos de nível de serviço (SLA's)? OBS: SLA é um acordo firmado entre a área de TI e seu fornecedor/cliente interno, que descreve o serviço de TI, suas metas de nível de serviço, além dos papéis e responsabilidades das partes envolvidas no acordo.

( ) Sim      ( X ) Não

A unidade inspecionada criou um setor informal dentro da CTIT para acompanhar as contratações que envolvam recursos de TI. Existe uma servidora que atua como gestora de todos os contratos, com exceção do outsourcing de impressão, que permanece com outros servidores.

Foi informado que a Portaria nº 200/2009 regulamentou alguns procedimentos na gestão, acompanhamento e fiscalização dos contratos firmados localmente.

Nem todos os contratos possuem cláusulas prevendo SLA. Apresentou-se relação completa dos contratos com seus principais dados.

**23.15.** Existe sistema de gerenciamento de ordens de serviços na área de TI, com um controle de acordo de nível de serviço (SLA)?

( ) Sim      ( X ) Não

A unidade inspecionada utiliza a ferramenta GLPI (Gestionnaire Libre de Parc Informatique), que permite abertura de chamados de informática e de administração na PR/PR e PRMs, desde fevereiro de 2014.

Segundo afirmado, essa solução faz parte do Projeto Nacional de Tecnologia da Informação (PNTI) e é um dos projetos do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) do MPF/PR para serem realizados até o final de 2014.

Todavia, os SLAs ainda não estão implementados pois aguarda-se a publicação do Catálogo Nacional de Serviços do MPF, que contemplará os prazos para atendimento. Foi acrescentado que há uma equipe multidisciplinar mapeando os processos internos da PR no Paraná. Os acordos de níveis de serviço serão estabelecidos após a finalização dessa fase de trabalho.

Nada obstante, todos os chamados técnicos são registrados no GLPI pelos usuários.

Consoante afirmado, existem 5 técnicos de informática na seção de atendimento para dar suporte a cerca de 600 pessoas.

**23.16.** Existe controle individualizado para cada equipamento de informática, no qual fique demonstrado, especialmente, o tipo de hardware?

( X ) Sim      ( ) Não

A solução adotada é o OCS Inventory, que fornece um diagnóstico preciso do parque computacional e disponibiliza informações, como o número do equipamento, sua distribuição física, os tipos de softwares utilizados e licenciados, configurações de hardware, entre outras, ampliando o controle do parque e a segurança na rede.

Por sua, a ferramenta Novell ZENworks permite gerenciar e automatizar, de forma centralizada, as atualizações de aplicativos instalados nas estações de trabalho dos usuários. Além disso, pode-se administrar o perfil e os privilégios dos usuários e oferece a possibilidade de conexão remota para suporte.

A ferramenta WSUS (Windows Server Update Service) permite gerenciar e automatizar de forma centralizada as atualizações do Sistema Operacional Windows nas estações de trabalho dos usuários.

**23.17.** Existem mecanismos para acessibilidade das pessoas com deficiência no Portal de internet da unidade?

( X ) Sim                      ( ) Não

O site da unidade inspecionada foi desenvolvido na ferramenta Plone, indicada e utilizada pela STIC da PGR.

Foi destacado que não há um leitor de texto disponível nos sites do MPF, embora a PR/PR acredite que deveria ser implementado. Nesse sentido, entrou-se em contato com a empresa Read Speaker (contato ines.pereira@readspeaker.com) que faz a venda do produto, e recebeu como amostra o produto disponível no link: [http://app.readspeaker.com/demos/viewdemo.php?demo\\_id=39509&md5=9f4c925561497cb9c3e-b0f92cf95c72e](http://app.readspeaker.com/demos/viewdemo.php?demo_id=39509&md5=9f4c925561497cb9c3e-b0f92cf95c72e)

A equipe de inspeção realizou a validação do portal da unidade inspecionada no validador “DaSilva”, cujo resultado está abaixo.

**Relatório de Acessibilidade**  
<http://www.prrmpf.gov.br/>      27 Erro(s)      114 Aviso(s)

Wcag 1.0    Wcag 2.0    e-MAG    Prioridade 1    Prioridade 2    Prioridade 3

**PRIORIDADE 1**    PRIORIDADE 2    PRIORIDADE 3    E-MAG

Prioridade 1: Pontos que os criadores de conteúdo Web devem satisfazer inteiramente. Se não o fizerem, um ou mais grupos de usuários ficarão impossibilitados de acessar as informações contidas no documento. A satisfação desse tipo de pontos é um requisito básico para que determinados grupos possam acessar documentos disponíveis na Web.

**20 Erro(s)**

	PONTOS DE VERIFICAÇÃO	OCORRENCIA(S)	LINHA(S)
111	Conteúdo Não Textual: Todo o conteúdo não textual que é apresentado ao usuário tem uma alternativa em texto que serve um propósito equivalente.	7	189, 190, 191, 215, 258, 676, 413
131	Informações e Relações: As informações, a estrutura e as relações transmitidas através de apresentação podem ser determinadas de forma programática ou estão disponíveis no texto.	9	274, 275, 400, 557, 502, 502, 502, 502
2.4.1	Ignorar Blocos: Está disponível um mecanismo para ignorar blocos de conteúdo que são repetidos em várias páginas Web.	2	195, 198
2.4.4	Finalidade do Link (Em Contexto): A finalidade de cada link pode ser determinada a partir apenas do texto do link ou a partir do texto do link juntamente com o respectivo contexto do link determinado de forma programática, exceto quando a finalidade do link for ambigua para os usuários em geral.	1	413
3.2.2	Em Entrada: Alterar a definição de um componente de interface de usuário não provoca, automaticamente, uma alteração de contexto, a menos que o usuário tenha sido avisado sobre essa situação antes de utilizar o componente.	1	203

**14 Aviso(s)**

	PONTOS DE VERIFICAÇÃO	OCORRENCIA(S)	LINHA(S)
--	-----------------------	---------------	----------

23.18. As tabelas taxonômicas do Ministério Público foram implementadas?

( X ) Sim ( ) Não

No Ministério Público Federal as tabelas taxonômicas estão implantadas no Sistema Único, responsável pela tramitação dos processos e procedimentos extrajudiciais.

23.19. Apresentar relação dos servidores, estagiários e terceirizados da área de TI contendo nome, cargo, formação acadêmica e empresa de vínculo (no caso de terceirizado). Em caso de existência de terceirizados, juntar cópia de todos os contratos.

( X ) Sim ( ) Não

PR/PR				
Nome	Matrícula	Cargo	Unidade	Formação acadêmica
Alexandre Saadi	5790-8	Técnico de Informática	PR/PR	Graduado em Ciência da Computação, especialização em Redes de Computadores. Graduado em Direito.
André Ludka Magno	28363-1	Estagiário	PR/PR	Cursando: Tecnólogo em Gestão da Tecnologia da Informação
Denis Paulo Mochi	6488-2	Técnico de Informática	PR/PR	Engenharia Mecânica
Derly Ichio Ogawara Kawamoto	6573-1	Técnico de Informática	PR/PR	Graduação em Tecnologia em Processamento de Dados; Graduação em Direito.
Eduardo Minoru Takamatsu	10233-4	Técnico de Informática	PR/PR	Bacharelado em Informática (UFPR) - Especialização Teleinformática (CEFET-PR)
Fabio Grachiki	8845-5	Técnico de Informática	PR/PR	Superior incompleto em três cursos - Design, Publicidade e Veterinária.
Franklin Hiroshi Shimizu	24195-4	Técnico de Informática	PR/PR	Graduação: Bacharelado em Informática - UFPR, Especialização: Software Orientado a Objetos - PUCPR
Jairo Jefferson Moreira Aires de Melo	13815-1			Graduado em Tecnologia da Informática; Cursando Direito (3º ano)
Jeysonn Isaa Balbinot	18087-4	Técnico de Informática	PR/PR	Mestrado em ciência da computação. Graduação em bacharelado em informática
Leandro Engler Boçon	13605-1	Técnico de Informática	PR/PR	Pós Graduação. Especialização em software livre
Lee Robson de Lara	9904-0	Técnico de Informática	PR/PR	Graduado em Processamento de Dados
Lindalis Lais Mores Zilli	7734-8	Técnico de Informática	PR/PR	Graduada em Bacharelado em Análise de Sistemas; Educação Artística com habilitação em artes plásticas.
Luciano Aparecido dos Santos	6075-5	Analista do MPU - Desenvolvimento	PR/PR	Pós-Graduado em Gestão de Tecnologia da Informação
Marco Antonio Dourado	3714-1	Analista do MPU - Suporte	PR/PR	Especialista em administração de banco de dados
Marcos Antonio Ferreira	7771-2	Técnico de Informática	PR/PR	Bacharelado em Informática pela UFPR

<b>Marcos Ferreira Vosgerau</b>	16828-9	Técnico de Informática	PR/PR	Tecnólogo em análise e desenvolvimento de sistemas
<b>Marcos José Menezes</b>	5187-0	Analista do MPU - Desenvolvimento	PR/PR	Tecnólogo em Processamento de Dados - UFPR Especialista em Análise de Sistemas - PUC/PR Bacharel em Letras - UFPR
<b>Rafael Gomes Sasaki</b>	14607-2	Analista do MPU - Desenvolvimento	PR/PR (lotação provisória)	Graduação em ciências da computação
<b>Rogério Gehring</b>	7825-5	Técnico de Informática	PR/PR	Tecnólogo em Sistema da Informação

**PRMs**

Nome	Matrícula	Cargo	Unidade	Formação acadêmica
<b>Carlos Frederico Tiscoski</b>	7788-7	Técnico de Informática	Londrina	Superior em Tecnologia de Processamento de Dados
<b>Douglas Gonçalves Garcia</b>	7830-1	Técnico de Informática	Umuarama	Superior completo - Bacharelado em Informática
<b>Eduardo Reinert</b>	8843-9	Técnico de Informática	Cascavel	2º grau Completo
<b>Erikson Diniz Benetti</b>	19540-5	Técnico de Informática	Guarapuava	Graduação: bacharelado em informática Especialização: desenvolvimento em ambiente web
<b>Fernando Cesar Nunes</b>	10796-4	Técnico de Informática	Londrina	Superior: tecnologia em processamento de dados pós-graduação: direito processual - as grandes transformações
<b>Flavio Antonio Fernandes da Silva</b>	8764-5	Técnico de Informática	Campo Mourão	Superior em tecnologia em desenvolvimento de sistemas incompleto
<b>Leodir Antônio de Oliveira</b>	7770-4	Técnico de Informática	Foz do Iguaçu	Superior Completo - Tecnologia em Processamento de Dados
<b>Marcos Fabio Cardoso</b>	14745-1	Técnico de Informática	Foz do Iguaçu	Bacharel em Informática - Unioeste - Cascavel - PR
<b>Paulo Rodrigo do Nascimento Alcantara</b>	17790-3	Técnico de Informática	Ponta Grossa	2º grau completo. Graduação em Sistema da Informação incompleto; Graduando em Direito (4º ano)
<b>Rafael Luiz da Silva</b>	11497-9	Técnico de Informática	Paranaguá	Pós-Graduado em gerenciamento de projetos
<b>Sergio Kiyoshi Doi</b>	15784-8	Técnico de Informática	Foz do Iguaçu	Tecnologia em Informática modalidade Sistemas de Informação
<b>Wendell Kuts</b>	20611-3	Técnico de Informática	Francisco Beltrão	Graduado em Análise de Sistemas, Pós-Graduado Lato Sensu em Redes de Computadores - Cisco CCNA

### 23.20. Outras observações

**23.20.1. Grande quantidade de documentação.** A equipe de inspeção constatou que a unidade inspecionada possui farta documentação na área de TI.

Com efeito, foram apresentados muitos manuais, guias e tutoriais técnicos, confeccionados e utilizados pelos 3 núcleos da Coordenadoria de TI (Núcleo de Infraestrutura de Tecnologia da Informação, Núcleo de Sustentação de Soluções e Núcleo de Atendimento, Relacionamento e Telecomunicações) e tantos outros para orientação dos usuários externos.

## ATENDIMENTO AO PÚBLICO

---

### 24. ATENDIMENTO AO PÚBLICO

**24.1.** Durante os trabalhos de inspeção foram realizados atendimentos ao público, oportunidade em que integrantes da equipe da Corregedoria Nacional reduziram a termo notícias de fato, além de terem respondido dúvidas da coletividade e encaminhado aos órgãos competentes as matérias que exorbitavam a atribuição do CNMP.

**24.2.** No Paraná, foram lavrados 2 (dois) Termos de Atendimento, dos quais nenhum se refere à atuação do Ministério Público Federal.

# MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE E DOS MEMBROS INSPECIONADOS

## 25. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE E MEMBROS INSPECIONADOS

Considerando os dados colhidos durante a realização da inspeção nas unidades da PR/MPF no Estado do Paraná, foi elaborado Relatório Preliminar do qual foi dada ciência às unidades e membros inspecionados.

Sem prejuízo da apresentação de quaisquer outros esclarecimentos que as unidades e membros inspecionados entendessem necessários, o Corregedor Nacional FACULTOU a manifestação sobre questões específicas, conforme indicações e manifestações a seguir descritas.

### 25.1. ÁREA INSTITUCIONAL

**25.1.1. Ao Procurador da República João Vicente Beraldo Romão** sobre as constatações do item 10.1.1, letra “a”.

**25.1.1.1. MANIFESTAÇÃO DO MEMBRO.** O Procurador da República João Vicente Beraldo Romão, em resposta, informou: **item 10.1.1.a:** *“Trata-se de Procedimento Eleitoral cuja Promoção de arquivamento de 03/10/14 foi homologada pela Procuradoria Geral Eleitoral em 02/12/2014. Em razão do acúmulo de serviço, os registros no sistema Único de controle foram lançados em novembro de 2014, após a correção portanto”.*

**25.1.2. Ao Procurador da República João Gualberto Garcez Ramos** sobre as constatações do item 10.4.1, letras “a”, “b”.

**25.1.2.1. MANIFESTAÇÃO DO MEMBRO.** O Procurador da República João Gualberto Garcez Ramos, em resposta, informou: **item 10.4.1. letra “a”:** *“Autos n. 1.22.003.000351/2014-81. Quando da correção do Conselho Nacional do Ministério Público, este feito tinha como última diligência um despacho datado de 9/7/2014, determinando que fosse enviado ofício ao Departamento de Trânsito do Paraná. Enquanto aguardava-se a resposta desse ofício, houve a reestruturação da PR/PR, sendo então o feito encaminhando, em 28/10/2014, para outro gabinete; letra “b”:* Autos n. 1.25.000.003759/2009-66. *Trata-se de procedimento para acompanhar atuação da Receita Federal no sentido de receber valores de restituições indevidamente pagas, razão pela qual não havia maiores diligências. O feito encontra-se agora sob a presidência do Procurador da República Dr. Jose Soares Frisch.”*

**25.1.3. À Procuradora da República Paula Cristina Conti Tha** sobre as constatações do item 10.8.1, letras “a”, “b”, “c”, “d”.

**25.1.3.1. MANIFESTAÇÃO DO MEMBRO.** A Procuradora da República Paula Cristina Conti Tha, em resposta, informou: **item 10.8.1:** *“Seguem esclarecimentos a respeito das observações constantes do item 10.8.1 do Relatório do CNMP, relativas ao 2º ofício criminal por mim titularizado, as quais podem ser confirmadas através de consulta ao sistema eproc e demonstram que todas as manifestações foram realizadas dentro do menor prazo possível em função das condições presentes neste ofício (atual 2º ofício criminal e de combate à corrupção), constantemente envolvido em Operações de grande vulto e envolvendo investigados/acusados presos: a) Inquérito com vista desde 13/08/2014 - 5039083-81.2013.4.04.7000. Pedido de arquivamento formulado em 25/09/2014; b) Inquérito com vista desde 02/07/2014 - 5049648-75.2011.4.04.7000. Oferecida denúncia em 17/12/2014; c) Inquérito com vista desde*

09/04/2014 - **5013011-57.2013.4.04.7000**. Requisição de diligências formulada em 16/10/2014; **d)** Termo Circunstanciado com vista desde 18/07/2014 - **5017850-91.2014.4.04.7000**. Requisição de diligências formulada em 26/09/2014.

**25.1.4. À Procuradora da República Elizabeth Gumiel de Toledo** sobre as constatações do item 10.6.1, letras “a”, “b”, “c”, “d” e “e”.

**25.1.4.1. MANIFESTAÇÃO DO MEMBRO.** A Procuradora da República Elizabeth Gumiel de Toledo, em resposta, informou: **item 10.6.1:** “**a)** MS 5030515-76.2013.404.7000, com vista desde 18.08.2014 - processo vinculado ao Procurador Dilton França (3º Ofício Cível) em 04.11.2013 e desvinculado em 19.08.2014. Vinculado a Procuradora Elizabeth Toledo (1º Ofício Cível) em 19.08.2014 e desvinculado em 05.11.2014; vinculado nesta data ao Procurador João Gualberto Garcez Ramos. Processo com parecer do MPF e sentenciado; intimação de 18.08.2014 para ciência da decisão da Turma Recursal determinando a retenção nos autos do Pedido de Uniformização formulado pelo INSS, e que indeferiu pedido de tutela antecipada formulado pela parte autora. **b)** AC 5018695-94.2012.4.04.7000 com vista desde 30/06/2014 - processo vinculado ao Procurador Manoel Henrique Munhoz (2º Ofício Cível) em 23.05.2012 e desvinculado em 18.09.2014; Intimação de 30.06.2014 para ciência de sentença - extinção da execução. **c)** MS 5002291-31.2013.4.04.7000 com vista desde 09/07/2014 - processo vinculado ao Procurador Manoel Henrique Munhoz (2º Ofício Cível) em 24.01.2013 e desvinculado em 18.09.2014; Intimação de 09.07.2014 para ciência de decisão da Turma Recursal que não admitiu Pedido de Uniformização Regional interposto pela parte. **d)** RECURSO 5032325-57.2011.4.04.7000-RSCIV com vista desde 09/07/2014 - processo vinculado ao Procurador Dilton França (3º Ofício Cível) em 31.01.2014 e desvinculado em 19.08.2014. Intimação de 09.07.2014 para ciência de decisão da Turma Recursal que admitiu Pedido de Uniformização para a TNU interposto pela parte. **e)** JESP 5005963-09.2011.4.04.7003-PRCJEC com vista desde 09/07/2014 - processo vinculado a Procuradora Elizabeth Toledo (1º Ofício Cível) em 15.10.2012 e desvinculado em 06.11.2014. Intimação de 09.07.2014 para ciência de decisão da Turma Recursal que admitiu Pedido de Uniformização para a TNU interposto pela parte. Esclareço, por fim, que em 2014 estive afastada para tratamento de saúde, dentre outros, nos períodos de 15.07.2014 a 29.07.2014, 30.07.2014 a 16.08.2014 e 16.09.2014 a 15.10.2014.”

**25.1.5. À Procuradora da República Eloísa Helena Machado** sobre as constatações do item 10.9.1, letras “a”, “b”, “c”.

**25.1.5.1. MANIFESTAÇÃO DO MEMBRO.** A Procuradora da República Eloísa Helena Machado, em resposta, informou: **item 10.9.1:** “**a)** IP 5011627-56.2013.404.7000 - 17/10/2014 - remessa à Polícia Federal com deferimento da dilação de prazo e requisição de diligências; **b)** IP 5021969-95.2014.404.7000 - 16/10/2014 - remessa à Polícia Federal com deferimento de dilação de prazo e requisição de diligências; **c)** NF 1.25.000.002550/2014-42 - 18/11/2014 - remessa à Justiça Federal - declínio de competência.”

**25.1.6. Ao Procurador da República Daniel Holzmann Coimbra** sobre as constatações do item 10.10.1, letras “a”, “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”.

**25.1.6.1. MANIFESTAÇÃO DO MEMBRO.** O Procurador da República Daniel Holzmann Coimbra, em resposta, informou: **item 10.10.1:** “**a)** NF 1.25.000.002259/2014-74, arquivado com instauração de inquérito policial aos 13.10.2014; **b)** NF 1.25.000.002277/2014-56, arquivado com instauração de inquérito policial aos 13.10.2014; **c)** IPL 5009356-14.2012.4.04.7000, requisitadas diligências investigativas aos 05.12.2014; **d)** IPL 5016565-63.2014.4.04.7000, saída aos 04.11.2014, mediante redistribuição para o ofício ambiental em razão da atribuição; requisitadas diligências investigativas aos 05.12.2014; **e)** IPL 5006938-35.2014.4.04.7000, pedido de arquivamento formulado aos 05.12.2014, com arquivamento judicial aos 22.01.2015; **f)** IPL 5042079-52.2013.4.04.7000, saída com requisição de diligência aos 18.11.2014, e posterior denúncia ajuizada aos



06.04.2015; **g)** IPL 0003476-97.2010.4.04.7000, foi oferecida denúncia aos 10.10.2014 (autos 5067954-87.2014.4.04.7000).”

**25.1.7. Ao Procurador da República Alexandre Melz Nardes** sobre as constatações do item 10.18.1, letras “a”, “b”, “c”, “d”.

**25.1.7.1. MANIFESTAÇÃO DO MEMBRO.** O Procurador da República Alexandre Melz Nardes, em resposta, informou: **item 10.18.1:** “**a)** IP 5052026-67.2012.4.04.7000: apresentada manifestação em 14/11/14, ciência em 17/11/14 e denúncia em 04/02/15. **b)** IP 5012650-31.2013.4.04.7003: apresentada requisição de diligência complementar em 13/10/14. **c)** IP 5051521-76.2012.4.04.7000: juntado ofício em 15/10/14 e apresentada denúncia em 29/10/14. **d)** REPRESENTAÇÃO 5008934-68.2014.4.04.7000: apresentadas petições em 24/09/14 e 14/10/14.”

**25.1.8. Ao Procurador da República Juliano Baggio Gasperin** sobre as constatações do item 10.26.1, letras “a”, “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”.

**25.1.8.1. MANIFESTAÇÃO DO MEMBRO.** O Procurador da República Juliano Baggio Gasperin, em resposta, informou: **item 10.26.1:** “**a)** IPL 5002998-56.2014.404.7002 Foi oferecida a denúncia pelo MPF em 28/11/2014 em face de DALANE CRISTINA DE MORAIS iniciando-se a Ação Penal nº 5015460-45.2014.404.7002. O MPF requereu a baixa definitiva do IPL no sistema E-proc após o recebimento da exordial acusatória. A denúncia foi recebida em 10/02/2015. A baixa definitiva foi realizada em 28/11/2014. **b)** IPL 5000092-93.2014.404.7002 Em 27/11/2014 (Evento 9 - PETI) o MPF requereu diligências para a Polícia Federal (realização das oitivas de IVANIR DA SILVA, SÉRGIO LUIZ PIVA e ILDA RODRIGUES SANTOS; e a realização de exame pericial na segunda alteração de contrato social da empresa IS IMPORTADORA & TRANSPORTE LTDA. para comprovação se a assinatura acostada pertence a ADEMIR OLIVEIRA SANTOS); Em 31 de março de 2015 o MPF requereu o arquivamento do feito (Evento 14 - PEDIDO D1), o que foi acolhido pelo Juízo (Evento 17 - DESPADEC1). A baixa definitiva dos autos ocorreu em 28/04/2015. **c)** IPL 5009209-16.2014.404.7002 Foi oferecida denúncia pelo MPF em 27/11/2014 em face de JACKES LISTON e FABIANA FAY iniciando-se a Ação Penal nº 5015428-40.2014.404.7002. O MPF requereu a baixa definitiva do IPL no sistema E-proc após o recebimento da exordial acusatória. A denúncia foi recebida em 11/02/2015. A baixa definitiva foi realizada em 26/02/2015. **d)** IPL 5008992-36.2012.404.7002 O feito é de titularidade do gabinete do Procurador da República Daniel de Jesus Sousa Santos. Conforme consta no EPROC, o MPF requisitou diligências em 03 de novembro de 2014. Em 17 de junho de 2015 as diligências foram cumpridas e o feito relatado. **e)** IPL 5000162-47.2013.404.7002 O MPF suscitou conflito negativo de competência perante o TRF4 em 03 de dezembro de 2014 (pedido reiterado em 16 de janeiro de 2015), originando o processo em trâmite no TRF4 sob nº 5003971-31.2015.404.0000. Em 15/05/2015, foi proferido voto declarando o Juízo Substituto da 14ª Vara Federal de Curitiba/PR como o competente para o processamento e julgamento do feito. **f)** IPL 2009.70.02.006416-5 Foi oferecida denúncia pelo MPF em 28/11/2014 em face de IRAIR DOS REIS PINTO, OMAR SOUD TARABAIN, IVAN MONTEIRO DA SILVA JUNIOR, FLAVIO MARCIO PERRIN FAGUNDES e PAULO CESAR CHAMORRO iniciando-se a Ação Penal nº 5015464-82.2014.404.7002. O feito é de titularidade do gabinete do Procurador da República Lucas Aguilar Sette. Em 12/12/2014, o Juízo determinou a juntada aos autos de cópia dos Procedimentos Fiscais que apuraram os débitos tributários supostamente ilididos. Assim o MPF solicitou tais documentos à Receita Federal, os quais foram juntados aos autos em 25/05/2015. Autos com Juiz para Despacho/Decisão. **g)** NF 1.25.003.010090/2012-34 Foi oferecida denúncia pelo MPF em 24/09/2014 em face de ELIAS DA SILVA iniciando-se a Ação Penal nº 5012395-42.2014.404.7002. A denúncia foi recebida em 04/11/2014 e, atualmente, aguarda sentença. **h)** PP 1.29.020.000007/2014-23 Procedimento foi redistribuído ao gabinete da Procuradora da República Daniella Caselani Sitta (8º Ofício) em razão da criação de ofícios especializados em tutela coletiva. **i)** IC 1.25.003.018535/2007-67 Inquérito redistribuído ao gabinete do Procurador da República Alexandre Collares Barbo-

sa (9º Ofício) em razão da criação de escritórios especializados em tutela coletiva.”

**25.1.9. Ao Procurador da República Daniel de Jesus Sousa Santos** sobre as constatações do item 10.29.1, letras “a”, “b”, “c”, “d”, “e”, “f”.

**25.1.9.1. MANIFESTAÇÃO DO MEMBRO.** O Procurador da República Daniel de Jesus Sousa Santos, em resposta, informou: **item 10.29.1:**

*“A) Número do Auto 1.25.003.010550/2014-96*

*Grau Sigilo: Normal*

*Área de Atuação; CRIMINAL*

*Situação Atual Finalizado - Ajuizamento de Ação – Petição Inicial (JFPR - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE FOZ DO IGUAÇU) - E-PROC Nº 5013400-02.2014.404.7002*

*B) Número do Auto 1.25.000.000234/2009-79*

*Grau Sigilo : Normal*

*Área de Atuação : CRIMINAL*

*Situação Atual Finalizado - Ajuizamento de Ação – Petição Inicial (JFPR - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE FOZ DO IGUAÇU) - E-PROC Nº 5013395-77.2014.404.7002*

*C) Número do Auto 1.25.003.013780/2010-83*

*Grau Sigilo: Normal*

*Área de Atuação; CRIMINAL*

*Situação Atual Finalizado - Arquivamento com Remessa ao Poder Judiciário (JFPR - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE FOZ DO IGUAÇU) - E-PROC Nº 5000576-74.2015.404.7002*

*D) Número do Auto 1.25.003.000427/2011-14*

*Grau Sigilo: Normal*

*Área de Atuação; CRIMINAL*

*Situação Atual Finalizado - Ajuizamento de Ação – Petição Inicial (JFPR - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE FOZ DO IGUAÇU) - E-PROC Nº 5012497-64.2014.404.7002*

*E) Número do Auto 1.25.003.000894/2011-44*

*Grau Sigilo: Normal*

*Área de Atuação: CRIMINAL*

*Situação Atual Finalizado - Ajuizamento de Ação – Petição Inicial (JFPR - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE FOZ DO IGUAÇU) - E-PROC Nº 5013395-77.2014.404.7002*

*F) Número do Auto 1.25.003.000946/2011-82*

*Grau Sigilo: Normal*

*Área de Atuação: CRIMINAL*

*Situação Atual Finalizado - Ajuizamento de Ação – Petição Inicial (JFPR - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE FOZ DO IGUAÇU) - E-PROC Nº 5013395-77.2014.404.7002”*

**25.1.10. Ao Procurador da República Alexandre Collares Barbosa** sobre as constatações do item 10.31.1, letras “a”, “b”, “c”, “d”, “e”.

**25.1.10.1. MANIFESTAÇÃO DO MEMBRO.** O Procurador da República Alexandre Collares Barbosa,

em resposta, informou: **item 10.31.1:** “Quanto ao item 10.31.1 do relatório de correção do CNMP, cumpre ressaltar que apenas em junho de 2014, isto é, dois meses antes da correção, foi criado o 9º ofício da PRM de Foz do Iguaçu, especializado em tutela coletiva, pela reunião do acervo já existente na unidade, notadamente sobrecarregada pela demanda criminal. O trabalho de gestão completa da carga restou concluído no primeiro semestre de 2015, e hoje há impulso permanente e estável em todos os procedimentos em andamento. Em relação aos ICPS mencionados, cabem algumas considerações: **1)** 08115.000198/92-65 - Arquivado em 10.2014; **2)** 1.25.003.000047/2002-99 - O objeto do referido feito foi inicialmente concebido de forma muito ampla, e abarcava toda a APP do Rio Paraná, pelo que foi realizada a divisão em trechos e, para cada um deles, informações atuais estão sendo buscadas, com tratativas para nova vistoria pelo IBAMA de trecho mais crítico; **3)** 1.25.003012835/2007-32 - Após intensa busca de soluções, com a Secretaria de Patrimônio da União, tendo em vista a utilização de terreno da União pelo Município de Foz, para construção de Hospital, está sendo buscada administrativamente a triangulação de permuta e cessão/doação de imóveis entre a União, o INSS e a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu/PR; **4)** 1.25.003.010081/2008-67 - Trata do tema de licenciamento ambiental de assentamento para reforma agrária, cuja disciplina foi alterada pelo CONAMA a gerar várias interpretações jurídicas. Após a inspeção do CNMP, já foram três novas movimentações na busca de soluções para o caso concreto, com a participação do IAP e INCRA; **5)** 1.25.003.006966/2009-42 - Arquivado em 11/2014.”

**25.1.11. Não apresentaram manifestação** ao relatório preliminar os Procuradores da República Antônia Lélia Neves Sanches, Sérgio Valadão Ferraz, Andréia Pistono Vitalino, Daniela Caselani Sitta, Lucas Aguilar Sette, Carollina Rachel Costa Ferreira Tavares e Robson Martins.

## 25.2. ÁREA ADMINISTRATIVA

**25.2.1. Ao Secretário-Geral do MPF** sobre as constatações relativas à Área Administrativa: **1ª)** item 17.5, letra “b”.

**25.2.1.1. MANIFESTAÇÃO DO Secretário-Geral do MPF.** O Secretário-Geral do MPF, em resposta, informou: **a) item 17.5.b:** “... as informações relativas a todos os pagamentos de remuneração, proventos, auxílios, indenizações, custeios e bolsa estágios, quando processadas em folha de pagamento no sistema de gerenciamento de pessoal, encontra-se disponíveis no portal da transparência do MPF, na forma pré-estabelecida pela Resolução CNMP nº 115, de 15/09/2014 e Manual do Portal da Transparência do Ministério Público”.

**25.2.2. Ao Procurador-Chefe da PR/PR** sobre as constatações relativas à Área Administrativa descritas: **1ª)** item 4.1 e seguintes; **2ª)** item 5.2 e seguintes; **3ª)** item 7; **4ª)** item 15.6; **5ª)** item 16.5, letra “a” e “b”; **6ª)** item 17.5, letra “a”; **7ª)** item 18.1.1; **8ª)** item 18.2.1 e **9ª)** item 20.2.

**25.2.2.1. MANIFESTAÇÃO DO Procurador-Chefe da PR/PR.** O Procurador-Chefe, em resposta, informou: **a) item 4.1:** “as informações relacionadas à estrutura física dos imóveis ocupados pelas unidades do MPF/PR, que correspondem aos itens 4.1 e seguintes do relatório preliminar, encontram-se reproduzidas no Anexo II”. As informações prestadas foram lançadas no capítulo 4 do relatório; **b) item 5.2:** Os dados informados pelo procurador chefe foram lançados no respectivo item do relatório; **c) item 7:** “A repartição de atribuições entre membros e respectivos ofícios está regulamentada na Portaria PR/PR nº 484, de 1º de julho de 2014”; **d) item 15.6:** “Na data da Inspeção dessa Corregedoria Nacional, o percentual de cargos comissionados ocupados por servidores integrantes das carreiras do MPF representava **42,55%** do total de cargos em comissão”; **e) item 16.5, letra “a”:** “No que diz respeito à Comissão de Avaliação de estágio probatório dos servidores ocupantes de cargo efetivo da Procuradoria da República no Paraná, esta está designada pela Portaria nº 771 de 10 de novembro de 2014”, **item 16.5, letra “b”:** “Em relação aos treinamentos, são realizados anualmente “Levantamentos de Necessidades de Treinamento”, conforme plano de treinamento apresentado à equipe de auditoria através de documento eletrônico denomi-

nado Anexo X –Estrutura de Pessoal - item 30.” **f) item 17.5, letra “a”:** “Informa-se que no MPF/PR apenas o Dr Daniel Holzmann Coimbra e Dra. Monica Dorotea Bora não recebem o auxílio moradia. Todos os demais membros recebem tal auxílio, nos termos da Portaria PGR/MPU nº 71/14”; **g) item 18.1.1:** “As competências de cada um dos setores que compõe a estrutura organizacional do MPF/PR estão disponibilizadas na internet, através do link: <http://www.prpr.mpf.mp.br/estrutura/reg-interno.pdf>. Convém mencionar que o referido link direcionava, equivocadamente, para o organograma organizacional. Entretanto, o link foi corrigido e atualmente traz o regimento interno vigente do MPF”; **h) item 18.2.1:** “Diante dos valores globais apurados para cada exercício, todos efetivamente acima do limite de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), correspondente a 10% (dez por cento) do limite previsto no artigo 23, II, “a”, da Lei nº 8.666/93, cogitou-se a possibilidade de fracionamento de despesa, conduta vedada pela lei de licitações. Como consabido, o fracionamento irregular de despesa consiste na divisão das aquisições/contratações, que poderiam ocorrer de maneira conjunta, para licitar em modalidades de menor complexidade, formalidades e exigências, ou, até mesmo, para criar artificialmente situação que permita a contratação direta por meio da dispensa de licitação. No caso em questão, indicou-se a eventual possibilidade de ter ocorrido o fracionamento de aquisições para permitir a contratação por meio do procedimento de dispensa de licitação, levando-se em conta os valores globais, por ano, registrados por subelemento de despesa, no caso: combustíveis e lubrificantes automotivos; gêneros de alimentação; material p/ manutenção de bens imóveis e instalações; material elétrico e eletrônico; material para manutenção de veículos; manutenção e conservação de veículos; equipamentos de proteção, segurança e socorro; e mobiliário em geral. De plano, cumpre registrar que, nesses valores globais apurados - todos, de fato, superiores ao limite de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) -, estão consolidadas todas as aquisições/contratações relativas a tais subelementos realizadas pela PR/PR e todas as suas 16 (dezesesseis) PRM’s, executadas, destaque-se, de forma não conjunta, em épocas distintas umas das outras e, ainda, em cidades diversas - na sede de cada uma das unidades -, cada qual dentro de uma região geoeconômica de atuação profissional, comercial ou empresarial dos possíveis licitantes. “Utiliza-se de fundamentação, parecer da AUDIN, jurisprudência do TCU, doutrinas de JOEL DE MENEZES NIEBURH, CARLOS ARI SUNDFELD E MARÇAL JUSTEN FILHO (...)”. Feitos esses registros necessários, entende-se, com o devido respeito, que a melhor leitura e análise que se pode fazer para se apurar a regularidade dos procedimentos empregados nas contratações/aquisições pelo MPF/PR deve levar em conta o gasto realizado anualmente em cada subelemento de despesa relativamente a cada uma das unidades administrativas, conforme modelo abaixo - “**controle de gastos por unidade**” -, a qual é utilizada por esta PR/PR para monitorar e manter a si e suas unidades desconcentradas dentro parâmetro legal de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) estabelecido pela Lei nº 8.666/93. Por derradeiro, parece oportuno se sopesar que todas as contratações efetuadas por esta PR/PR e suas unidades, nos anos de 2012 a 2014, foram objeto de análise e fiscalização da AUDIN/MPU, que em todas as oportunidades aprovou-as sem quaisquer ressalvas.”; **i) item 20.2:** Em relação a necessidade de apresentação de Certificado de Vistoria expedido pelo Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná sobre a conformidade aos Códigos de Prevenção de Incêndio dos imóveis sede das Procuradorias nos Municípios de Curitiba, Cascavel, Foz do Iguaçu, Guarapuava, Guaíra, Jacarezinho, Londrina, Maringá, Paranaguá e União da Vitória, importa informar que as unidades de Cascavel, Londrina, Paranaguá e Foz do Iguaçu corrigiram as pendências apontadas na vistoria do Corpo de Bombeiros e obtiveram os certificados, conforme documentos em anexo (ANEXO VIII). As demais unidades estão em processo de obtenção dos Certificados, conforme o detalhe a seguir: PRM Guaíra: A unidade de Guaíra tem duas salas locadas em condomínio; foi realizada vistoria em 17/11/2014 e foram apontados alguns itens para regularização. O condomínio está em processo de regularização de tais apontamentos e agendará nova visita do Corpo de Bombeiros. PRM Guarapuava: A unidade está localizada em condomínio e informa que as pendências apontadas pelo Corpo de Bombeiro em agosto de 2014 foram saneadas. O condomínio aguarda nova visita para emissão do certificado. PRM União da Vitória: A unidade solicitou vistoria do Corpo de Bombeiro no dia 13 de agosto de 2014 via ofício nº 187/2014 PRM-UNILÃO VII. Na época foi informado que o Corpo de Bombeiro de União da Vitória recém havia sido instalado e não foi dada previsão para realização da vistoria. A unidade informou que ainda não foi feita a vistoria pelo Corpo de Bombeiros. PRM Jacarezinho: A unidade está localizada em edifício de condomínio e informa que foi feita a vistoria no mês setembro de 2014 onde foram apontadas algumas pendências que serão corrigidas pelo condomínio. PRM Maringá: A unidade informou que foram resolvidas todas as pendências solicitadas pelo corpo de bombeiros, faltando a penas um projeto de incêndio unificando as duas edificações alugadas pela procuradoria. Este projeto está na lista de prioridades da Divisão de Infraestrutura desta

PR/PR que dispõe de apenas de um Engenheiro Civil no quadro da PR/PR. PR/PR Curitiba: A sede da procuradoria em Curitiba sempre contou com certificado de vistoria do Corpo de Bombeiros sendo o último de 2013. Não obstante, na última vistoria feita pela Corpo de Bombeiros, este solicitou a planta do projeto de incêndio que não foi localizada pois o prédio é muito antigo e a unidade o adquiriu via permuta e, na época, não recebemos tal projeto. O Corpo de Bombeiros foi oficiado que deveria ter cópia do projeto de incêndio aprovado, mas este informou que não o possui. Também foi oficiada a Secretária de Obras de Curitiba, que deveria ter cópia aprovada da época da construção do prédio, porém, até o momento, o documento não foi localizado. Caso não seja localizada essa cópia, será elaborado o as-built do sistema de proteção a incêndio no edifício sede da PR/PR. Cabe ressaltar nesse ponto que a Divisão de infraestrutura da PR/PR conta com apenas um engenheiro civil no quadro dessa unidade. Informo ainda que o edifício sede da PR/PR conta com sistema de detecção de fumaça em todas as salas de todos os andares e ainda em locais de risco como garagem, casas de força entre outros, contam com sirenes e botoeiras de acionamento de alarme de incêndio em todos os andares bem como sinalizadores audiovisuais.

### 25.3. ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

**25.3.1. Ao Procurador-Geral da República**, na condição de Chefe do Ministério Público Federal, sobre as constatações relativas à Área de Tecnologia da Informação: **1ª)** item 23.4; e **2ª)** item 23.15.

**25.3.1.1. MANIFESTAÇÃO DO Procurador-Geral da República.** O Procurador da República João Vicente Beraldo Romão, em resposta, informou: **a) item 23.4:** “... sendo a AUDIN/MPU o setor responsável em exercer o controle interno da unidade, não há, portanto, rotina de submissão da área de TI a avaliações operacionais e de conformidade submetidas àquele setor. Entretanto, como parte das atividades de acompanhamento do PETI – Plano Estratégico de Tecnologia da Informação, vários indicadores operacionais e de conformidade são levantados. Em relação ao que se trata de adoção de normas e instruções (emissão de certificados digitais, procedimentos de cópia de segurança, política de senhas, dentre outras). Vem atendendo ao contido nas Resoluções nºs 86/2012 e 115/2012, em cumprimento ao ofício circular nº 05/2015/CNMP”; **b) item 23.15:** “... o catálogo de serviços apresentará todo SLA para os serviços e sistemas nacionais e este encontra-se em fase de revisão. A previsão é de que este instrumento seja publicado ainda em 2015”.

**25.3.2. Ao Procurador-Chefe da PR/PR** sobre as constatações referentes à Área de Tecnologia da Informação: **1ª)** item 23.8; **2ª)** item 23.9; **3ª)** item 23.13; **4ª)** item 23.14; e **5ª)** item 23.17.

**25.3.2.1. MANIFESTAÇÃO DO Procurador-Chefe da PR/PR.** O Procurador-Chefe, em resposta, informou: **a) item 23.8:** “Em relação ao Plano de Contingência, informa que, atualmente, as ações para recuperação de desastres estão sendo documentadas, conforme modelo adotado em outras PRs. O link de internet de contingência da PRPR que estava sendo utilizado como link principal no Edifício Patriarca para a Força Tarefa (Lava-Jato) já retornou à condição de link de backup pois foi instalado uma fibra óptica entre o Prédio Sede da PRPR e o Prédio Patriarca. Ainda, foi solicitado recurso em 2015, no Plano de Metas, para criação de outra solução de contingência para interligar os prédios sede da PRPR e o Edifício Patriarca, onde se situa a sede da Força-tarefa “Lava-Jato”, que seriam antenas wireless alocadas em cima dos prédios para visada direta. Em caso de problemas no link por fibra, a solução wireless seria utilizada”; **b) item 23.9:** “O MPF/PR segue a Instrução Normativa nº 1/2014 da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações – STIC/PGR e possui os procedimentos de recuperação de arquivos documentos. O fato dos cofres de armazenamento de fitas de backup estarem apoiados sobre armação de madeira e próximos a materiais inflamáveis, segundo o fabricante do cofre, não afeta a segurança das fitas. De toda forma, importa comunicar que o material inflamável foi removido das proximidades dos cofres”; **c) item 23.13:** “Realmente não há normas escritas, porém há um controle rigoroso de acesso conforme descrito no relatório. Com a locação do 8º andar do edifício Patriarca, para acomodar a força-tarefa está sendo montado um ambiente dedicado para os equipamentos de rede, já que nesse andar, há uma sala adequada e fechada para a infraestrutura de TI, onde as instalações estão sendo finalizadas”; **d) item 23.14:** “De fato

não havia um SLA adequado no contrato de outsourcing, contrato que vencerá no dia 16/6/2015. Entretanto, para o próximo contrato foi feito um trabalho da TI em conjunto com o setor de compras e elaborou-se um SLA rigoroso e detalhado. Outro contrato que não possuía prazo para atendimento aos chamados era o de telefonia, na época da contratação gerido pela Coordenadoria de Administração, mas que finalizou em fevereiro corrente. Todos os demais contratos da área de TI possuem cláusulas de acordo de nível de serviço. Além disso, foi solicitado ao Centro de Excelência em TI da região sul a criação de uma solução automatizada para gestão desses contratos, que está em análise”; e) **item 23.17:** “Relativo a este item sobre o site da PR-PRPR [www.prpr.mpf.mp.br](http://www.prpr.mpf.mp.br), especificamente na questão da acessibilidade, seguem as considerações: o CMS Plone utilizada é recomendada como plataforma de conteúdo dentro do MPF; Plone é reconhecido e recomendado pelo Governo Federal conforme pode-se deduzir a partir deste link: [http://www.secom.gov.br/orientacoes-gerais/comunicacao-digital/manual-de-funcionalidades-avancadas-para-portais-plone\\_dez2014.pdf](http://www.secom.gov.br/orientacoes-gerais/comunicacao-digital/manual-de-funcionalidades-avancadas-para-portais-plone_dez2014.pdf); Plone somente atende as prioridades 1 e 2 da recomendação da W3C ( a ferramenta DaSilva avalia até as 3 prioridades) <http://www.w3.org/TR/WCAG10/full-checklist.html>, **Prioridade 1:** Criadores de conteúdo Web devem satisfazer esta prioridade, caso contrário um ou mais grupos\* ficarão impossibilitados de acessar as informações no documento (página). Satisfazer esta condição é requisito básico para alguns grupos possam acessar documentos da web. **Prioridade 2:** Criadores de conteúdo Web deveriam satisfazer esta prioridade, caso contrário um ou mais grupos terão dificuldades para acessar as informações no documento. A satisfação deste tipo de pontos irá remover as barreiras significativas ao acesso a documentos da web. **Prioridade 3:** Criadores de conteúdo Web poderiam satisfazer esta prioridade, caso contrário um ou mais grupos irão encontrar certas dificuldades ao acessar informações no documento (página). A satisfação deste tipo de pontos irá melhorar o acesso a documentos da web. A ferramenta DaSilva está com o serviço de validação inoperante, pelo menos, desde a data de chegada do relatório do CNMP (estouro do tempo limite); O Núcleo de Sustentação de Soluções já se utilizou da ferramenta DaSilva sendo considerados os resultados a época, erros e warnings (avisos), irrelevantes para a acessibilidade ocorrendo até mesmo a perda da formatação da página quando da aplicação de determinadas correções pela referida ferramenta; evidentemente os requisitos de acessibilidade evoluem de forma que este Núcleo fará rotineiras varreduras buscando adequar – dentro das possibilidades – a acessibilidade ao site da PR-PR; grupos <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs282/en/>. Há quatro níveis de visão de acordo com a Classificação internacional de doenças (visão normal; deficiência visual moderada; deficiência visual grave; cegueira).

# CONCLUSÕES E PROPOSIÇÕES DA CORREGEDORIA NACIONAL

## 26. CONCLUSÕES E PROPOSIÇÕES DA CORREGEDORIA NACIONAL

### 26.1. ÁREA INSTITUCIONAL

**26.1.1.** Quanto aos itens 10.1.1, 10.4.1, 10.6.1, 10.8.1, 10.9.1, 10.10.1, 10.18.1, 10.26.1, 10.29.1, 10.31.1, o exame da tramitação de processos judiciais e procedimentos extrajudiciais nos Ofícios em questão não revela situações que demandem a instauração de Representação por Inércia ou Excesso de Prazo (RIEP), ou, por sua gravidade, alguma medida de natureza disciplinar. Os processos e procedimentos que nos relatórios constavam com possível excesso de prazo ou andamento em desconformidade com as normas das Resoluções CNMP nº 13/2006 e 23/2007 foram regularizados, conforme manifestação dos membros responsáveis pelos respectivos ofícios (itens 25.1.1.1 a 25.1.10.1). Ademais, as situações foram pontuais se levadas em consideração a um contexto de significativa movimentação processual e extrajudicial, conforme dados do capítulo 8 deste Relatório.

**26.1.2.** Foi facultado aos Procuradores da República Antônia Lélia Neves Sanches, Sérgio Valadão Ferraz, Andréia Pistono Vitalino, Daniela Caselani Sitta, Lucas Aguilar Sette, Carollina Rachel Costa Ferreira Tavares e Robson Martins apresentarem manifestação ao relatório preliminar encaminhado a PR/PR sobre os procedimentos extrajudiciais e processos judiciais submetidos ao crivo da equipe de inspeção conforme destacado no capítulo 10 do presente relatório. Contudo, as manifestações **não foram apresentadas em que pese a tentativa realizada pela Corregedoria Nacional em contato telefônico, mesmo após o prazo concedido para tanto.** Diante de tal constatação, considerando a necessidade de avaliação do que verificado durante a inspeção, bem como da atual situação do ofício, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP seja **DETERMINADO à Corregedoria-Geral do Ministério Público Federal** a realização de correição extraordinária na PR/PR, nos ofícios titularizado pelos **Procuradores da República Antônia Lélia Neves Sanches, Sérgio Valadão Ferraz, Andréia Pistono Vitalino, Daniela Caselani Sitta, Lucas Aguilar Sette, Carollina Rachel Costa Ferreira Tavares e Robson Martins**, com a finalidade de verificar o atual acervo dos respectivos ofícios, no que tange à tramitação de processos/procedimentos, incluindo o excesso de prazo e a conformidade com as Resoluções expedidas pelo CNMP e MPF, devendo, desde logo, adotar as providências pertinentes, caso constatado indícios de infração disciplinar. A Corregedoria Nacional deverá ser comunicada do resultado no prazo de **90 (noventa) dias**.

**26.1.3.** Sobre as sugestões, observações e relato de experiências inovadoras, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP a expedição de **OFÍCIO** ao **Exmº. Procurador-Chefe da PR/PR** para ciência das sugestões constantes do item 12.1 e das experiências inovadoras referidas no item 12.2, para avaliar, na medida das possibilidades, a adoção dos pleitos sugeridos e disseminar as boas práticas realizadas pelos membros da PR/PR.

### 26.2. ÁREA ADMINISTRATIVA

**26.2.1.** Considerando os esclarecimentos prestados pelo Exmº. Procurador-Chefe da PR/PR, a Corregedoria Nacional **acolhe as razões e documentos apresentados quanto aos itens 15.6, 16.5 “a” e 17.5 “a”.**

**26.2.2.** Com relação às medidas necessárias para manutenção e preservação da integridade física dos membros, servidores e das instalações patrimoniais do MPF/PR (item 20.2) e consequente regularização e obtenção das licenças de funcionamento contra incêndio e pânico, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP expedir **DETERMINAÇÃO ao Exmº. Procurador Chefe da PR/PR** para, no prazo de 120 (cento e oitenta) dias, apresentar todos os atestados de regularidade pendentes.

**26.2.3.** Com relação ao item 16.5 “b”, a Corregedoria Nacional acolhe as providências e justificativas apresentadas pela PR/PR não sendo necessária nenhuma proposição ao Plenário do CNMP, visto que no relatório do MPF/PE já foi proposta ação identificada no item 15.14.

**26.2.4.** Quanto ao item 18.1.1, a Corregedoria Nacional acolhe parcialmente as providências adotadas pela PR/PR e propõe ao Plenário do CNMP expedir **DETERMINAÇÃO ao Exmº. Procurador-Chefe da PR/PR** para que proceda em 60 (sessenta) dias a publicação das competências e atribuições de cada um dos setores que compõe a estrutura administrativa da PR/PR.

**26.2.5.** Em relação ao item 18.2.1, a Corregedoria Nacional acolhe as razões apresentadas pela PR/PR, vez que as aquisições que em seu conjunto ultrapassaram 10% (dez por cento) do limite previsto no art. 23, II, “a” da Lei nº 8.666/93 foram realizadas para atender demandas das Unidades Municipais do MPF/PR, atendendo os princípios da eficiência e da economicidade na gestão do patrimônio público, razão pela qual deixa de realizar proposição ao Plenário do CNMP.

### 26.3. ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

**26.3.1. Quanto ao item 23.4.** A manifestação apresentada complementou as anotações da equipe de inspeção. Contudo, as inspeções nas unidades do Ministério Público Federal, inclusive nessa, deixaram claro que o projeto TI Nacional da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação tem como foco a centralização do desenvolvimento de software e contratações de recursos de informática, a partir das diretrizes traçadas no PETI e no PDTI. Assim, a equipe de inspeção pôde constatar que as atividades executadas na unidade inspecionada são limitadas e resumem-se ao atendimento de usuários, manutenção dos ativos e recursos de informática, de algumas pequenas aplicações de uso local e dos portais de internet e intranet. Nessa esteira, considerando ainda que as aquisições e contratações passam pelo crivo de rotina específica que envolve a Procuradoria Geral da República, torna-se desnecessário qualquer encaminhamento para esse quesito.

**26.3.2. Quanto ao item 23.8.** A unidade inspecionada esclareceu que o link de internet utilizado em outro prédio retornou como contingência para a sede da Procuradoria da República no Estado do Paraná. Acrescentou que várias ações para recuperação de desastres estão sendo documentadas. Nada obstante, considera-se boa prática criar e manter um Plano de Continuidade de Negócios – PCN. Baseia-se no desenvolvimento preventivo de um conjunto de estratégias e planos de ação de maneira a garantir que os serviços essenciais sejam devidamente identificados e preservados após a ocorrência de um desastre. Nessa esteira, tendo-se em vista que parte dos serviços utilizados na unidade inspecionada são de total responsabilidade da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, propõe-se ao Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público a expedição de **RECOMENDAÇÃO ao Exmº. Procurador-Chefe da PR/PR** para que edite um Plano de Contingência para os casos de falhas em sistemas, equipamentos e dispositivos de segurança para os serviços locais de TI, a fim de minimizar os impactos decorrentes de uma paralização inesperada. Em relação aos serviços nacionais de TI, mantidos pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, o Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público já expediu recomendação ao Procurador-Geral da



República sobre esse assunto no relatório da inspeção realizada na Procuradoria da República no Estado de Sergipe. Em 120 (cento e vinte) dias o Procurador-Chefe informará à Corregedoria Nacional o resultado dessa recomendação.

**26.3.3. Quanto ao item 23.9.** A unidade inspecionada esclareceu que removeu todo material inflamável que circundava o cofre que guarda as mídias do backup. Nessa esteira, torna-se desnecessário qualquer encaminhamento para esse item.

**26.3.4. Quanto ao item 23.13.** A manifestação da unidade inspecionada esclareceu que algumas ações para a adequação dos pontos levantados pela equipe de inspeção foram iniciadas. Além disso, embora as Procuradorias da República em Município não possuam um Centro de Processamento de Dados (CPD), o regular funcionamento dos equipamentos ali instalados é essencial para o pleno desenvolvimento das atividades. Assim, manter o switch e o servidor de rede protegidos contra qualquer tipo de violação ou acidentes, torna-se necessário. Diante do exposto, propõe-se ao Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público a expedição de **RECOMENDAÇÃO ao Exmº. Procurador-Chefe da PR/PR** para que providencie: **a)** que a sala do Centro de Processamento de Dados (CPD) não possua paredes com janelas; **b)** a priorização na instalação dos equipamentos de infraestrutura de TI do Edifício Patriarca em ambiente dedicado; **c)** a instalação dos equipamentos de infraestrutura de TI das PRMs em ambiente dedicado. No prazo de 180 (cento e oitenta) dias, o Procurador-Chefe informará a Corregedoria Nacional o resultado dessa recomendação.

**26.3.5. Quanto ao item 23.14.** A manifestação da unidade inspecionada dá conta de que foram adotadas medidas para adequação dos itens anotados pela equipe de inspeção. Diante do exposto, torna-se desnecessário encaminhamento para esse item.

**26.3.6. Quanto ao item 23.15.** A manifestação apresentada complementa a constatação da equipe de inspeção. Nessa esteira, propõe-se ao Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público a expedição de **RECOMENDAÇÃO ao Exmº. Procurador-Chefe da PR/PR** para que providencie a implementação dos acordos de nível de serviço nos atendimentos de informática, tão logo o Catálogo Nacional de Serviços de TI seja publicado pela Procuradoria Geral da República. No prazo de 120 (cento e vinte) dias, o Procurador-Chefe informará à Corregedoria Nacional o resultado dessa recomendação.

**26.3.7. Quanto ao item 23.17.** A manifestação da unidade inspecionada completa as informações coletadas durante a inspeção. Diante do justificado, torna-se desnecessário encaminhamento para esse item.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

### 27. CONSIDERAÇÕES FINAIS

**27.1.** Antes de concluir este Relatório, cabe deixar consignada a total colaboração das unidades do MPF inspecionadas, o que certamente facilitou a coleta de dados e a elaboração do presente relatório de inspeção. Todos os membros, servidores e colaboradores dispuseram-se a fornecer as informações solicitadas e os meios materiais necessários ao bom desenvolvimento dos serviços, sem qualquer objeção ou resistência, o que demonstra a disposição de enfrentar novos desafios, especialmente aqueles relacionados ao fortalecimento dos controles internos.

**27.2.** A Corregedoria Nacional agradece o imprescindível apoio dos membros do CNMP e a inestimável colaboração, empenho e dedicação de todos os membros auxiliares, técnicos e servidores, sem os quais este trabalho não teria sido realizado.

Brasília-DF, 29 de julho de 2015.

**ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD**  
Corregedor Nacional do Ministério Público